



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

BRASÍLIA-DF

2018



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA-DF

2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AEP – Ações Estratégicas Prioritárias
AGCIR – Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos
AT– Ações Transformadoras
BID – Base Industrial de Defesa
CCIEx – Centro de Controle Interno do Exército
CGTIC – Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CLT– Consolidação das Leis do Trabalho
CPC– Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DN – Decisão Normativa
FE– Fábrica Estrela
FI– Fábrica de Itajubá
FJF– Fábrica de Juiz de Fora
FMCE– Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica
FPV– Fábrica Presidente Vargas
GAB – Gabinete
GLO – Garantia da Lei e da Ordem
IAS– Normas Internacionais de Contabilidade
IN – Instrução Normativa
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDO– Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA–Lei Orçamentária Anual
MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
NBCT – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
OE – Objetivo Estratégico
OFSS – Orçamento Fiscal e de Seguridade Social
PLOA–Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA –Plano Plurianual
PRODE – Produtos de Defesa
PTTC – Prestador de Tarefa por Tempo Certo
RIP– Registro Imobiliário Patrimonial
ROL – Receita Operacional Líquida
RP – Restos a Pagar
RFB – Receita Federal do Brasil
SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SIAFI– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
TCU – Tribunal de Contas da União
TI– Tecnologia da Informação
TED – Termos de Execução Descentralizada
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UP– Unidade de Produção
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1	Participação nos Mercados	17
Figura 2	Nova IMBEL	29
Figura 3	Sequência do Planejamento Estratégico	31
Figura 4	Cronograma das Ações Estratégicas Prioritárias	35
Figura 5	Consolidação dos Indicadores de Desempenho IMBEL	52
Figura 6	Consolidação geral das manifestações recebidas pela Ouvidoria	95
Figura 7	Comparativo das manifestações recebidas por bimestre pela Ouvidoria	96
Figura 8	Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda	158
Quadro 1	Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	11
Quadro 2	Portfólio de produtos IMBEL	14
Quadro 3	Evolução da participação da IMBEL no mercado	20
Quadro 4	Organograma Funcional	22
Quadro 5	Informações sobre Áreas e Subunidades Estratégicas	23
Quadro 6	Macroprocessos Finalísticos	26
Quadro 7	Demonstração da vinculação do plano da UJ com suas competências	36
Quadro 8	Ações de responsabilidade da Unidade - OFSS	37
Quadro 9	Despesas por Modalidade de Contratação	48
Quadro 10	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	49
Quadro 11	Indicadores de Desempenho	51
Quadro 12	Informações sobre dirigentes e colegiados	56
Quadro 13	Punições administrativas aplicadas	59
Quadro 14	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	63
Quadro 15	Síntese da Remuneração dos Administradores	63
Quadro 16	Prazos e cronograma físico e financeiro para pagamento de cada produto	64
Quadro 17	Cronograma de execução dos trabalhos de Auditoria Externa	65
Quadro 18	Força de Trabalho	67
Quadro 19	Distribuição da Lotação Efetiva	68
Quadro 20	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	68
Quadro 21	Quantidade de empregados afastados	69
Quadro 22	Despesas do pessoal	70
Quadro 23	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos	72
Quadro 24	Composição do Quadro de Estagiários	75
Quadro 25	Distribuição Geográfica dos Imóveis da União	76
Quadro 26	Cessão de espaço físico em imóvel da União (resumo)	77
Quadro 27	Cessão de espaço físico em imóvel da União (detalhamento)	77
Quadro 28	Manutenção e qualidade dos registros contábeis dos imóveis	86
Quadro 29	Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los	87

Quadro 30	Principais Sistemas de Informações	88
Quadro 31	Quantitativo de pessoas que compõem a Força de Trabalho de TI	92
Quadro 32	Aspectos da Gestão Ambiental	93
Quadro 33	Manifestações recebidas por bimestre pela Ouvidoria	95
Quadro 34	Processo de verificação da conformidade contábil	151
Quadro 35	Quantidade de ocorrências observadas no exercício	151
Quadro 36	Comparativo de determinações e recomendações do TCU	152
Quadro 37	Cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	153
Quadro 38	Recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício	154
Quadro 39	Processos Administrativos instaurados	154
Quadro 40	Despesas com Publicidade	157

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. VISÃO GERAL	10
1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	10
1.1.1. Finalidade	10
1.1.2. Competência Institucional	11
1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	11
1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	12
1.3.1. Caracterização e comportamento do mercado de atuação	12
1.3.2. Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada	14
1.3.3. Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação	14
1.3.4. Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio	17
1.3.5. Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços	19
1.3.6. Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los	20
1.3.7. Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios	21
1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	22
1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	26
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	28
2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	28
2.1.1. Plano Estratégico, Tático e Operacional	31
2.1.2. Principais Objetivos Estratégicos estabelecidos para o exercício	31
2.1.3. Estratégias adotadas para atingir os Objetivos Estratégicos e o tratamento dos riscos envolvidos	32
2.1.4. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	33
2.1.5. Demonstração da Vinculação do Plano da unidade com as Competências Constitucionais, Legais ou Normativas e com o PPA	36
2.1.6. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos	36
2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	37
2.2.1. Relação dos objetivos do PPA que estiveram em 2017 na responsabilidade da unidade e resultados alcançados	37
2.2.2. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual	37
2.2.3. Informações sobre a execução das despesas	48
2.3. DESEMPENHO OPERACIONAL	51
2.3.1. Informações sobre Indicadores de Desempenho	51
2.3.2. Resultados obtidos na condução dos objetivos	52
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	54
3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	54
3.1.1. Atendimento à Lei das Estatais	54
3.1.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	56
3.1.3. Atuação da unidade de auditoria interna	57
3.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	58
3.2.1. Estrutura e atividades do sistema de correição	58
3.2.2. Base normativa que regulamenta a atividade de correição	59
3.2.3. Competências e responsabilidades	59
3.2.4. Principais resultados observados em relação à atividade de correição	59
3.2.5. Informações quanto ao cumprimento da Portaria nº 1.043/2007-CGU	59
3.3. GESTÃO DE RISCOS E OS CONTROLES INTERNOS	59
3.4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DOS COLEGIADOS	62

3.4.1. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	63
3.4.2. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	63
3.4.3. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	64
3.5. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	64
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	67
4.1. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	67
4.1.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal	67
4.1.2. Demonstração e distribuição da Força de Trabalho à disposição da UP	67
4.1.3. Demonstrativo das despesas com pessoal	70
4.1.4. Gestão de Riscos relacionados ao pessoal	71
4.1.5. Informações sobre a Contratação de Mão de Obra de Apoio e sobre a Política de Contratação de Estagiários	72
4.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	75
4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário	75
4.2.2. Estrutura de Controle e de Gestão do Patrimônio	76
4.2.3. Distribuição geográfica dos imóveis da União	76
4.2.4. Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet)	76
4.2.5. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	77
4.2.6. Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis	86
4.2.7. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los	87
4.2.8. Informações sobre imóveis Locados de Terceiros	87
4.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	88
4.3.1. Principais Sistemas de Informações	88
4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	91
4.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	92
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	94
5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO	94
5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	96
5.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	96
5.4. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	97
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	98
6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	98
6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	98
6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS	99
6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	105
6.4.1. Declaração do Contador	128
6.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS	129
6.6. INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL	151
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	152
7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU E DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	152
7.1.1. Tratamento de deliberações exaradas em Acórdãos do TCU	152
7.1.2. Tratamento das recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	152
7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	154
7.3. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES (ART. 5º DA LEI 8.666/93)	156

7.4. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	156
7.5. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	157
7.5.1. Despesas com Publicidade	157
7.5.2. Informações sobre Contratos Firmados com Agências Prestadoras de Serviços de Publicidade e Propaganda	157
7.5.3. Análise Circunstanciada	157
8. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES	159
8.1. PARECER E RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA	159
8.2. PARECER DE COLEGIADO	165
8.3. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	167
8.4. RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE	173
8.5. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	177
8.5.1. Declaração de Integridade e completude dos registros no Sistema e-Pessoal	177
8.5.2. Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	178
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	179

APRESENTAÇÃO

A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, constituída de acordo com a Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, é uma empresa pública dependente com personalidade jurídica de direito privado, que fabrica produtos de defesa e de segurança e é vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército.

Por sua importância estratégica, a IMBEL – que vem se recuperando patrimonialmente, financeiramente e logrando condições de melhor apoiar o Brasil em sua área estratégica de defesa – tornou-se, em 2008, uma empresa pública dependente do Tesouro Nacional, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando passou a receber recursos do orçamento federal, devendo, portanto, seguir toda a legislação do Direito Público e apresentar suas demonstrações contábeis baseadas nas Leis 4.320/64 e 6.404/76.

Assim, o presente relatório visa atender à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), no sentido de informar a gestão dos recursos públicos recebidos no Exercício de 2017.

Estruturado em 09 (nove) capítulos, este relatório fornece uma visão geral da IMBEL, com informações relativas ao Planejamento Organizacional da empresa, à Estrutura de Governança, o desempenho Orçamentário, Financeiro e Contábil, às Gestões Ambiental, de Pessoas, da Tecnologia da Informação, do Patrimônio e de Riscos, assim como informações relativas à atuação do Controle Interno e Auditoria Interna.

Em 2017, dentre as realizações da gestão no exercício, merecem destaque os Termos de Execução Descentralizada (TED), que são instrumentos de parcerias no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos de defesa (PRODE) de interesse das Forças Armadas, e outras atividades importantes especificadas a seguir:

a. TED FINEP e TED RONDON, em execução e tratando-se de parcerias integrantes do Programa INOVA AERODEFESA, em que participam o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (DCT/EB), com a finalidade de elaborar as especificações técnicas do equipamento rádio multibanda TRC 1222, desenvolver os protótipos mecânicos conceitual e final (versões portátil e veicular) do rádio, desenvolver os protótipos conceitual e final da bateria e desenvolver os protótipos conceitual e final dos módulos de radiofrequência (versões portátil e veicular). Tem previsão de encerramento em 2019;

b. TED GÊNESIS: em execução e tratando-se de parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, com o objetivo de desenvolver, integrar e adquirir equipamentos para o Sistema de Controle e Direção de Tiro da Artilharia de Campanha do Exército - Sistema Gênesis, de modo a fornecer equipamentos para emprego operacional por Grupos de Artilharia). Tem previsão de encerramento em 2018;

c. TED GUARANI: em execução e tratando de parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, para incrementar a infraestrutura de desenvolvimento, produção e controle de qualidade da Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica de modo a integrar o Sistema de Comando e Controle (C2) da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Guarani, e validar a instalação dos equipamentos de C2 em 188 (cento e oitenta e oito) viaturas. Tem previsão de encerramento em 2018;

d. continuidade da execução do Planejamento Estratégico IMBEL para o decênio 2017 - 2026 (PEI 17-26), cujo principal objetivo é a construção da NOVA IMBEL, que deverá atuar segundo um novo modelo de negócio pautado pela operacionalização de três unidades organizacionais, coordenadas por uma unidade gestora, permitindo que a organização se transforme de empresa industrial em empresa industrial e gerencial. Cabe ressaltar que o projeto PEI 17-26 conta com a

efetiva participação dos Diretores, Assessores, Chefes de UP e de colaboradores pertencentes a todos os níveis gerenciais da Empresa;

e. elaboração de documentação referente ao Planejamento Estratégico da IMBEL para 2018, alinhado com o executado em 2017. Os documentos orientadores são a Diretriz nº 04, do Diretor-Presidente, e os Planos de Ação Corporativo, Setoriais e Operacionais para 2018, visando à mobilização dos diversos setores da organização para execução da fase de preparação da transformação para a NOVA IMBEL;

f. resultados positivos na área de Gestão, conforme medido com indicadores de desempenho previstos no Plano de Ação Corporativo 2017, que serão apresentados ao longo deste trabalho; e

g. aperfeiçoamento da estrutura organizacional, em especial na Sede, nas áreas administrativa e de Recursos Humanos, tornando-a mais ágil e apta a cumprir as novas imposições decorrentes das ações estratégicas.

Desse modo, a IMBEL possibilita o acesso a informações relevantes sobre o uso de recursos repassados pela União para aplicação na área de defesa e segurança, bem como comprova, de forma detalhada e organizada, a aplicação eficiente destes recursos e os resultados alcançados com a execução da Programação Orçamentária Anual a ela destinada.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. VISÃO GERAL

A IMBEL tem origem na mais antiga fábrica de material bélico do País - a Real Fábrica de Pólvora - e, por sua tradição e capacitação técnica, situa-se entre os principais produtores e fornecedores de material de emprego militar e de segurança do Brasil e da América Latina. A IMBEL integra a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, sendo instituída como empresa estratégica de defesa a partir de 2013, conforme estabelecido na Portaria nº 3.228 do Ministério da Defesa, respaldada pela Lei nº 12.598/12.

A Empresa é constituída de uma Sede, localizada em Brasília/DF, e de 5 (cinco) Unidades de Produção (UP), assim distribuídas no território nacional:

- Fábrica Presidente Vargas (FPV), em Piquete/SP, que produz pólvoras, grãos propelentes e explosivos;
- Fábrica da Estrela (FE), em Magé/RJ, que produz explosivos, acessórios de detonação e pirotécnicos;
- Fábrica de Itajubá (FI), em Itajubá/MG, que produz armas leves (fuzis, pistolas e carabinas);
- Fábrica de Juiz de Fora (FJF), em Juiz de Fora/MG, que produz munições de grosso calibre;
- e
- Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE), no Rio de Janeiro/RJ, que desenvolve e produz sistemas operacionais computadorizados, equipamentos rádio, centrais e telefones.

1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1.1.1. Finalidade

A IMBEL desenvolve suas atividades, prioritariamente, no setor de produtos de defesa e de segurança, com estrita observância das Políticas, Estratégias, Planos e Programas do Governo Federal, bem como das diretrizes fixadas, anualmente, pelo Comandante do Exército, e tem por finalidade:

I - colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa e de segurança pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica;

II - colaborar, com base na iniciativa privada, com a implantação e o desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse das Forças Armadas, buscando a redução progressiva da dependência externa de produtos estratégicos de defesa;

III - administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e de

segurança e de outros bens cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa e/ou no interesse da segurança nacional; e

IV - promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com sua finalidade.

1.1.2. Competência Institucional

As competências institucionais, conforme estabelecido no art. 5º do Estatuto Social da IMBEL, são:

I - promover a indústria militar de defesa brasileira e atividades correlatas, abrangendo a construção e a manutenção da infraestrutura de defesa, bem como a logística, a pesquisa e o desenvolvimento;

II - gerenciar negócios e projetos de interesse da Defesa e da Segurança;

III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de produtos de defesa e de segurança;

IV - promover e executar atividades ligadas à obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos e competências essenciais para a IMBEL cumprir tanto os seus objetivos, quanto às exigências de mobilização do País;

V - promover e executar atividades que permitam à IMBEL manter uma infraestrutura adequada às exigências de mobilização do País; e

VI - atuar como prestadora de serviços ou representante comercial.

1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Quadro 1- Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Art. 173). Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975. Autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa pública denominada Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providências. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2017. aprova o Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as sociedades por ações. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências; e

Lei nº 11.735, de 10 de julho de 2008. Conversão da Medida Provisória nº 424, de 2008. Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica.

Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID, aprovada pela Portaria Normativa Nº 899/MD, de 19 de julho de 2005.

Estratégica Nacional de Defesa – END, aprovada pelo Decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

Política Nacional de Defesa – PND, aprovada originalmente pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, como **Política de Defesa Nacional (PDN)**, foi atualizada em 2012, passando a Política Nacional de Defesa - PND.

Política de Mobilização Militar - MD 41-P-01 (2ª Edição/2015), aprovada pela Portaria Normativa Nº 1.498-MD, de 03 de Julho 2015.

Livro Branco da Defesa Nacional – LBDN de 2012.

Regimento Interno da IMBEL, aprovada pela Resolução nº 14/2014- CA/IMBEL.

Resolução nº 06/2008-CA/IMBEL que institui a relação de matérias-primas e insumos utilizados pela IMBEL na fabricação de produtos de defesa que podem ser adquiridos com dispensa de licitação.

1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

1.3.1. Caracterização e comportamento do mercado de atuação:

a) Ambiente Político - Legal

O ambiente político - legal é sensível à legislação vigente e às iniciativas de adequação, aperfeiçoamento e atualização dessa legislação. Qualquer mudança de atitude ou postura dos *stakeholders* nesse ambiente refletirá no aperfeiçoamento ou alteração da legislação, com reflexos nas atividades econômicas dos fornecedores e consumidores de produtos de defesa e segurança.

No mercado nacional de defesa e segurança, este ambiente caracteriza-se ora como monopolista bilateral (normalmente uma empresa vendedora para um cliente único - o Governo Federal), ora monopsônio (quando empresas vendedoras tem um cliente único), uma vez que são poucos os fornecedores nacionais capazes e habilitados a prover produtos controlados específicos ao citado cliente único. Esse mercado é fortemente controlado por todos os países que detêm tecnologias relevantes para a defesa e segurança. É alvo de constantes barreiras de diversas ordens. É ao mesmo tempo estimulado e rigidamente controlado pelos governos. Assim, o acesso à cadeia produtiva internacional é uma árdua e difícil tarefa.

O mercado nacional de defesa e segurança, em face das especificidades de seus produtos, é controlado pelo Exército Brasileiro, segundo os ditames do Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), e legislações derivadas, para fins de fabricação, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio. A citada legislação passou por recente revisão, com flexibilização e adequação à legislação internacional de regulamentação do comércio, o que traz reflexos consideráveis ao *modus operandi* dos seus *stakeholders*.

b) Ambiente Sociocultural

O ambiente sociocultural é construído a partir da persistência dos valores culturais centrais em que acreditam os *stakeholders* desse ambiente, baseados nos valores culturais e modismos de seus grupos sociais integrantes.

O ambiente sociocultural nacional e internacional, em consequência das últimas ameaças emergentes e assimétricas, caracterizadas pelo terrorismo, narcotráfico, crime organizado, entre outras, tornou-se mais permeável às iniciativas de fortalecimento da área da defesa e segurança e ainda, do empoderamento do cidadão.

No momento, verifica-se no ambiente à busca de soluções em defesa e segurança estrangeiras, modernas e customizadas às respectivas necessidades operacionais. Com isto a habitual manutenção do *status quo* existente, em especial nos mercados-alvo de interesse da IMBEL, está migrando e transmutando.

c) Ambiente Natural-Tecnológico

O processo de industrialização trouxe consigo, além da modernização, o avanço tecnológico e a valorização da ciência. Os avanços tecnológicos ocorridos em especial a partir do Século XX, também impactaram a área dos produtos de defesa e segurança (PRODE), com a introdução de novos processos, projetos, metodologias e sistemas gerenciais baseados em tecnologia da informação.

O ambiente natural-tecnológico nacional, fruto de seu preparo, desenvolvimento, e acesso às informações tecnológicas de qualidade, sinaliza ser promissor para o desenvolvimento das empresas da Base Industrial de Defesa, se souberem ou puderem absorvê-los.

Quanto às áreas de interesse da IMBEL, os avanços tecnológicos foram satisfatórios, pois os modelos de armamentos leves disponíveis no mercado nacional e internacional seguem em linhas gerais seus respectivos modelos historicamente disponibilizados. Torna-se oportuno registrar que os citados avanços tecnológicos impactaram mais na concepção de plantas, processos fabris, uso de materiais e maquinários otimizados.

d) Ambiente Econômico - Demográfico

No ambiente econômico-demográfico observamos os impactos da influência do desenvolvimento econômico e crescimento demográfico sobre o posicionamento do produto no mercado.

No caso brasileiro, a crescente demanda da sociedade brasileira por melhoria na segurança pública, pessoal e patrimonial, sinaliza uma busca crescente por armas e munições leves por parte dos entes institucionais e privados.

A crise econômica que assolou o Brasil continua refletindo consideravelmente na demanda de produtos de defesa e segurança, em especial nos mercados de defesa e privado. Os mercados de segurança e privado, devido aos fatores anteriormente mencionados, continuará comprador de armamento e munições leves.

Assim, observa-se que existem excelentes oportunidades nos mercados de Defesa e Segurança, principalmente nos emergentes de **segurança estadual e privada**, grandes demandantes de armamentos e munições leves.

1.3.2. Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada:

Quadro 2 - Portfólio de Produtos IMBEL

PORTFÓLIO DE PRODUTOS IMBEL			
Unidade de Produção	PRODE	FORNECEDORES	
		Nacional	Estrangeiro
Fábrica de Itajubá	- Fuzis e carabinas (*)	- IMBEL Fornecedor exclusivo das Forças Armadas	- Amplo elenco de fabricantes internacionais
	- Pistolas (*)	- IMBEL - TAURUS	- GLOCK, C, SIG-SAUER e outras
Fábrica de Juiz de Fora	- Munição de grosso calibre (*)	- IMBEL Fornecedor exclusivo das Forças Armadas - A EMGEPRON fornece também Mun Art 105mm	- Amplo elenco de fabricantes internacionais
Fábrica Presidente Vargas	- Trotil (TNT), propelentes, pólvoras de base dupla, nitrocelulose de guerra (*)	- IMBEL Fornecedor exclusivo das Forças Armadas e do Mercado Privado - A Nitroquímica fornece ao mercado privado a nitrocelulose civil.	- Amplo elenco de fabricantes internacionais
	- Sistemas de abrigos temporários de alto desempenho	- IMBEL - SANSUY - VRB	- Amplo elenco de fabricantes internacionais, em especial ARPA, UTILIS e WEATHERHAVEN.
Fábrica da Estrela	- Explosivos, pólvoras e acessórios. (*)	- IMBEL Fornecedor exclusivo das Forças Armadas - Pólvoras - amplo elenco de fornecedores nacionais	- Amplo elenco de fabricantes internacionais
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica	- Sistemas e equipamentos de comunicações e eletrônica	- IMBEL Fabricante de produtos exclusivos para o Comando do Exército	- Amplo elenco de fabricantes internacionais

(*) Produtos controlados pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército (R-105).

1.3.3. Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

1.3.3.1. Comportamento Conjuntural dos Mercados-Alvo da IMBEL no Ambiente de Atuação:

a) Mercado de Defesa

O Mercado Defesa, integrado pelos clientes-alvos mencionados no Art. 142º da Constituição Federal de 1988 (CF 88) é orientado por quatro conceitos básicos da Administração Pública, quais sejam: Orçamentoção, Contingenciamento, Política e Prioridade.

Nos últimos anos, a demanda desse mercado por produtos IMBEL ficou reprimida, embora a disponibilidade orçamentária não contingenciada fosse expressiva, pouco foi deliberado (Política) e

não foi dada prioridade pelos produtos estratégicos de defesa da IMBEL, em especial Munições Pesadas e Armamento Leve, o que impactou consideravelmente na performance da Empresa.

b) Mercado de Segurança

O Mercado de Segurança, integrado pelos clientes-alvos mencionados no Art. 144º da Constituição Federal de 1988 (CF 88), também é orientado por quatro conceitos básicos da Administração Pública, quais sejam: Orçamentação, Contingenciamento, Política e Prioridade.

Nos últimos anos, a demanda desse mercado por produtos IMBEL foi ascendente até o ano de 2016, motivada pela preparação das Instituições para a participação nos grandes eventos esportivos ocorridos no Brasil na oportunidade. Em 2017, a demanda passou para a situação de reprimida.

Quanto ao Mercado de Segurança observa-se os três movimentos distintos: no primeiro os clientes institucionais de segurança buscando e obtendo mais recursos públicos para empregar na aquisição de novos e modernos equipamentos, no incremento de operações, na obtenção de viaturas, equipamentos de comunicações e eletrônicos e de sistemas de comando e controle, na melhoria de estrutura das delegacias e carceragens. No segundo movimento, verifica-se os clientes institucionais de defesa ampliando seu emprego em missões de GLO sem, contudo, incrementar suas compras de produtos vocacionados para esse tipo de emprego, e no terceiro observa-se o fortalecimento do movimento no Legislativo pelo clamor popular (insegurança nas ruas) para se revogar o Estatuto do Desarmamento. A revogação ou flexibilidade do estatuto impactará significativamente o Mercado.

No que se refere à Base Industrial de Defesa e Segurança observam-se dois fenômenos: o primeiro o ingresso de novos fornecedores de produtos de defesa e segurança na BID, quer nacionais ou importadores, visando atender as demandas emergentes do mercado, e o segundo o aperfeiçoamento e atualização dos produtos de defesa e segurança oferecidos pelas empresas nacionais integrantes da BID.

Tal ação é impactada consideravelmente pelo processo custoso (em tempo e recurso) de obtenção e avaliação do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados e do Ciclo de Vida do Material. O citado impacto favorece às empresas estrangeiras apresentar com tempestividade produtos novos aos entes de defesa e segurança.

A baixa prioridade dada pelas Instituições de Segurança à aquisição de armamentos leves e a expectativa pela iminente flexibilização da legislação para obtenção desses produtos de fabricantes estrangeiros, que prometem produtos modernos e customizados às respectivas necessidades operacionais das citadas instituições, impactaram consideravelmente na comercialização de produtos de defesa e segurança.

c) Mercado Privado

O Mercado Privado é integrado pelas empresas e cidadãos demandantes de produtos IMBEL, em especial armamentos leves e produtos/serviços químicos. É impactado tanto pela crescente disponibilidade de produtos IMBEL, quanto pela condição monopolista da empresa, no que se refere a produtos químicos controlados, e no declínio da imagem do principal concorrente nacional de armamento leve.

Nos últimos anos, a demanda por produtos IMBEL foi ascendente, motivada pela preparação da empresa para absorver novas demandas, pela frustração no desempenho de seu principal concorrente no segmento de armamento leve, a implantação de novos processos de comercialização (industrialização por encomenda) e pela política agressiva da empresa no sentido de realizar gestões junto aos órgãos competentes para que seja barrada a importação de produtos com similaridade nacional.

A abertura do mercado nacional de nitrocelulose e seus derivados e a entrada de novos fornecedores internacionais de armamento leve no mercado nacional impactarão o desempenho da empresa.

d) Mercado Externo

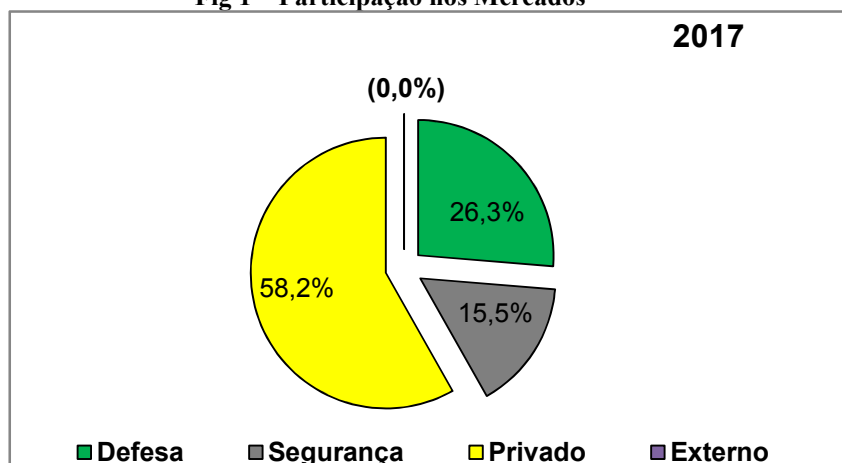
O Mercado Externo de produtos de defesa e segurança continua demandante de produtos e serviços, ou seja, permanece estável. Este mercado é orientado pelos seguintes atributos: produtos compatíveis, com preço e prazo de fornecimento adequados.

Nos últimos anos, a demanda desse mercado por produtos IMBEL foi ascendente, mas devido às atuais peculiaridades da empresa em não poder fornecer de forma tempestiva com preço adequado seus produtos, provocou uma frustração considerável da venda.

e) Comportamento da Participação nos Mercados-Alvo em 2017

A figura a seguir apresenta a atual segmentação de mercado:

Fig 1 – Participação nos Mercados



1.3.4. Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

a. Verifica-se que o ambiente político-econômico legal é sensível à legislação vigente e às iniciativas de adequação, aperfeiçoamento e atualização dessa. Qualquer mudança de atitude ou postura dos *stakeholders* desse ambiente refletirá no aperfeiçoamento ou em alteração da legislação com profundos reflexos nas atividades econômicas dos fornecedores e consumidores de produtos de defesa - PRODE. Assim, a atual tendência de flexibilização do Estatuto de Desarmamento e do R 105, com a promulgação de um decreto substitutivo, por certo favorecerá a ampliação da demanda de mercado, em especial do mercado privado e de segurança, e a inserção de novos *players* no citado mercado.

b. O ambiente sociocultural, em consequência das últimas ameaças emergentes e assimétricas, caracterizadas pelo terrorismo, narcotráfico, crime organizado, entre outros, tornou-se mais permeável a iniciativas na área da defesa e segurança. No momento, verifica-se no ambiente nacional a busca de soluções em defesa e segurança estrangeiras, modernas e customizadas às respectivas necessidades operacionais.

c. O ambiente tecnológico e econômico fruto de seu preparo, desenvolvimento e acesso às informações tecnológicas de qualidade, que possibilitam articulá-lo de forma ótima a projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, capacitação industrial e de engenharia, sinaliza ser promissor para o desenvolvimento da BID.

d. No que tange as áreas de interesses da IMBEL, os avanços tecnológicos foram satisfatórios, pois os modelos de armamento leve disponíveis no mercado nacional e internacional seguem em linhas gerais seus respectivos modelos historicamente disponibilizados, com alterações mais perceptíveis na otimização do processo fabril, engenharia do produto e emprego de materiais com melhor desempenho funcional, que tornaram a fabricação mais eficiente, efetiva e eficaz.

e. No ambiente econômico-demográfico observamos os impactos da influência do desenvolvimento econômico e crescimento demográfico sobre o posicionamento do produto no mercado. No caso brasileiro, a crescente demanda da sociedade brasileira por melhoria na segurança pública, pessoal e patrimonial, apesar do desenvolvimento econômico e disponibilidade de renda baixos, sinalizam para uma elevação do consumo de produtos de defesa e segurança, em especial de armamentos leves de uso restrito e criando uma demanda crescente por armas e munições leves por parte dos entes institucionais e privados.

f. Torna-se oportuno registrar, que atualmente atuam no mercado interno a IMBEL e a TAURUS, ambas Empresas Estratégicas de Defesa, com 28,8% e 71,2% do mercado respectivamente, sendo que a segunda está encontrando dificuldades legais na atual conjuntura, o que freia a sua atuação. Existem as ameaças latentes da entrada no mercado de novos *players*

internacionais, quer pela exportação/importação de seus produtos, quer pela nacionalização. Se concretizada esta abertura, o impacto será bastante severo, pois estes entrarão no mercado com produtos alicerçados por forte campanha de marketing, tecnologia mais avançada, experimentados em diversos Teatros de Operações e certificados em avaliação de nível internacional.

g. No mercado de segurança observa-se os três movimentos distintos: no primeiro os clientes institucionais de segurança buscando e obtendo mais recursos públicos para empregar de forma mais ostensiva e emergencial, na aquisição de novos e modernos equipamentos, no incremento de operações, em especial de grande visibilidade, na infraestrutura de trabalho, na obtenção de viaturas, equipamentos de comunicações e eletrônicos e de sistemas de comando e controle, na melhoria de estrutura das delegacias e carceragens. No segundo movimento, verifica-se os clientes institucionais de defesa ampliando seu emprego em missões de GLO, sem contudo incrementar suas compras de produtos vocacionados para esse tipo de emprego, e no terceiro observa-se o fortalecimento do movimento no Legislativo pelo clamor popular (insegurança nas ruas) para se revogar o Estatuto do Desarmamento. A revogação ou flexibilidade do estatuto impactará significativamente o Mercado.

h. Quanto ao comportamento conjuntural dos mercados-alvos da IMBEL, observa-se que nos últimos anos a demanda por produtos IMBEL do mercado de defesa ficou reprimida, embora a disponibilidade orçamentária não contingenciada do Comando do Exército, principal cliente institucional, fosse expressiva, pouco foi deliberado (Política) e dado prioridade pelos produtos estratégicos de defesa da IMBEL, em especial Munições Pesadas e Armamento Leve, o que impactou consideravelmente na performance da empresa.

i. No que tange ao segmento de munição pesada, verifica-se que o mercado de Defesa é abastecido parcialmente pela IMBEL e EMGEPRON. Os clientes institucionais buscam atender suas demandas adicionais por intermédio da importação de produtos sem similaridade no Brasil. No segmento de Equipamentos e Sistemas de Comunicações e Eletrônica, os entes de Defesa buscam a importação para atender suas necessidades, pouco comprando da IMBEL.

j. Destaque deve ser dado à participação ascendente da empresa no mercado privado de produtos químicos, onde a IMBEL detém o monopólio de seus produtos. O sucesso é devido a preparação e adequação fabril da Empresa para absorver novas demandas, na implantação de novos processos de comercialização (industrialização por encomenda) e pela política agressiva da empresa no sentido de realizar gestões junto aos órgãos competentes para que sejam barrados a importação de produtos controlados com similaridade nacional.

k. O mercado externo, por sua vez, é bastante dinâmico, tanto pela oferta de produtos quanto pela considerável demanda. O ingresso efetivo nesse nicho dependerá de um eficiente Plano de Internacionalização da empresa, que deve ser alicerçado na estrutura fabril IMBEL, devidamente recuperada e modernizada, na consequente e necessária revitalização do portfólio de produtos, na adequação à legislação ambiental, na produção continuada e efetiva de material de emprego militar e em uma firme atuação na pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores. Esses fatores criarão as condições necessárias à oferta segura de produtos e serviços com preço e prazo compatíveis aos praticados e assim aproveitar de forma proficiente as oportunidades abertas pelas novas tendências e demandas do mercado externo.

l. A iniciativa de disponibilizar novos produtos ao mercado por intermédio da celebração de parcerias com players nacionais ou internacionais, parece bastante atraente. Embora o assunto deva ser estudado exaustivamente no viés estratégico, logístico, de mobilização e mercadológico, tendo como pressupostos básicos a condição de a IMBEL ser uma Empresa Estratégica de Defesa e Empresa Pública Dependente, além da especificidade das condições de fabricação e comercialização dos PRODE.

m. Na construção de parcerias para a implantação do Plano de Negócio com seus processos típicos, se decidido pela Diretoria e deliberado pelo Conselho de Administração, deve-se buscar na modelagem do negócio o retorno sobre investimento (return on investment - ROI) realizado pela empresa na pesquisa e desenvolvimento do PRODE, o custo do capital intelectual e fabril colocado à disposição do negócio, os processos e metodologias de fabricação e comercialização, e ainda o rateio das despesas de pré-venda, pós-venda, assistência técnica e garantia, entre outros não menos importantes.

n. Como motivador na busca de patrocinadores do Plano de Negócio, que por certo a Empresa deverá buscar, no âmbito do Exército ou dos Governos Federal, Estadual e Municipal deve-se considerar os estudos da FIPE referente ao "Cadeia de Valor e Importância Socioeconômica do Complexo de Defesa e Segurança no Brasil", no qual verifica-se que um investimento em Defesa e Segurança trazem retornos significativos para o Estado.

o. No que se refere às perspectivas de mercado para 2018, estas são bastantes alvissareiras, pois nos cenários apresentados no Anexo C do PAC 2018, verifica-se que a Empresa deverá faturar entre 127 a 159 milhões de reais. Caso a disponibilização de créditos para produção e impostos seja maior do que previsto na PLOA, visualiza-se que se possa obter um faturamento mais elevado. No momento, a empresa já tem em carteira (contrato firme) cerca de R\$ 90 milhões em produtos contratados.

p. Finalmente, registra-se que a IMBEL - Empresa Estratégica de Defesa, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército, que tem a obrigação legal de "desenvolver suas atividades no setor de material bélico, com estrita observância das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas pelo Ministro do Exército", como previsto em sua lei de criação, IMBEL disponibiliza produtos estratégicos de defesa (PRODE) com os vieses estratégico, logístico, mercadológico e de mobilização.

q. Convém destacar, que sua condição de Empresa Pública Dependente lhe impõe servidões legais, estatutárias e regimentais que limitam a sua capacidade de atuação, em especial a orçamentário-financeira, dando-lhe características peculiares frente às demais empresas do mercado, na manutenção de sua produção e fornecimento de PRODE, o que por vezes fica dissociada das condições ótimas sinalizadas pela literatura voltada à produção industrial e de comercialização disponíveis.

1.3.5. Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

Em 2017, a produção da indústria brasileira registrou um aumento de 2,5%, em relação ao ano anterior, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e um pequeno aumento de 0,2% no faturamento real da indústria, de acordo com informações publicadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A IMBEL registrou no ano uma redução em seu faturamento de 9,9 % em relação a 2016, ao atingir um faturamento de R\$ 101.539.957,37.

O referido desempenho foi fortemente impactado pela crise orçamentária nos Estados da União, que reduziram suas compras na IMBEL (mercado de segurança), do ano de 2016 para o de 2017, em mais de 50 milhões de reais. O segmento de Defesa do mercado, tipicamente monopsônico, teve pequeno acréscimo de 10% no mesmo período. A melhora mais significativa foi a do mercado privado, que de R\$ 44 milhões em 2016 saltou para R\$ 62,4 milhões em 2017, representando um aumento de 41%. Não houve participação da Empresa nas vendas ao mercado externo.

Em 2017, as vendas da IMBEL para o Mercado de Defesa correspondeu a 27,7% do total das realizadas, representando um acréscimo de 5,7%, se comparado ao ano de 2016, cujo índice foi de 22%.

Por sua vez, o Mercado de Segurança teve um decréscimo na participação nas vendas. Neste mercado o decréscimo foi de 24,4%, passando de 40,8% mensurado em 2016, para 16,4%, em 2017.

No Mercado Privado, o acréscimo nas vendas foi maior, de 36,9%, em 2016, para 55,9%, em 2017, representando um incremento de 19%.

As vendas no Mercado Externo, no período considerado, foram inexpressivas e pouco impactaram no resultado da Empresa. (Dados extraídos do Módulo "*Dashboard*" do Sistema de Informações da IMBEL - SIMBEL).

Quadro 3 - Evolução percentual da participação da IMBEL no mercado

Mercado Interno						Mercado Externo		Faturamento Total*	
Defesa		Segurança		Privado					
Ano	Percentual	Ano	Percentual	Ano	Percentual	Ano	Percentual	Ano	Valor
2013	49 %	2013	12,8 %	2013	37,1 %	2013	1,1 %	2013	79.416.648,71
2014	48,7 %	2014	28,6 %	2014	22,3 %	2014	0,4 %	2014	83.099.026,76
2015	52.5 %	2015	19,7 %	2015	27,8 %	2015	0 %	2015	72.434.770,44
2016	22 %	2016	40,8 %	2016	36,9 %	2016	0,3%	2016	115.462.408,48
2017	27,7 %	2017	16,4 %	2017	55,9 %	2017	0%	2017	101.539.957,37

(*) De acordo com as Notas Fiscais emitidas até 02/03/2018.

1.3.6. Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

O mercado de defesa depende fundamentalmente do orçamento do Ministério da Defesa e da parcela desse orçamento alocado ao desenvolvimento e aquisição de produtos e serviços de defesa (PRODE). A disponibilidade de recursos orçamentários cria as condições favoráveis à IMBEL para disponibilizar PRODE ajustados às demandas e capacidades financeiras dos clientes institucionais.

Foram identificados como riscos de mercado: a redução do orçamento tanto da IMBEL, fornecedora de PRODE, quanto dos clientes institucionais; a concorrência estrangeira que disponibiliza PRODE com preço mais competitivo que os nacionais; as vulnerabilidades macroeconômicas, como câmbio desfavorável, e dificuldades logísticas, oriundas de uma infraestrutura deficiente; e falta de capacitação, cultura e tradição em exportação de PRODE. Todos estes riscos resultam em custos, juros e seguros elevados, e faz com que os fabricantes de PRODE busquem novas estratégias para mitigá-los.

Dentro das estratégias visualizadas existe a possibilidade de incrementar a oferta de PRODE ao mercado externo, que por sua vez apresenta consideráveis barreiras políticas, tecnológicas, de infraestrutura e econômicas.

O mercado externo de PRODE é restritivo à inserção das empresas brasileiras. Por isso, deve-se buscar junto a outros agentes de Governo e da Base Industrial de Defesa medidas viabilizadoras, como a promoção de exportações, com a criação de mecanismos, regras e normas governamentais que incrementem a exportação de PRODE e orientem os servidores públicos a participar e contribuir na conquista de clientela estrangeira para produtos nacionais.

Ainda existe a possibilidade de se celebrar acordos bilaterais incentivando as vendas de governo a governo, atendendo aqueles países desejosos de comprar produtos de defesa do Brasil, e permitir oferecer "garantias de Estado", por meio de um sistema facilitador; visitas de Estado, nas quais as empresas de defesa e segurança sejam convidadas a integrar comitivas oficiais do Governo brasileiro, tanto de visita como de recepção de comitivas estrangeiras; competitividade de mercado, com progressiva redução do custo Brasil incidente nos produtos; adoção de sistemas eficientes de

inteligência competitiva, proteção nas disputas comerciais, e apoio ao produto exportado. A Portaria nº 333 do Ministério da Defesa, de 11 de maio de 2016, autorizou o Comando do Exército a atuar, por intermédio da IMBEL, como interveniente técnico em contratações de Empresas Estratégicas de Defesa por outros países, cujo objeto seja a exportação de produtos de defesa, podendo firmar os respectivos instrumentos em conjunto ou individualmente.

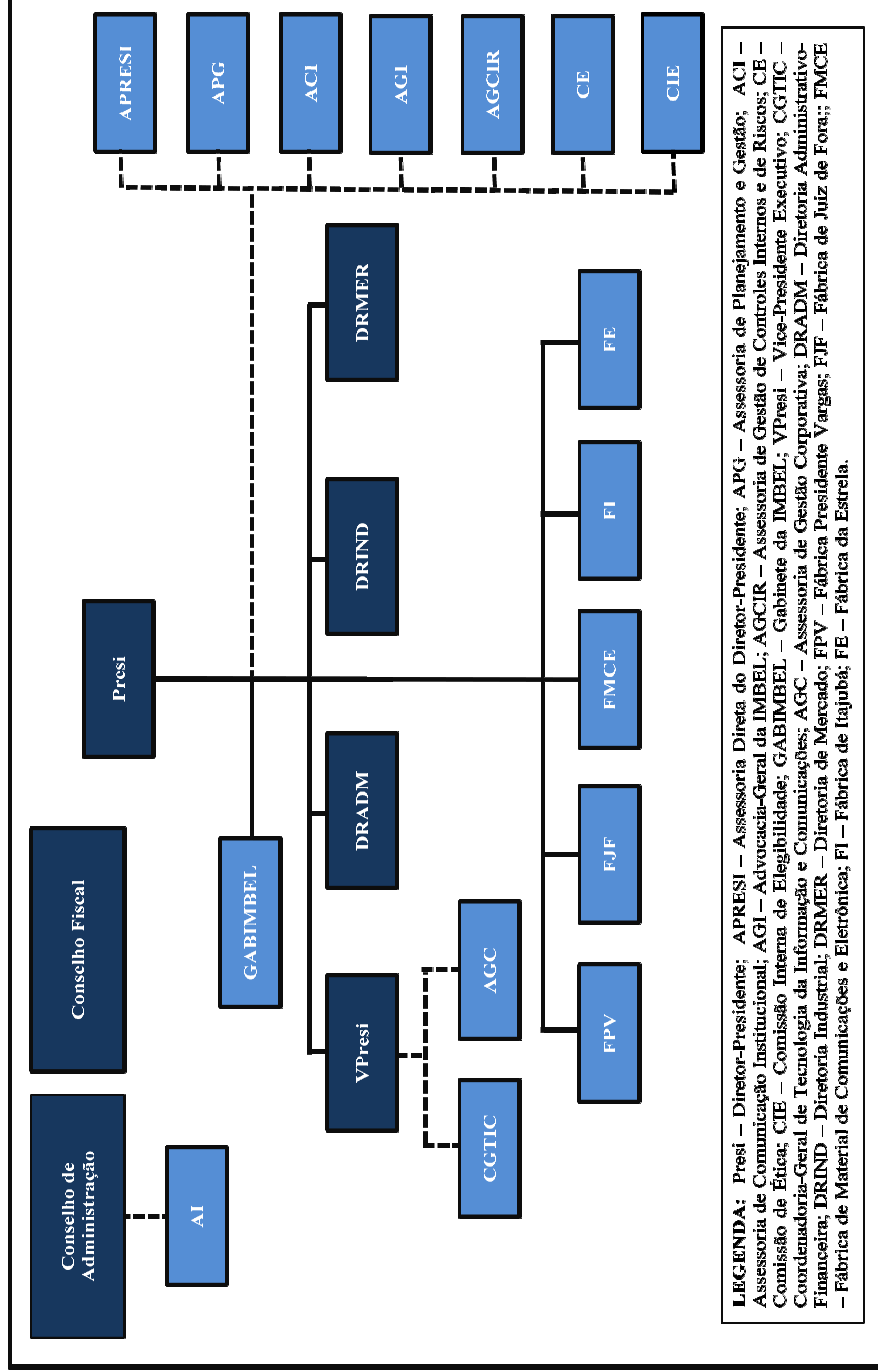
1.3.7. Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

Nos últimos exercícios ocorreram importantes mudanças nos ambientes político-legal, sociocultural nacional e internacional, e tecnológico e econômico, conforme já enunciadas na letra c. “Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação”.

As conjunturas econômicas latino-americana e brasileira indicam um cenário de recessão das economias nacionais e com permanência dessa situação nos próximos anos. O cenário mais provável para o Exército até 2030, elaborado pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército, indica o agravamento da problemática de segurança pública brasileira, o agravamento das tensões sociais, e uma provável redução no orçamento para a Força Terrestre.

1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Quadro 4 – Organograma Funcional



Quadro 5 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Tiular	Cargo	Período de atuação
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Sinclair James Mayer	Presidente do Conselho	01/01 - 31/12
		Celso José Tiago	Conselheiro	01/01 - 31/12
		Nelson Leitão Paes	Conselheiro	01/01 - 31/12
		César Augusto Nardi de Souza	Conselheiro	01/01 - 14/09
		Decílio de Medeiros Sales	Conselheiro	14/09 - 31/12
		Cláudio Duarte de Moraes	Conselheiro	30/08 - 31/12
		Elvira Mariane Schulz	Conselheiro	01/01 - 28/08
		Erika Akemi Kimura Reis	Conselheiro	28/08 - 31/12
		Luciano de Paiva Albuquerque	Conselheiro	06/03 - 31/12
		Edson Pierobon	Conselheiro	01/01 - 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Bruno Ramos Mangualde	Conselheiro	01/01 - 27/04
		Renato da Motta Andrade Neto	Conselheiro	27/04 - 31/12
		Expedito Alves de Lima	Presidente do Conselho	01/01 - 24/07
		Ricardo Marques Figueiredo		20/07 - 31/12
		Renato da Motta Andrade Neto	Conselheiro	01/01 - 26/06
Auditoria Interna	Auditoria e Fiscalização.	Cristiano Beneduzi		26/06 - 31/12
		Gabriella Urbietta Bermudez	Auditor Chefe	01/01 - 31/12
Presidência	Presidir e coordenar os trabalhos da Diretoria, dirigindo e controlando as atividades estratégicas da IMBEL.	Celso José Tiago	Diretor-Presidente	01/01 - 31/12

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Vice-Presidente	Coordenar os trabalhos das UP, da CGTIC e da Assessoria direta do Vice-Presidente, coordenar e monitorar a gestão da empresa, otimizando os trabalhos desenvolvidos pelas diretorias.	Américo Paysan Valdetaro Filho	Vice-Presidente Executivo	01/01 - 31/12
Diretoria Administrativo- Financeira	Planejar, coordenar e controlar os trabalhos relativos às áreas administrativa, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos.	José Galaôr Ribeiro Junior	Diretor Administrativo- Financeiro	01/01 - 31/12
Diretoria Industrial	Planejar e coordenar a pesquisa e o desenvolvimento dos produtos, a produção, a inovação, e os projetos técnicos e de gestão industrial.	Alvaro Pereira da Silva	Diretor Industrial	01/01 - 31/12
Diretoria de Mercado	Planejar, organizar e dirigir as relações de mercado, as atividades de vendas e marketing dos produtos da empresa.	Newton Raulino de Souza Filho	Diretor de Mercado	01/01 - 31/12
Gabinete da IMBEL	Desenvolver atividades de gestão de pessoal e controle patrimonial na Sede, bem como a gestão de todo pessoal militar cedido da Empresa.	Oswaldo Casagrande Filho	Chefe do Gabinete	01/01 - 31/12
Assessoria de Planejamento e Gestão	Elaborar e propor o planejamento estratégico corporativo, coordenar os planos estratégicos e de ações setoriais e operacionais, monitorar os projetos corporativos e setoriais e o orçamento de investimentos, e monitorar processos e indicadores corporativos e setoriais.	José Irismar Cabral Junior	Chefe da APG	01/01 - 31/12
Assessoria de Comunicação Institucional	Coordenar os programas e projetos relacionados com a comunicação interna e externa, receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informações referentes a procedimentos e ações da Direção e empregados da empresa e acompanhar os assuntos do interesse da Empresa.	Marcelo Muniz Costa	Chefe da ACI	01/01 - 31/12
Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos	Coordenar e supervisionar as ações na área de controle interno corporativo, englobando a conformidade às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis, bem como os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos a que a IMBEL está exposta.	Francisco Antonio do Amaral Brathwaite	Chefe da AGCI	01/01 - 31/12
Fábrica Presidente Vargas - FPV	Produção de Material Bélico – pólvoras e explosivos.	Antônio Eleazar de Moraes	Chefe da Fábrica Presidente Vargas - FPV	01/01 - 31/12

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Fábrica de Juiz de Fora - FJF	Produção de Material Bélico - munições de grosso calibre.	Luiz Jorge Tavares Cruz	Chefe da Fábrica de Juiz de Fora - FJF	01/01 - 31/07
		Clevis Pedro Cruz Melo		31/07 - 31/12
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica - FMCE	Produção de Material Bélico – sistemas computadorizados e equipamentos rádio.	Carlos Ernesto Miranda Aversa	Chefe da Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica - FMCE	01/01 - 31/12
Fábrica de Itajubá - FI	Produção de Material Bélico – armas leves.	Décio Monteiro Sapper	Chefe da Fábrica de Itajubá - FI	01/01 - 31/12
Fábrica Estrela - FE	Produção de Material Bélico – explosivos e acessórios de detonação.	George da Silva Divério	Chefe da Fábrica Estrela - FE	01/01 - 31/12

1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS**Quadro 6 – Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Desenvolver Visão e Estratégia.			
Descrição			
Engloba as atividades relacionadas à definir o conceito do negócio e visão de longo prazo, estabelece a estratégia de negócios e gerir e estabelecer parcerias estratégias.	- Analisar ambiente externo e interno; - Estabelece visão estratégica; - Planeja investimento Anual.	Diretoria da IMBEL.	Assessoria de Planejamento e Gestão.

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Desenvolver produtos e serviços.			
Descrição			
Engloba as atividades relacionadas à avaliação da performance de venda de produtos e serviços e ao controle do ciclo de vida dos produtos, tais como introdução de novo produto na praça, manutenção das vendas e ações de retirada e substituição do produto no fim do ciclo de vida. Engloba também a identificação de novos requisitos de clientes.	- Avaliação de desempenho de vendas; - Identificação de melhorias nos produtos e serviços; - Identificação da necessidade de novos produtos e serviços.	Diretoria da IMBEL.	Diretoria de Mercado e Diretoria Industrial.

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Realizar Marketing e venda de produtos e serviços.			
Descrição			
Engloba as atividades relacionadas à comercialização e venda; gestão de contratos; atendimento à clientes.	- Geração de receita; - Geração de direitos e deveres para a Empresa e clientes; - Dados de contato para o relacionamento; - Dados para o controle de qualidade.	Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e demais órgãos envolvidos na implementação de políticas de segurança pública em todas as esferas de governo e também clientes do segmento privado.	Diretoria de Mercado.

Macroprocessos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Entregar Produtos e Serviços.			
Descrição			
Envolve as atividades relacionadas ao depósito de produto acabado; preparo de produto para a remessa/entrega ao cliente; controle da remessa do produto e baixa no patrimônio.	Entrega de armas leves, munição de grosso calibre, explosivos diversos, equipamentos e sistemas de comunicações e eletrônica.	Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e demais órgãos envolvidos na implementação de políticas de segurança pública em todas as esferas de governo e também clientes do segmento privado.	Unidades de Produção.

Macroprocessos		Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gerir Demandas dos clientes.				
Descrição				
Envolve as atividades relacionadas à desenvolver estratégia de atendimento e assistência e planejar e gerir operações de atendimento do cliente dos constantes do portfólio de produtos da IMBEL.		Armas leves, munição de grosso calibre, explosivos diversos, equipamentos e sistemas de comunicações e eletrônica.	Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e demais órgãos envolvidos na implementação de políticas de segurança pública em todas as esferas de governo e também clientes do segmento privado.	Unidades de Produção.

Macroprocessos		Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Produzir produtos competitivos e com qualidade.				
Descrição				
Envolver as atividades de melhorias de processos, substituição de insumos, redução de refugos, agregação de tecnologias, etc		Entrega de produtos competitivos e de alta qualidade.	Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e demais órgãos envolvidos na implementação de políticas de segurança pública em todas as esferas de governo e também clientes do segmento privado.	Diretoria Industrial e Unidades de Produção.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

a. Introdução:

Em julho de 2014, após análise detalhada da situação da empresa, foi expedida pelo Diretor-Presidente a Diretriz nº 01 – *para o Planejamento Estratégico e Aperfeiçoamento da Gestão da IMBEL*, que possibilitou o delineamento de novos passos e procedimentos com vistas ao cumprimento, com mais eficiência e eficácia, das missões impostas à IMBEL, desde a sua criação em 1975.

Contando com o apoio de consultores da Fundação Getúlio Vargas, de fevereiro a dezembro de 2015, os gestores da IMBEL (diretores, chefes, assessores e gerentes) puderam identificar e entender melhor os pontos fortes e os pontos fracos existentes no ambiente interno da empresa e as oportunidades e ameaças percebidas no ambiente externo à IMBEL.

Essa tomada de consciência da situação então vivenciada pela IMBEL levou à revisão dos elementos estratégicos (missão, visão, valores e princípios) e ao estabelecimento de novos objetivos estratégicos para orientar a transformação da empresa na NOVA IMBEL, mudança organizacional impactante que vai ao encontro das expectativas tanto dos seus próprios integrantes quanto dos *stakeholders* externos.

Muito mais do que mera questão conceitual, a “Nova” IMBEL demanda mudança da mentalidade e comportamento proativo das pessoas que integram a empresa, a fim de que os grandes desafios à frente possam ser vencidos e as atribuições da organização sejam bem cumpridas, no contexto da Base Industrial de Defesa (BID). Nas atividades diárias, a nova postura dos integrantes da empresa vem sendo traduzida em atitudes voltadas para intensificar a colaboração e parcerias, o compartilhamento de conhecimentos, a busca da inovação e a maior integração de todos os setores da Empresa. Assim, a crença na força da união e o compromisso de cada empregado com a melhoria do desempenho profissional próprio possibilitam uma mudança cultural na IMBEL, com foco no crescimento das pessoas que a constituem e na conquista das metas globais da Empresa.

A piora da conjuntura econômico-social-política brasileira vivenciada no ano de 2016 foi além das expectativas, o que levou à revisão e atualização da Diretriz nº 03 – *Planejamento Estratégico da NOVA IMBEL*, em outubro desse mesmo ano.

Face ao cenário restritivo pelo qual passou o orçamento da IMBEL em 2017, e que deverá repetir-se nos anos subsequentes, considera-se que o Planejamento Estratégico da Nova IMBEL necessita estar atualizado para bem orientar sua implementação. Permanece necessário acompanhar o ambiente externo à Empresa, para identificar as ameaças e oportunidades (novas ou já existentes), bem como continua importante a identificação de pontos fortes e outros aspectos do âmbito interno da IMBEL que necessitam ser aperfeiçoados, para que se promovam as ações necessárias à implementação de mudanças que levem a IMBEL a ser vista, no futuro, como empresa de excelência no desenvolvimento, fabricação e fornecimento de soluções de defesa e segurança.

Para que a NOVA IMBEL se torne realidade, todos os seus integrantes — do diretor ao agente de apoio operacional — precisam estar bem preparados em termos técnicos, morais e psicológicos, para enfrentar as barreiras que certamente surgirão no longo caminho a ser percorrido até 2026.

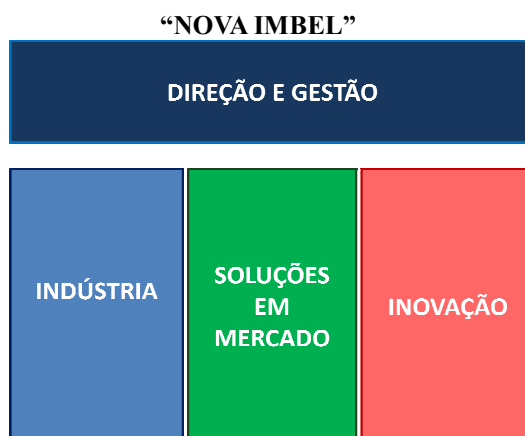
b. Contextualização

Iniciado em dezembro de 2014, o projeto desenvolvido para elaboração e implementação do "Planejamento Estratégico da IMBEL para o período 2017-2026" (PEI 17-26) contribuiu para definir linhas gerais de um novo modelo de negócio para a empresa. Em 2017, deu-se continuidade à preparação para inserir a Empresa no novo modelo apresentado no projeto. Esse modelo

possibilitou entender que a IMBEL necessita conciliar três áreas distintas da própria estrutura: uma orientada para a fabricação de soluções (produtos e serviços) de defesa e segurança; outra que prioriza o atendimento aos clientes, customizando soluções de defesa e segurança; e uma terceira vocacionada para o desenvolvimento de soluções inovadoras de elevado conteúdo tecnológico agregado. Ficou entendido que esses três setores necessitam ser dirigidos sob coordenação de uma unidade de gestão corporativa, que direcionará cada unidade organizacional, otimizando recursos e poupando esforços desnecessários que não contribuam de modo eficiente para os resultados esperados.

Essas áreas organizacionais receberam a denominação de DIREÇÃO E GESTÃO (baseada nas atribuições do Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo, Diretoria Administrativo-Financeira, Gabinete da Presidência e Assessorias); INDÚSTRIA (com origem nas atuais Diretoria Industrial e Unidades de Produção); SOLUÇÕES EM MERCADO (originada da atual Diretoria de Mercado) e INOVAÇÃO (proposta para ser criada).

Figura 2 - Nova IMBEL



A revisão do planejamento estratégico revisitou os fundamentos da organização, consubstanciados em seus documentos básicos: lei de criação e estatuto social, bem como ouviu, identificou e qualificou expectativas e anseios de decisores internos e externos à Empresa.

Como resultado, após várias rodadas de discussão e estudos, foram redefinidas a missão e a visão de futuro da IMBEL, além de atualizados e contextualizados os valores e princípios organizacionais que devem ser atendidos e priorizados por seus integrantes.

Da análise do ambiente organizacional e empregando a metodologia de gestão e medição do desempenho denominada *Balanced Scorecard* (BSC), adotou-se um mapa estratégico único para toda a Empresa, relacionando as unidades organizacionais com objetivos em cada perspectiva interna e externa, para, em etapa posterior, serem definidas as iniciativas e os projetos que deverão ser priorizados e desenvolvidos na forma de planos de ação, para tornar a NOVA IMBEL em realidade.

A fim de gerenciar o sistema de planejamento estratégico com embasamento científico, adotou-se o método PDCA (ciclo de Deming ou ciclo de Shewhart) para orientar o planejamento e a execução das ações transformadoras. Ainda, princípios e técnicas de Controle da Qualidade Total (TQC), sistema empregado em empresas industriais de referência mundial, foram adaptados e permitiram operacionalizar o planejamento estratégico na IMBEL. A simplicidade da metodologia escolhida não implica necessariamente em facilidade para sua implementação e execução,

considerando a complexidade estrutural própria da empresa e do processo de aprendizagem continuada que será necessário doravante.

Dessa forma, a Diretriz do Diretor-Presidente para o Planejamento Estratégico define e prioriza as ações estratégicas a serem incorporadas e desdobradas nos planos de ação decorrentes, para, numa primeira fase, preparar a IMBEL e, em etapa posterior, executar a transformação da Empresa na almejada NOVA IMBEL.

c. Elementos Estratégicos

O trabalho de revisão da estratégia revisitou os elementos estratégicos em vigor, atualizando-os à nova realidade. Esses direcionadores estratégicos serviram de ponto de partida para os passos seguintes do trabalho de revisão.

Assim, foram definidos como elementos estratégicos da IMBEL:

Missão:

“Fornecer soluções de defesa e segurança com elevado conteúdo tecnológico, mantendo-se apta a atender à mobilização industrial e a fomentar a indústria nacional de defesa.”

Visão:

“Ser reconhecida no mercado nacional e internacional como uma empresa de excelência no desenvolvimento, fabricação e fornecimento de soluções de defesa e segurança.”

Valores:

Comprometimento - Criatividade - Eficiência - Foco no cliente - Integridade - Segurança - Sustentabilidade - Valorização das pessoas.

d. Metas e Indicadores Estratégicos

Durante o Projeto PEI 17-26, foram propostos metas e indicadores estratégicos para permitir à Diretoria monitorar e controlar o desenvolvimento das atividades em execução, possibilitando intervenções oportunas e correções de rumo, sempre que se fizerem necessárias.

Os indicadores estratégicos serão revisados anualmente, na etapa de atualização do planejamento estratégico da IMBEL, buscando-se aperfeiçoamento desses medidores e adequação dos mesmos às metas definidas pelas estratégias da alta administração.

Considerando que, num primeiro momento, a IMBEL deve aumentar a receita operacional e reduzir gastos (custos e despesas), e tomando por base a Demonstração de Resultado do Exercício do ano anterior (DRE) corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para receitas e para gastos (custos e despesas), ficou definido que os planos de ação anuais deverão apresentar indicadores que permitam, anualmente, a medição dos resultados e do desempenho da Empresa, tendo como foco as seguintes metas:

- aumentar a receita operacional líquida em 10% a.a.;
- reduzir a relação custos dos produtos e dos serviços vendidos/receita operacional líquida em 10% a.a.; e
- reduzir as despesas (administrativas, comerciais, tributárias, financeiras e diversas) em 5 % a.a.

As metas definidas inicialmente para o triênio 2016-2018 foram revisadas para adequação à conjuntura e fases estabelecidas para a transformação pretendida. Estima-se que serão necessários pelo menos quatro anos – até 2020 – para que se obtenham as pretendidas condições de sustentabilidade econômico-financeira na Empresa.

Se as metas propostas forem atingidas, a IMBEL terá segurança financeira para passar à situação de empresa pública não dependente em 2021. Entretanto, deve-se considerar o peso da conta “receita orçamentária” da DRE anual, para dar prosseguimento à intenção estratégica.

Com base nos indicadores estratégicos, cada setor da Empresa vem levantando indicadores próprios (setoriais) que permitem aos gestores (principalmente Diretores e Chefes de UP/GAB)

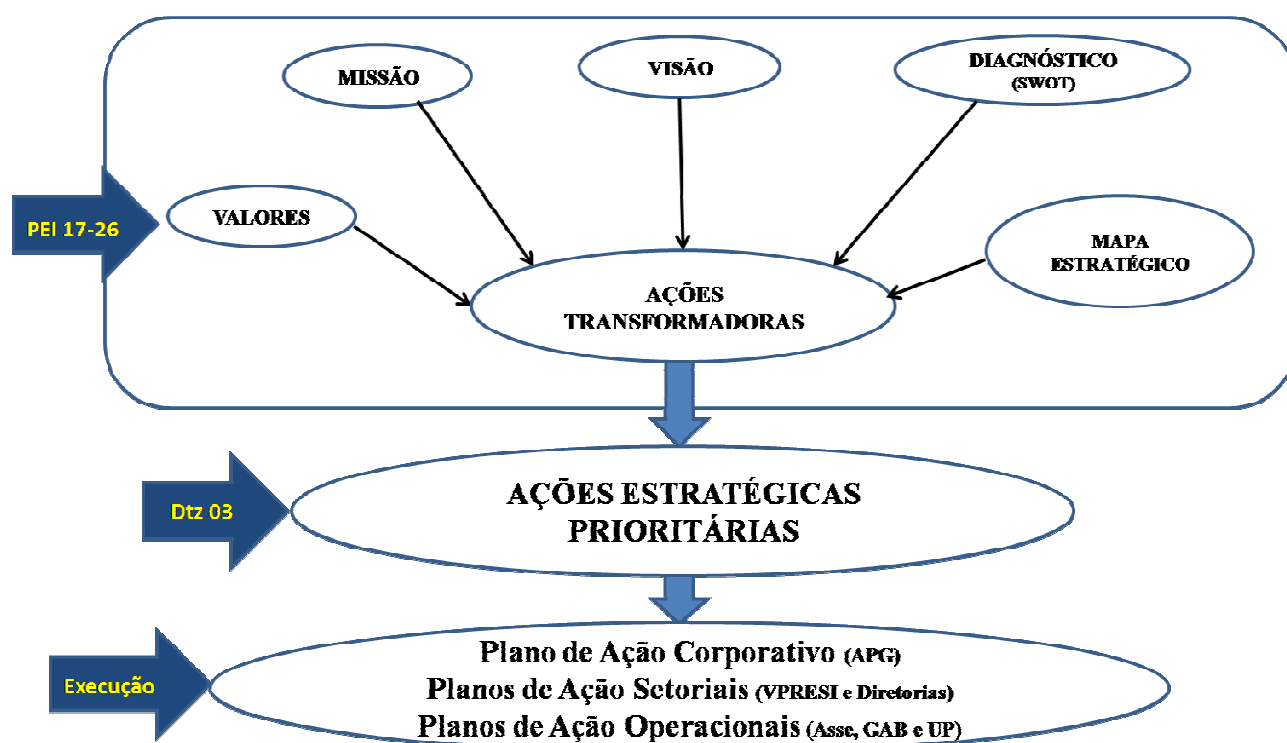
medir os resultados de seus interesses, priorizando aqueles direcionados para a estratégia empresarial.

O número de indicadores adequado a cada área é variável e depende da capacidade de medição disponível no setor. Cabe ao gestor setorial (Diretor ou Chefe) fazer uso dos indicadores obtidos para amparar seus planejamentos ou a execução das ações necessárias para alcançar os resultados pretendidos.

2.1.1. Plano Estratégico, Tático e Operacional

Nos planos de ação anuais (corporativo, setoriais e operacionais) são estabelecidos a cronologia e os demais elementos (incluindo metas e indicadores) necessários para a medição e acompanhamento dos resultados, possibilitando as intervenções e correções de rumo em prol da transformação que se busca para a IMBEL. Todos os planos anuais têm sua origem no Planejamento Estratégico da IMBEL (PEI 17-26), e atendem à Diretriz do Diretor-Presidente.

Figura 3 - Sequência do Planejamento Estratégico



2.1.2. Principais Objetivos Estratégicos estabelecidos para o exercício

a. Objetivos Estratégicos (OE)

O Mapa Estratégico da empresa estabelece os objetivos a serem perseguidos pela IMBEL:

- OE 1.1 - Alcançar sustentabilidade financeira.
- OE 1.2 - Contribuir para o fortalecimento da infraestrutura industrial de defesa.
- OE 2.1 - Entregar produtos e soluções em conformidade contratual.
- OE 2.2 - Alcançar participação relevante e sustentável de mercado.
- OE 2.3 - Alcançar excelência no processo de transferência de tecnologia.
- OE 3.1 - Alcançar estrutura operacional de baixo custo e alta qualidade.

- OE 3.2 - Alcançar excelência no relacionamento com clientes.
- OE 3.3 - Alcançar excelência nos processos de desenvolvimento de soluções inovadoras.
- OE 4.1 - Garantir sistemas de informações gerenciais.
- OE 4.2 - Garantir modelo de negócio apropriado para a Missão.
- OE 4.3 - Contribuir para a capacidade de mobilização industrial.
- OE 4.4 - Garantir domínio de competências essenciais.

b. Ações Transformadoras

Para que sejam alcançados os objetivos estratégicos definidos para a Empresa em seu planejamento estratégico, é necessária a implementação de algumas ações prioritárias, na forma de projetos ou atividades. A transformação da empresa impõe que essas iniciativas se tornem realidade para que a organização atinja o patamar desejado. As ações transformadoras em execução são:

- AT 1 - Definir o papel da IMBEL na mobilização.
- AT 2 - Aumentar a eficiência e eficácia operacional e administrativa.
- AT 3 - Modernizar o parque industrial.
- AT 4 - Desenvolver parcerias estratégicas.
- AT 5 - Aprimorar o relacionamento com o cliente.
- AT 6 - Gerenciar projetos complexos.
- AT 7 - Gerir as competências essenciais.
- AT 8 - Implantar a infraestrutura de PD&I.
- AT 9 - Implantar o processo de transferência tecnológica.
- AT 10 - Aprimorar o relacionamento institucional.
- AT 11 - Captar recursos extraorçamentários.

2.1.3. Estratégias adotadas para atingir os Objetivos Estratégicos e o tratamento dos riscos envolvidos

A implantação da NOVA IMBEL ocorrerá em duas fases: (1) preparação da transformação e (2) transformação propriamente dita.

A condição de empresa pública dependente se evidencia como obstáculo a ser transposto para que a NOVA IMBEL seja implementada e possa operar com eficiência e eficácia, pois muitas das condições inerentes à atividade empresarial deixam de ser possíveis à IMBEL na condição atual, de integrante do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social da União. Como exemplo, não é permitido à empresa adquirir empréstimos bancários para investir em oportunidades de mercado ou participar de parcerias empresariais tomando riscos. Por outro lado, o fato de ter a garantia de seus passivos cobertos por consideráveis recursos da União, desde 2008, permitiu que a IMBEL encerrasse a sua dívida com órgãos federais, estaduais e municipais e, também, investisse recursos na recuperação e modernização das plantas de produção. A extinção da dívida, por meio do seu pagamento integral, ocorreu em 2017.

Entretanto, para aumentar receita, desenvolver novas tecnologias e produzir novos produtos e serviços, a IMBEL necessita assumir riscos de mercado impedidos hoje por sua condição de empresa pública dependente.

Assim, para que seja possível a transformação em discussão, a empresa necessita tornar-se não dependente. Contudo, esse importante passo deve ser dado num ambiente de segurança financeira e jurídica, a fim de se evitar retrocessos e outros entraves que impeçam ou retardem o principal

objetivo do PEI 17-26, a transformação da IMBEL, do modelo industrial para o modelo industrial e gerencial.

A preparação da transformação ocorrerá em duas subfases, a primeira, em 2016 e 2017, destinada a aprofundar estudos e implementar ações já passíveis de serem executadas e a segunda subfase, prevista para o triênio 2018-2020, com a finalidade de sedimentar e dar continuidade aos trabalhos de preparação para a implantação da NOVA IMBEL.

Foi realizada a avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício 2017, com a respectiva forma de mitigá-los, usando as seguintes estratégias:

1. Restrição orçamentária/financeira.
 - Reunião de Diretoria para adequação dos limites de empenho.
2. Redução da demanda de produtos de defesa.
 - Redimensionamento da meta de produção.
3. Restrições/limitações no sistema produtivo.
 - Redimensionamento do projeto de modernização.
4. Problemas relativos à força de trabalho.
 - Aprovação do SEST/MP das demandas dos funcionários.

Outras ferramentas consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foram:

- 1- Reuniões de Diretoria;
- 2- Reuniões do Conselho de Administração;
- 3- Reuniões Orçamentárias;
- 4- Seminário de Produção;
- 5- Reuniões dos Agentes da Administração;
- 6- Reuniões Industriais e de Pesquisa e Desenvolvimento;
- 7- Reuniões de Acompanhamento de Projetos;
- 8- Reuniões e visitas de Segurança do Trabalho, Qualidade e Meio Ambiente;
- 9- Auditorias internas de Segurança do Trabalho e Qualidade;
- 10- Participação em Feiras e Simpósios;
- 11- Informativos internos da IMBEL;
- 12- Intranet Corporativa; e
- 13- Relatórios Gerenciais.

2.1.4. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A implementação do Planejamento Estratégico na IMBEL tem por instrumento seus planos de ação anuais. Os Planos de Ação Corporativo, Setoriais e Operacionais referentes ao ano de 2017 definiram as Ações Estratégicas Prioritárias (AEP), e a forma de executá-las, tendo como metas diminuir o déficit orçamentário e incrementar a produtividade da Empresa, gerando a base sólida para a transformação. As ações adotadas foram:

AEP 1 - Implantar o Programa de estruturação da NOVA IMBEL: esse programa contém estudos de viabilidade, definição, elaboração e condução de ações, projetos e outras iniciativas necessárias à construção do novo modelo de negócio definido para a empresa no PEI 17-26, de modo a permitir o estabelecimento e o funcionamento harmônico das quatro unidades organizacionais – DIREÇÃO E GESTÃO, INDÚSTRIA, SOLUÇÕES EM MERCADO e INOVAÇÃO.

AEP 2 - Negociar a obtenção de recursos financeiros para a manutenção da capacidade estratégica: objetiva calcular, em valores atualizados, o custo desse serviço em termos de pessoal, infraestrutura fabril e atualização tecnológica necessários para que a IMBEL possa responder com eficiência, eficácia e efetividade à Nação em caso de mobilização. Inclui a realização de gestões

junto ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército para que esses importantes stakeholders realizem o pagamento (receita) por esse serviço, mediante inclusão no Plano Plurianual (PPA), bem como as aquisições necessárias à manutenção desta capacidade estratégica voltada à mobilização industrial.

AEP 3 - Estabelecer processos para alienação de ativos não operacionais desnecessários: após estudo detalhado e avaliação do patrimônio, proceder a venda dos ativos, principalmente imóveis, que não estejam direcionados às atividades operacionais das unidades organizacionais, preservando aqueles localizados em áreas de segurança. Deve-se ainda garantir que os recursos obtidos com essas operações sejam, de fato, revertidos para aplicação nas atividades da própria IMBEL, principalmente na automatização das plantas, medidas de segurança e saúde do trabalho, e segurança ambiental.

AEP 4 - Prosseguir no aperfeiçoamento da gestão da Empresa: utilizando-se dos resultados do PEI 17-26 e de outras ações gerenciais da empresa, aperfeiçoar a gestão de pessoas e os processos internos com vistas à revisão e redução dos custos e despesas (p. ex., a definição de critérios claros e objetivos para pagamento do adicional de periculosidade nas plantas de produção), elevar as receitas, melhorar a qualidade dos produtos e serviços, e melhorar a segurança patrimonial. Estas ações devem ser priorizadas por todos os gestores em todos os níveis.

AEP 5 - Aumentar a participação nos mercados: buscar participação relevante e sustentável nos mercados internos e externos, atualizando o portfólio de produtos e serviços (soluções) de defesa e segurança, com órgãos do EB, das outras Forças Armadas, órgãos de Segurança Pública e outros atores do mercado.

AEP 6 - Reorganizar e ampliar as instalações da Sede: para viabilizar o modelo de negócio da NOVA IMBEL, há necessidade de instalações físicas que comportem, na Sede, os órgãos da unidade organizacional DIREÇÃO E GESTÃO, a unidade organizacional SOLUÇÕES EM MERCADO e, quando possível, a unidade organizacional INDÚSTRIA. Com a proximidade física, se pretende aumentar a sinergia entre esses órgãos, sendo mantidos afastados da Sede, apenas, os setores cujas relações custo x benefício não sejam favoráveis. A localização e organização da unidade organizacional INOVAÇÃO serão definidas em estudo de viabilidade a ser realizado para aprofundar a criação.

AEP 7 - Saldar o parcelamento tributário 2003/2018: conforme já vem sendo realizado desde 2008, prosseguir no pagamento de dívidas negociadas com os órgãos federais, estaduais e municipais, concluindo o pagamento deste passivo em 2018, de acordo com o planejado. A Diretoria deve cuidar para que não ocorram atrasos nos pagamentos de dívidas tributárias.

AEP 8 - Tornar-se empresa pública não dependente: após aprofundado estudo de viabilidade e condução de processo decisório efetivo sob a responsabilidade dos órgãos de administração superior da IMBEL, será buscado o retorno à condição de empresa não dependente junto aos órgãos competentes, após atingir estabilidade financeira e alcançar eficiência nas ações de gestão. Esta ação é crucial para a transformação, pois a liberdade orçamentária necessária à implantação da NOVA IMBEL só será possível com a saída da IMBEL dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, embora continue, como empresa pública, apta a receber recursos para investimentos do Orçamento da União.

2.1.5. Demonstração da Vinculação do Plano da unidade com as Competências Constitucionais, Legais ou Normativas e com o PPA

Quadro 7 - Demonstração da vinculação do plano da UJ com suas competências

Competência institucional	Objetivos Estratégicos
I - colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira.	OE 2.3- Alcançar excelência no processo de transferência de tecnologia. OE 3.3 - Alcançar excelência nos processos de desenvolvimento de soluções inovadoras.
II - promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército.	OE 1.2 - Contribuir para o fortalecimento da infraestrutura industrial de defesa.
III - administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional.	OE 1.1 - Alcançar sustentabilidade financeira. OE 2.1 - Entregar produtos e soluções em conformidade contratual. OE 2.2 - Alcançar participação relevante e sustentável de mercado. OE 3.1 - Alcançar estrutura operacional de baixo custo e alta qualidade. OE 4.2 - Garantir modelo de negócio apropriado para a Missão
IV - promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.	OE 3.2 - Alcançar excelência no relacionamento com clientes. OE 4.1 - Garantir sistemas de informações gerenciais. OE 4.3 - Contribuir para a capacidade de mobilização industrial. OE 4.4 - Garantir domínio de competências essenciais.

2.1.6. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

Os Planos de Ação Setoriais de 2017 (nível tático), afetos às Diretorias, foram monitorados no ano de 2017 por intermédio de relatórios trimestrais, encaminhados pelos Diretores ao Vice-Presidente Executivo da Empresa, conforme previsto no Plano de Ação Corporativo 2017. Após o recebimento, os relatórios foram analisados em reuniões de Diretoria, quando foram definidas as intervenções julgadas necessárias.

De maneira similar, os Planos de Ação Operacionais de 2017 (nível operacional), afetos às Unidades de Produção, foram monitorados também por relatórios trimestrais, e analisados em reunião de Diretoria. Segundo a metodologia adotada, correções são introduzidas, se necessário, atendendo a determinações da Diretoria.

Trimestralmente, as ações previstas nesses Planos foram acompanhadas pela Assessoria de Planejamento e Gestão, e os resultados informados à Direção da Empresa.

A sistemática de desdobramento da Diretriz do Diretor-Presidente da IMBEL em Plano de Ação Corporativo, Planos de Ação Setoriais (PAS) e Planos de Ação Operacionais (PAOp) foi realizada em caráter experimental e seus acertos e falhas serviram de lições aprendidas para a elaboração do PAC, dos PAS e PAOp para 2018.

2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1. Relação dos objetivos do PPA que estiveram em 2017 na responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Ao longo do ano de 2017, a IMBEL realizou investimentos de recursos públicos em suas linhas de produção e em máquinas e equipamentos para a readequação e modernização das linhas de produção das suas fábricas. Dessa forma, vem colaborando com o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, na busca de uma maior autonomia tecnológica e produtiva, apoiando o Comando do Exército no Objetivo 1124 do Programa 2058 do PPA 2016-2019 – Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.

2.2.2. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual

2.2.2.1. Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Quadro 8 – Ações de Responsabilidade da Unidade – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		4528			Tipo: Atividade	
Título		Produção de Material de Emprego Militar				
Iniciativa		Não se aplica				
Objetivo		Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional Código: 1124				
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058		Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária		52221				
Ação Prioritária		()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
84.129.668,00	95.183.726,00	95.182.755,77	73.006.325,47	72.473.421,52	532.903.95	22.176.430,30
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Meta de Produção			Homem/Hora	570.300	570.300	698.039
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
16.412.624,73	14.343.729,44	632.489,14	Meta de Produção		Homem/Hora	698.039

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	2000			Tipo: Atividade		
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica			Código: Não se aplica		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: Tipo: 2108					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.415.876,00	26.883.208,00	26.791.392,06	21.395.585,26	21.277.119,09	118.466,17	5.395.806,80
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica		Não se aplica				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.593.994,61	4.458.193,91	19.949,70	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	20TP					Tipo: Atividade
Título	Pessoal Ativo da União					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
93.927.593,00	99.227.593,00	91.374.324,74	91.374.324,74	90.387.291,87	987.032,87	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica		Não se aplica				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.053.908,79	3.966.557,77	87.351,02	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(☒) Integral (☐) Parcial					
Código	2004					Tipo: Atividade
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código:2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	(☐) Sim (☒) Não Caso positivo: (☐) PAC (☐) Brasil sem Miséria (☐) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.987.172,00	5.987.172,00	1.866.535,77	1.197.940,63	1.181.346,38	15.594,25	668.595,14
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica		Não se aplica				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
327.073,53	319.630,32	748,90	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	2010					Tipo: Atividade
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
136.584,00	161.809,00	151.261,31	151.261,31	151.261,31	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica		Não se aplica				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
13.448,17	13.448,17	0	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	2011					Tipo: Atividade
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa					Código: 2108 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.692.000,00	1.692.000,00	1.692.000,00	1.060.294,19	1.060.294,19	0	631.705,81
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica		Não se aplica				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
412.021,91	403.569,01	7.080,83	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(☒) Integral (☐) Parcial					
Código	2012					Tipo: Atividade
Título	Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, empregados e Militares					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código:2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	(☐) Sim (☒) Não Caso positivo: (☐) PAC (☐) Brasil sem Miséria (☐) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.480.000,00	12.480.000,00	12.480.000,00	11.869.460,67	10.944.845,28	924.615,39	610.539,33
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica		Não se aplica				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.048.528,45	1.048.528,45	0	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	00M1					Tipo: Atividade
Título	Auxílio Funeral e Natalidade de Civis					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
89.052,00	89.052,00	7.979,26	7.979,26	7.979,26	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica		Não se aplica				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.520,74	10.520,74	0	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação	(☒) Integral (☐) Parcial					
Código	0536					Tipo: Atividade
Título	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica					Código:
Programa	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial Código: 0909 Tipo:					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	(☐) Sim (☒) Não Caso positivo: (☐) PAC (☐) Brasil sem Miséria (☐) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
150.672,00	150.672,00	131.688,99	131.688,99	131.688,99	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Não se aplica		Não se aplica				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
35.835,18	35.835,18	0	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Responsabilidade da Unidade na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		0022			Tipo: Especial	
Título		Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais				
Iniciativa		Não se aplica				
Objetivo		Não se aplica			Código:	
Programa		Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais Código: 0901 Tipo: Especial				
Unidade Orçamentária		52221				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.600.000,00	5.850.000,00	3.720.999,37	3.720.999,37	3.720.999,37	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Não se aplica			Não se aplica			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
31.904,76	0	0	Não se aplica			

2.2.2.2. Ações não Previstas na LOA – Restos a Pagar não Processados (OFSS)

Não se aplica à IMBEL.

2.2.2.3. Ações – Orçamento de Investimentos - OI

Não se aplica à IMBEL.

2.2.2.4. Resultados Alcançados – Análise Situacional

a) Execução das metas: A Ação Finalística 4528 - Produção de Material de Emprego Militar, a meta física estabelecida na LOA era de 570.300 homem/hora de produção de bens nas filiais da IMBEL e o resultado obtido foi de 698.039 homem/hora. A superação da meta física se justifica pelos seguintes fatores:

- Os recursos recebidos foram 13,1% superiores ao valor previsto na LOA 2017;
- A aplicação de recursos em investimentos tem possibilitado, ao longo do tempo, a redução dos custos e o aumento da produtividade das linhas de produção; e

- A execução desta ação está inserida nas principais despesas da Empresa como insumos de produção, manutenção das oficinas, pagamentos de impostos sobre faturamento como ICMS (MG, SP e RJ), IPI, IR e outros. Além de investimentos na modernização e inovação de plantas fabris.

A Ação Meio 2000 - Administração, sem meta física, foi suficiente para atendimento das necessidades vegetativas da IMBEL.

b) Fatores intervenientes: Na Ação Finalística 4528 - Produção Material de Emprego Militar, a meta prevista foi alcançada.

c) Restos a pagar: No Relatório de Gestão de 2016 foi informado o Restos a Pagar não Processados Inscritos, das Ações de Gestão da IMBEL, no valor de R\$ 24.593.348,37, sendo incluídas as Ações de Subvenção Econômica, Obtenção de meios do Exército e Aquisição e Modernização de meios do Exército no valor de R\$ 2.020.176,00, totalizando R\$ 26.613.524,37.

No exercício de 2017, os Restos a Pagar não Processados Inscritos e Reinscritos, das Ações de Gestão da IMBEL, foram de R\$ 26.939.860,87. Vale ressaltar que a inscrição em Restos a Pagar deve-se aos créditos recebidos na segunda quinzena de dezembro de 2017, a singularidade e complexidade das matérias primas adquiridas para a produção, bem como, materiais e equipamentos importados com processos aquisitivos de prazos de entrega longos e as dificuldades de cumprimento de prazo na entrega de material por parte dos fornecedores.

d) Ações Prioritárias na LDO : A Empresa não possui ações prioritárias na LDO.

2.2.3. Informações sobre a execução das despesas

2.2.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Quadro 9 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:		
Modalidade de Contratação	Despesa executada			Despesa paga		
	2017	%	2016	%	2017	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)	24.210.875,21	11,83	27.550.042,65	14,16	23.157.015,02	11,45
a) Convite	67.653,97	0,03	162.602,11	0,08	67.653,97	0,03
b) Tomada de Preços	250.030,47	0,12	661.908,95	0,34	250.030,47	0,12
c) Concorrência	9.626,06	0,00	303.316,73	0,16	9.626,06	0,00
d) Pregão	23.883.564,71	11,68	26.422.214,86	13,58	22.829.704,52	11,30
2. Contratações Diretas (e+f)	23.190.145,65	11,34	20.812.309,43	10,69	22.652.191,06	11,22
e) Dispensa	14.541.346,89	7,11	13.175.805,00	6,77	14.262.602,02	7,06
f) Inexigibilidade	8.648.798,76	4,23	7.636.504,43	3,92	8.389.589,04	4,15
3. Regime de Execução Especial	113.558,37	0,06	140.534,44	0,07	113.558,37	0,06
g) Suprimento de Fundos	113.558,37	0,06	140.534,44	0,07	113.558,37	0,06
4. Pagamento de Pessoal (h+i)	91.699.801,94	44,83	78.228.725,03	40,20	90.712.769,07	44,92
h) Pagamento em Folha	91.377.754,55	44,67	77.938.683,92	40,05	90.390.721,68	44,76
i) Diárias	322.047,39	0,16	290.041,11	0,15	322.047,39	0,16
5.Outros	65.325.684,70	31,94	67.887.636,50	34,88	65.324.919,72	32,35
6.Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)	204.540.065,87	100	194.619.248,05	100	201.960.453,24	100
7. Total das Despesas da Unidade	204.540.065,87	100	194.619.248,05	100	201.960.453,24	100

Fonte: SIAFI

Fonte: SIAFI

2.2.3.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 10 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – TOTAL (R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária:		Código UO:				UGO:			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
1 - Despesas de Pessoal	92.647.494,68	85.207.723,08	92.647.494,68	81.228.347,00	0,00	3.979.376,08	91.660.461,81	80.571.943,34	
11- Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	60.011.904,11	59.853.522,08	60.011.904,11	56.171.076,98	0,00	3.682.445,10	59.705.047,92	56.027.899,80	
13-Obrigações Patronais	25.349.728,47	20.929.326,80	25.349.728,47	20.751.997,24	0,00	177.329,56	24.669.551,79	20.238.770,76	
Demais elementos do grupo	7.285.862,10	4.424.874,20	7.285.862,10	4.305.272,78	0,00	119.601,42	7.285.862,10	4.305.272,78	
3 - Outras Despesas Correntes	127.003.598,76	126.206.460,23	108.773.094,48	109.318.001,35	18.230.504,28	16.888.458,88	107.221.452,36	108.430.900,17	
47-Obrigações Tributárias e Contributivas	62.822.140,02	63.515.607,98	59.258.403,07	58.761.289,25	3.563.736,95	4.754.318,73	59.258.031,34	58.761.289,25	
39-Outros Serviços de Terceiros	32.777.887,86	31.905.033,27	26.635.386,57	26.185.433,49	6.142.501,29	5.719.599,78	25.433.640,46	25.301.146,54	
Demais elementos do grupo	31.403.570,88	30.785.818,98	22.879.304,84	24.371.278,61	8.524.266,04	6.414.540,37	22.529.780,56	24.368.464,38	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
4 - Investimentos	15.860.570,68	9.818.589,11	3.119.476,71	4.072.899,70	12.741.093,97	5.745.689,41	3.078.539,07	4.072.246,50	
52-Equipamentos e Material Permanente	9.410.249,58	5.141.770,43	2.072.294,05	1.895.744,28	7.337.955,53	3.246.026,15	2.066.337,22	1.895.091,08	
39-Outros Serviços de Terceiros PJ	4.605.006,14	4.150.258,17	968.015,33	1.838.519,72	3.636.990,81	2.311.738,45	933.034,52	1.838.519,72	
Demais elementos do grupo	1.845.314,96	526.560,51	79.167,33	338.635,70	1.766.147,63	187.924,81	79.167,33	338.635,70	

Fonte: Sisti Gerencial

2.2.3.3. Análise Crítica da Realização da Despesa

a. Alterações significativas ocorridas no exercício:

A maior alteração ocorrida na LOA 2017, em comparação com a LOA 2016, foi o aumento significativo nos investimentos de 61,91%, contribuindo para o aumento da produção, que proporcionou considerável redução no tempo de entrega dos produtos de defesa e possibilitando melhor atendimento aos clientes do mercado civil e institucional.

b. Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

A contratação direta teve um aumento de 11,43% em relação ao ano anterior.

O Maior vulto das contratações diretas (dispensa) está concentrado nos insumos de alta complexidade tecnológica e de defesa nacional, enquadrados no item XXVIII do Art. 24 da Lei 8.666/93 e na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural, enquadrados no item XXII do Art. 24 da Lei 8.666/93. Além destes, outros fatores contribuem para a adoção de contratações via dispensa e inexigibilidade como mercado extremamente restrito de insumos e serviços relacionados à atividade fim, maquinários e equipamentos complexos, específicos e de alto valor agregado, cujos fornecedores são exclusivos.

c. Contingenciamento no exercício:

Não houve contingenciamento no exercício

d. Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

Os eventos positivos identificados foram a possibilidade de atender aos pedidos da área de defesa e o atendimento básico da vida vegetativa da Empresa. Os negativos foram a liberação tardia de crédito acarretando dificuldade de entrega pelos fornecedores devido a alta complexidade das aquisições, ocasionando o consequente aumento da inscrição em RP.

e. Outras Informações:

O cenário macroeconômico prevê a continuação da crise para os próximos exercícios, o que influencia negativamente nos investimentos e na aquisição de insumos de produção, dificultando o ciclo de recuperação desta empresa estratégica de defesa.

2.3. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.3.1. Informações sobre Indicadores de Desempenho

Em 2017 foram priorizados os indicadores relacionados à Receita Operacional Líquida (ROL) da Empresa; à relação custos dos produtos e dos serviços vendidos/receita operacional líquida; e às despesas de maior impacto nos resultados (gastos administrativos, comerciais, tributários, financeiros e diversos), conforme demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 11 – Indicadores de Desempenho

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL					
Denominação	Índice/Valores de Referência (1)	Índice Previsto	Índice/Valores Observado (2)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo (3)
Receita Operacional Líquida (ROL)	R\$ 75.515.578,91	Aumentar 10%	R\$ 65.712.411,52	Mensal	$ROL = [(ROL_t - ROL_{t-1}) / ROL_{t-1}] * 100$
Custo dos Produtos e dos Serviços Vendidos (relação CPV / ROL)	60,86%	Reduzir 10%	69,53%	Mensal	$CPV/ROL = \{[(CPV/ROL)_t - (CPV/ROL)_{t-1}] / (CPV/ROL)_{t-1}\} * 100$
Despesas administrativas, comerciais, tributárias, financeiras e diversas (D)	R\$ 71.178.501,14	Reduzir 5%	R\$ 64.426.006,60	Mensal	$D = [(Dt - Dt-1) / Dt-1] * 100$

(1) Medição de 2016 (corrigido pelo IPCA)

(2) Medição de 2017 (corrigido pelo IPCA)

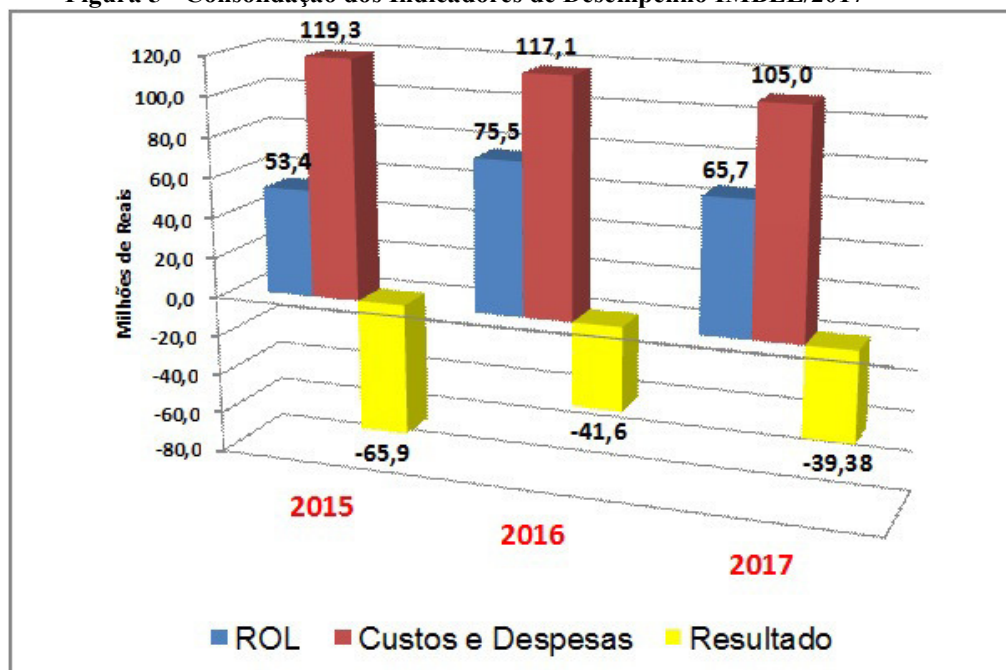
(3) Legenda t = período acumulado no ano A

t-1 = igual período acumulado no ano A - 1

2.3.2. Resultados obtidos na condução dos objetivos

Ao longo de 2017, foram monitorados os indicadores da Sede e das 05 (cinco) Unidades de Produção da IMBEL. Os resultados consolidados e corrigidos pelo IPCA são apresentados no gráfico a seguir:

Figura 5 - Consolidação dos Indicadores de Desempenho IMBEL/2017



Fonte: Datasul

2.3.2.1 Análise crítica

Indicador	Análise Crítica
Receita Operacional Líquida (ROL)	Quando se comparam os dados de 2017 com os de 2016 desse indicador, após corrigidos pelo IPCA, observa-se um decréscimo de 13%. Considerando que a meta a ser atingida era de aumentar em 10%, considera-se que o resultado negativo foi impactado pelo cenário nacional adverso: • redução abrupta nas vendas no mercado institucional de segurança, face a crise orçamentário nos Estados da União; e • pequeno aumento nas vendas no mercado institucional de defesa.
Custos dos Produtos e dos Serviços Vendidos (CPV/ROL)	Esse indicador é resultado da relação entre o CPV e a ROL, demonstrando se os custos estão aumentando ou diminuindo em relação à ROL obtida no período analisado. O valor da relação CPV/ROL em 2017 foi de 69,53% e o valor do CPV/ROL de 2016 foi de 60,86%. Dessa forma, constata-se que houve um aumento de 9% no período, sendo que a meta prevista era de um decréscimo de 10%. A análise dos resultados obtidos permitiu concluir que o indicador foi impactado fortemente pela redução da Receita Operacional Líquida, conforme fatores apresentados no quadro anterior.

Despesas (gastos administrativos, comerciais, tributários, financeiros, e diversos) (D)	Esse indicador expõe o resultado das ações gerenciais que impactam os gastos da Empresa independente de seu nível de produção, mas que interferem nas margens de lucro nas vendas de seus produtos e serviços. Em 2017, as despesas foram de R\$ 64.426.006,60 e em 2016 foram de R\$ 71.178.501,14, indicando que o índice (corrigido pelo IPCA) reduziu-se em 10,5%, superando em muito a meta, que previa um decréscimo de 5%. O resultado favorável do período pode ser creditado aos seguintes fatores: • efetividade das ações estratégicas previstas para a Diretoria de Administração Financeira nos Planos de Ação Setoriais de 2017 (PAS 2017), monitorando os planos de ação para redução de despesas nos setores administrativos, de produção e de mercado; • aperfeiçoamento do processo de pagamento de encargos tributários; e • aperfeiçoamento da gestão dos recursos humanos, em especial na redução dos pagamentos de horas extras, redução com despesas de plano de saúde (assistência à saúde complementar) e redução do pagamento de diárias e passagens.
---	--

A análise dos resultados mensurados dos indicadores estratégicos elencados pelo Planejamento Estratégico para o ano de 2017 demonstra redução da ROL comparando-se a 2016, motivada pelos problemas orçamentários federais e estaduais. Ao mesmo tempo, os Gastos (Custos e Despesas) da IMBEL confirmam a tendência decrescente da série histórica corrigida pelo IPCA, no período 2015-2017. As evidências são de que há acerto nas ações gerenciais adotadas no planejamento estratégico de longo prazo (2017-2026), e de que a máquina organizacional está mais eficiente, face ao melhor gerenciamento dos recursos humanos e financeiros.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da IMBEL é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria-Executiva, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria e de Elegibilidade.

A Assembleia Geral é o órgão máximo da IMBEL, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o estatuto social da IMBEL, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo.

A IMBEL é administrada pelo Conselho de Administração (CA), órgão de orientação superior das atividades da Empresa, de deliberação estratégica e colegiada, e pela Diretoria-Executiva, o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da IMBEL, em conformidade com a orientação geral traçada pelo CA. Esta é constituída de Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor de Mercado e Diretor Industrial.

O Conselho Fiscal (CF) é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da IMBEL as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.

O Comitê de Auditoria é o órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. Este será ativado até 30 de junho de 2018.

O Comitê de Elegibilidade atuará como órgão auxiliar na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos Administradores e Conselheiros Fiscais. Este será ativado até 30 de junho de 2018.

A Auditoria Interna atua vinculada ao Conselho de Administração, a quem se reporta diretamente. Executa atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa e patrimonial.

As Assessorias da Presidência são voltadas para o Planejamento e Gestão, a Comunicação Institucional, a Gestão dos Controles Internos e dos Riscos, além da Advocacia Geral e do Gabinete. A Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações trabalha subordinada à Vice-Presidência Executiva.

Para orientar as ações de governança a Empresa estabeleceu documentos orientadores e normativos que regulam as atividades desenvolvidas, destacando-se o Estatuto Social, o Regimento Interno, Regulamentos, o Planejamento Estratégico, Planos de Ação, Ordens de Serviço, entre outros.

Anualmente, a IMBEL contrata empresa especializada para a realização de auditoria independente e trabalhos de avaliação da sua prestação de contas e assuntos correlatos, visando, também, cumprir o estabelecido na legislação específica.

3.1.1. Atendimento à Lei das Estatais

A IMBEL está cumprindo, rigorosamente, as imposições e os prazos estabelecidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e pelo Decreto nº 8.945, que a regulamentou e, nesse sentido, empreendeu, entre outras, as seguintes ações:

- teve seu Planejamento Estratégico para o período de 2016 a 2027 aprovado pelo Conselho de Administração (CA), na 284ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2016, ato formalizado na ata da referida reunião e na Resolução nº 10/2016-CA/IMBEL;

- criou a Comissão Interna de Elegibilidade, por intermédio da Portaria nº 15-GAB/2017, de 9 janeiro de 2017, para exercer, temporariamente, as competências do Comitê de Elegibilidade, de que trata o inciso I do caput do art. 21 do Decreto nº 8.945, até a ativação do referido Comitê;

- atualizou as atribuições da extinta Assessoria de Gestão do Controle Interno (AGCI), criando a Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos (AGCIR), por intermédio da Portaria nº 162-PRESI/2017, de 22 de março de 2017, a fim de possibilitar a adequação da estrutura da IMBEL ao seu Estatuto e de acordo com o art. 9º incisos I e II da Lei 13.303/16 e ao art. 15 incisos I e II e art. 16 do Decreto nº 8.945/16;

- criou o Comitê de Governança, Riscos e Controles, por meio da Portaria nº 188-PRESI-2017, de 31 de março de 2017, atendendo ao prescrito no art. 23 da IN Conjunta CGU/MP nº 001/2016, com a finalidade de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos, atendendo, também, ao estabelecido na Lei 13.303/16 e no Decreto nº 8.945/16 sobre os referidos assuntos;

- formalizou a criação da Assembleia Geral, por meio da alteração dos art. 12, 14 e 15 do Estatuto Social da IMBEL, aprovado pelo Decreto nº 5.338, 12 de janeiro de 2005, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2017;

- unificou os mandatos de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas para os membros do Conselho de Administração, em 29 de agosto de 2017, data de posse da Conselheira indicada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e designada pelo Ministro de Estado da Defesa, por intermédio da Portaria nº 2.953/GM/MD, de 1º de agosto de 2017, publicada na Seção 2 do DOU nº 165, de 28 de agosto de 2017;

- adotou o prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas para os membros do Conselho Fiscal, a partir da posse do representante do Ministério da Fazenda, designado pelo Ministro de Estado da Defesa, por intermédio da Portaria nº 2.417/GM/MD, de 16 de junho de 2017, publicada na Seção 2 do DOU nº 120, de 26 de junho de 2017;

- atualizou seu Estatuto Social, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2017, com o objetivo de adequá-lo às exigências da Lei 13.303 e do Decreto 8.945; e

- aprovou seu Código de Conduta Ética e Integridade, na 300ª Reunião Ordinária do CA, realizada em 20 de dezembro de 2017, ato formalizado na ata da referida reunião e na Resolução nº 17/2017-CA/IMBEL, da mesma data.

Observa-se, assim, que a IMBEL, empreendeu ações e normatizou procedimentos para adequar sua estrutura às exigências da Lei das Estatais e do Decreto 8.945/2016 e se encontra em uma fase de adaptação às modificações realizadas, em especial no que tange ao seu Estatuto Social.

3.1.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

Quadro 12 - Informações sobre dirigentes e colegiados

Estrutura de Governança Interna	Base Normativa	Composição	Papéis e Funcionamento	Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil
Conselho de Administração	DECRETO Nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 alterado pelo DECRETO Nº 8.155, de 18 de dezembro de 2013 - Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	6 (seis) membros: I- um indicado pelo Comando do Exército, que presidirá o Conselho e indicará substituto entre os demais membros para suas ausências e impedimentos, excluído o Diretor-Presidente da IMBEL; II- o Diretor-Presidente da IMBEL; III- um indicado pela administração central do Ministério da Defesa; IV- um indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; V- um indicado pelo Ministério da Fazenda; e VI- um representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação.	O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária, com a presença mínima de dois terços de seus membros. §1º O Conselho de Administração poderá reunir-se, também, em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente ou de dois conselheiros. §2º As deliberações do Conselho serão aprovadas por maioria simples dos votantes, tendo o seu Presidente, além do voto normal, o de qualidade. §3º Da reunião do Conselho de Administração será lavrada ata em livro próprio.	Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Ministro de Estado da Defesa, após aprovação do Presidente da República, conforme o disposto no § 4º do art. 1º do Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993. O representante dos trabalhadores será escolhido dentre os empregados ativos da empresa pública ou sociedade de economia mista, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.
Conselho Fiscal		3 (três) membros e respectivos suplentes: I - um representante do Ministério da Defesa; II - um representante do Comando do Exército; e III - um representante da Secretaria do Tesouro Nacional.	O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer dos seus membros em exercício, pelo Diretor-Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração.	Os membros do Conselho Fiscal serão designados pelo Ministro de Estado da Defesa, por indicação do Comandante do Exército e do Ministro de Estado da Fazenda, nos casos dos incisos II e III, consoante o § 4º do art. 1º do Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993.
Diretoria		No mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) diretores, demissíveis <i>ad nutum</i> .	A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer de seus membros, no mínimo quinzenalmente, com a presença de pelo menos dois de seus membros.	Nomeados pelo Presidente da República mediante proposta do Ministro da Defesa, após indicação do Comandante do Exército, sendo um Diretor-Presidente, um Vice-Presidente Executivo e até quatro diretores sem designação especial, cujas atribuições específicas serão determinadas pelo Conselho de Administração.

3.1.3. Atuação da unidade de auditoria interna

a) O Estatuto Social da IMBEL, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, em 14 de dezembro de 2017, estabelece em seu art. 99, as competências específicas da Auditoria Interna-AI/IMBEL. Denominam-se obrigações e responsabilidades da AI: executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa e patrimonial; propor medidas preventivas e corretivas das inconformidades detectadas; verificar o cumprimento e a implementação pela IMBEL das recomendações ou determinações do Tribunal de Contas da União – TCU e dos demais órgãos de controle e do Conselho Fiscal; auxiliar o Conselho de Administração em outras atividades correlatas; aferir a adequação do controle interno, a efetividade da gestão dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras; e elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN. Dentre as normas que regulam a atuação da AI destacam-se as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), elaboradas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que estabelece princípios fundamentais que são aplicáveis a todos os trabalhos de auditoria pública, independentemente de sua forma ou contexto nas auditorias financeiras, operacionais e de conformidade e as Normas Internacionais para Prática Profissional de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA (Norma 1100).

b) De acordo com as Normas Internacionais para Prática Profissional de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA (Norma 1100), a atividade de auditoria interna deve ser independente e os auditores serem objetivos ao executar seu trabalho. A independência possibilita aos auditores emitirem julgamentos imparciais. Por sua vez, a objetividade remete à atitude clara e concisa necessária para a execução de suas atribuições de maneira a assegurar a transparência, integridade e qualidade dos resultados de seu trabalho. Em conformidade com o parágrafo único do art. 98, do Estatuto Social da IMBEL, de 14 de dezembro de 2017, a AI está vinculada ao Conselho de Administração nos termos da legislação em vigor, o que caracteriza a sua independência.

c) O escopo e a extensão dos trabalhos da auditoria interna são definidos pelo Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pelo Conselho de Administração. Posteriormente, os resultados das análises são apresentados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAIN). São planejadas 02 (duas) visitas anualmente em cada UP e Sede, sendo previstos após as atividades, a emissão de 01 (um) relatório de auditoria (RA). Esse fluxo e estrutura caracterizam a observância da objetividade requerida nas normas, o que é de suma importância para a devida execução das atividades de auditoria. Na elaboração do cronograma foi observada a necessidade de atender prazos obrigatórios estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras e demais usuários externos.

d) Em atendimento à Resolução nº 15, de 24 de setembro de 2015, emitida pelo Conselho de Administração da IMBEL, a estrutura do setor passou a ser centralizada na SEDE, em Brasília. Na reformulação foi estabelecido que a AI passaria a atuar de forma concentrada e com estabelecimento em Brasília, extinguindo-se então a formação anterior e autorizando a contratação de profissionais concursados com um efetivo de até 05 (cinco) componentes. A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da auditoria interna será submetida, pelo Diretor-

Presidente, à aprovação do Conselho de Administração e, em sequência, à aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria - Geral da União.

e) Os Relatórios emitidos pela AI são encaminhados via Memorando Interno (MI) ao Diretor-Presidente da IMBEL e é recebido pela Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos – AGCIR, conforme previsto no Plano Anual de Controle Interno - PACI. A AGCIR analisa o documento e o despacha com o Diretor-Presidente da IMBEL, que determina as providências a serem realizadas pelos diversos setores da IMBEL. O acompanhamento das respostas e implementação das recomendações de auditoria é realizado por meio do módulo de Auditoria Interna do Sistema de Informação da IMBEL - SIMBEL. Os Relatórios de Providências (RP) emitidos pelos setores da Empresa, em resposta aos relatórios de auditoria, são encaminhados à AGCIR que despacha com o Presidente, inclui no SIMBEL e os envia à AI. Esse fluxo garante que a alta gerência tome conhecimento das recomendações e determine as providências cabíveis, além de demonstrar o papel da AGCIR como setor que auxilia a ligação da AI com a IMBEL.

f) Após as visitas nas UP e SEDE, a AI elabora e envia o Relatório de Auditoria (RA) apresentando os achados, os riscos e as recomendações para o Conselho de Administração (CA), Conselho Fiscal (CF), CCIEx e Presidência da IMBEL. A AI acompanha sistematicamente as respostas sobre a implementação das recomendações no SIMBEL e por meio de planilhas eletrônicas, o que possibilita mais celeridade na comunicação entre a auditoria e a alta gestão da Empresa. A comunicação sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da AI ocorrem via RAIN, e pontualmente, via MI. Os riscos são mapeados na etapa do planejamento e direcionam o escopo das atividades de auditoria, conforme previsto no PAINT. O Comitê de Auditoria Interna – COAUD está em processo de implementação na IMBEL, observando o prazo máximo para a sua constituição até 30 de junho de 2018, em acordo com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e o art. 64 do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

g) A estrutura operacional da área conta com o chefe de auditoria interna, 02 (dois) analistas, um supervisor e um técnico administrativo. Conforme já mencionado, todo efetivo atualmente encontra-se centralizado na SEDE da Empresa, após reposicionamento na estrutura do setor em 2015. De acordo com informações recebidas do CA e Presidência da IMBEL, a referida adequação vem demonstrando ganhos operacionais à auditoria e à Empresa.

3.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

3.2.1. Estrutura e atividades do sistema de correição:

a) **Estrutura:** Realização de sindicâncias administrativas para apuração de infrações graves, inclusive para amparar demissões por justa causa (Art. 38, Regulamento de Pessoal). Apuração de infrações leves e médias com aplicação de penalidades de advertência e suspensão, mediante procedimento simplificado.

Cada Unidade de Produção (UP) da IMBEL e sua SEDE, por meio de seus Chefes, possuem autonomia para aplicação de Ações Disciplinares e de Correição, utilizando-se para as apurações necessárias a instauração de processos administrativos cabíveis em cada situação. Após apuração, dentro dos mecanismos legais (Estatuto, Regulamento de Pessoal da IMBEL e demais regulamentos cabíveis), são adotadas soluções para cada processo.

Além disso, a IMBEL está sujeita à fiscalização da Auditoria Interna, Auditoria Externa, Auditoria do CCIEx, Auditoria e/ou Diligência do TCU, em conformidade com o art. 71, em especial o inciso II, da Constituição Federal.

b) Abrangência: Servidores Cíveis

c) Atividades: As atividades de correção variam de acordo com a penalidade, podendo ser apuradas utilizando a Ficha de Apuração de Transgressão Disciplinar, e se for o caso, por Sindicância.

3.2.2. Base normativa que regulamenta a atividade de correção:

A atividade de correção é realizada com base no Regulamento de Pessoal e Regulamento de Sindicância da IMBEL.

3.2.3. Competências e responsabilidades:

Diretores, Chefes de Unidade de Produção (UP) e Chefe de Gabinete.

3.2.4. Principais resultados observados em relação à atividade de correção:

a) Punições administrativas aplicadas.

Quadro 13 – Punições administrativas aplicadas

PUNIÇÕES	2016	2017	TOTAL
Demissão	15	92	107
Cassação	0	0	0
Destituição	0	0	0
TOTAL EXPULSIVAS	15	92	107
Suspensão	81	138	219
Advertência	133	182	315
TOTAL NÃO EXPULSIVAS	214	320	534
TOTAL GERAL	229	412	641

b) Principais causas das punições aplicadas (Art. 117, da Lei nº 8.112/90).

Não é o caso da IMBEL. Empresa Pública regida pela CLT

3.2.5. Informações quanto ao cumprimento da Portaria nº 1.043/2007-CGU

A IMBEL aderiu, em Junho de 2017, ao registro de informações relativas a processos disciplinares aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

3.3. GESTÃO DE RISCOS E OS CONTROLES INTERNOS

Até 2016, a IMBEL possuía uma estrutura de controles internos amparada em Instruções Normativas que orientavam as ações atinentes ao Sistema de Controle Interno da Empresa e ao trâmite dos documentos com os órgãos de controle e no Plano de Controle Interno, editado

anualmente. A Gestão de Riscos, por sua vez, não era formalizada em documentos orientadores de acordo com metodologia padronizada, e estava baseada somente em normas que ainda orientam as atividades industriais da Empresa, voltadas objetivamente somente para os riscos operacionais.

Em 2017, a Empresa pautou sua atuação no seu Planejamento Estratégico, que contempla o período de 2017 a 2026, e visa transformar a IMBEL de empresa predominantemente industrial em empresa industrial e gerencial, conformando novas unidades organizacionais denominadas DIREÇÃO E GESTÃO (baseada nas atribuições do Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo, Diretoria Administrativo-Financeira, Gabinete e Assessorias); INDÚSTRIA (por evolução da atual Diretoria Industrial e das Unidades de Produção); SOLUÇÕES EM MERCADO (por evolução da atual Diretoria de Mercado) e INOVAÇÃO (a ser criada).

O advento de legislação específica voltada para a atuação preventiva no combate aos ilícitos, à fraude e à corrupção, em especial as leis e normas editadas a partir de 2013, como a Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção; a Lei nº 12.527/2011, chamada de Lei de Acesso à Informação; a IN Conjunta 001-CGU/MP-2016; as Resoluções da CGPAR que tratam da Governança Corporativa, das Competências do Conselho de Administração, das Políticas de Gestão de Riscos e de Conformidade e Controles Internos, e do Programa de Integridade; a Lei 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais; e o Decreto nº 8.945/2016 que a regulamenta, representam importante avanço ao prever a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo.

Nesse sentido, as políticas, regulamentos, planos, e demais documentos reguladores e normativos da Empresa, que se encontram em fase de revisão, devem estar em conformidade com a nova legislação pertinente, e visam instituir padrões adequados de governança corporativa, de controles internos e de gestão de riscos como apoio para a consecução dos objetivos estratégicos da IMBEL, visando orientar e servir de guia para as atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos da Empresa.

A estrutura da Empresa está em processo de adaptação, de modo a possibilitar a atuação preventiva e proativa da gestão, baseada na análise do ambiente; na fixação de objetivos, na identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, por meio de atividades constantes de controles internos, comunicação e monitoramento, conforme estabelecido na Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da IMBEL.

O processo de implantação e implementação da gestão dos riscos na IMBEL foi planejado de modo a atender à legislação que ampara o tema, em especial à Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001/16, a Lei nº 13.303/16 e o Decreto nº 8.945/16.

Assim, a Assessoria de Gestão do Controle Interno foi adaptada para atender às novas demandas e atribuições como órgão de supervisão dos controles internos e da gestão de riscos de uma estatal dependente e, no corrente ano, passou a ser denominada Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos (AGCIR).

O Comitê de Governança, Riscos e Controles foi criado, em 2017, como órgão deliberativo e permanente, que tem a finalidade de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos no âmbito da IMBEL, de forma a propiciar a eficiente gestão dos recursos, a proteção e a valorização do patrimônio e da imagem da Empresa.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles tem a seguinte composição: Diretor-Presidente; Vice-Presidente Executivo; Demais Diretores; Chefes de Unidades de Produção; e Chefe do Gabinete da Presidência. O Comitê será apoiado pela AGCIR.

Em 2017, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos Corporativo, com a finalidade de estabelecer os procedimentos para a implementação da gestão de riscos na IMBEL, de modo a

possibilitar a atuação preventiva e proativa de todos os setores da Empresa e evitar que as ocorrências de eventos inesperados impactem negativamente a consecução dos objetivos.

A IMBEL adotou Metodologia de Gestão de Riscos própria, adequada às suas necessidades e peculiaridades e adaptou sua estrutura para atingir os objetivos da gestão de riscos, conforme estabelecido na Política de Gestão de Riscos. A metodologia consiste de um processo com 7 (sete) etapas: Estabelecimento do Contexto; Identificação dos Riscos; Análise dos Riscos; Avaliação dos Riscos; Tratamento dos Riscos; Comunicação; e Monitoramento.

Na estrutura da IMBEL, destaca-se o papel do gestor de riscos, que é o empregado responsável pela gestão de riscos na sua área ou setor de competência, e que deverá monitorar os riscos ao longo do tempo e empreender as medidas necessárias para garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção dos riscos em níveis aceitáveis e que informações oportunas e adequadas sobre riscos estejam disponíveis em todos os níveis de gestão da IMBEL.

O Plano de Gestão de Riscos Corporativo prevê, para 2018, a capacitação de todos os gestores de riscos, por intermédio de treinamento interno corporativo e obrigatório, conduzido pela Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos (AGCIR), para a aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos da IMBEL.

Em 2017, as atividades de controle interno estavam amparadas no Plano Anual de Controle Interno, na Instrução Normativa que trata do Sistema de Controle Interno da IMBEL e na Instrução Normativa que orienta o trâmite de documentos e informações com os órgãos de controle. A documentação está em fase de atualização para adequar-se à nova legislação pertinente, de modo a contemplar a Gestão de Riscos como forma de atuação preventiva que evite o comprometimento dos objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico da Empresa.

Encontra-se em fase de elaboração a Política de Controle Interno (conformidade) da IMBEL, a qual tem por finalidade assegurar que os atos de gestão estejam em conformidade com a legislação aplicável e orientar a realização das atividades de controle, por intermédio de planos de ação, métodos, procedimentos e indicadores.

Nesse contexto, a adaptação da estrutura da Empresa permite que as atividades que cada empregado sejam observadas e, caso necessárias, ocorram orientações específicas, de forma a diminuir possíveis falhas nos trabalhos.

As técnicas adotadas para o desenvolvimento dos trabalhos referentes aos controles internos compreendem o exame documental, verificação "in loco", conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliação e análise de contas contábeis, teste substantivo e amostragem não probabilística, tudo em estrita observância à legislação pertinente, conferindo confiabilidade às informações produzidas.

A AGCIR conta com informações adicionais para gerenciar suas atividades, que confrontadas resultam em um trabalho eficaz, realizando rotineiramente consultas ao SIAFI, SIASG, SICON, Compras Net, e emprega os sistemas corporativos, como o DATASUL, o SIMBEL e o PROTWEB. O Módulo de Controle Interno do SIMBEL é usado efetivamente para o gerenciamento de todas as atividades atinentes aos controles internos e está em fase final de remodelagem para atender, em melhores condições, as novas demandas.

Observa-se, portanto, que a estrutura do Sistema de Controle Interno da IMBEL, embora esteja em fase de adaptação à nova legislação pertinente, é empregada efetivamente para aperfeiçoar a gestão da Empresa, mitigar os riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência às leis e regulamentos, contribuindo para a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.

3.4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

1) Base normativa da remuneração:

A política de remuneração dos administradores da IMBEL é regulada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), pelo Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e pelo Estatuto Social da IMBEL, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2017 e publicado no Diário Oficial da União de 01 de Março de 2018, seção 1, página 21. Em conformidade com o § 1º do art. 27 do Decreto 8.945, "a remuneração dos administradores será sempre fixada pela assembleia geral." Além disso, a remuneração mensal dos membros dos Conselhos de Administração, conforme o art. 34, não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da empresa, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa. Por outro lado, o Estatuto Social da IMBEL no art. 37 estabelece que "a remuneração dos membros estatutários, exceto Comitê de elegibilidade, que não será remunerado, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação pertinente. É vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral."

2) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A prática de remuneração está de acordo com o determinado pela legislação citada no item 1. Seu objetivo é manter uma equiparação da remuneração dos dirigentes da Empresa e das demais empresas controladas pela SEST.

3) Composição da remuneração:

A remuneração é composta conforme a legislação citada no item 1 acima.

4) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Atualmente, não existem indicadores que influenciam no cálculo da remuneração.

5) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Atualmente, não é considerado.

6) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade:

A Empresa segue as orientações da SEST/MP.

7) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não é o caso da IMBEL.

8) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia:

Não se aplica à IMBEL.

9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

Não existe Plano de remuneração para os membros da diretoria e do conselho de administração na IMBEL.

10) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:
Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

3.4.1. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro 14 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Gen Ex Sinclair James Mayer	(" - ")	(" - ")	1.901,46	22.817,46
Luciano de Paiva Albuquerque	(" - ")	11/2017	1.904,98	20.954,81
Nelson Leitão Paes	(" - ")	(" - ")	1.901,46	22.817,46
Elvira Mariane Schulz	(" - ")	08/2017	1.920,86	15.366,86
Claudio Duarte de Moraes	(" - ")	09/2017	1.979,07	7.916,26
Gen Div R/1 Celso José Tiago	(" - ")	(" - ")	-	-
Decílio de Medeiros Sales	09/2017	(" - ")	1.862,65	7.450,60
Erika Akemi Kimura Reis	08/2017	(" - ")	1.862,65	7.450,60
Denilson Pimentel Barbeto	12/2017	(" - ")	1.862,65	1.862,65
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Gen Bda Expedito Alves De Lima	(" - ")	07/2017	1.929,17	13.504,21
Cel Edson Pierobon	(" - ")	(" - ")	1.901,46	22.817,46
Renato Da Motta Andrade Neto	(" - ")	06/2017	1.929,17	13.504,21
Ricardo Marques Figueiredo	08/2017	(" - ")	1.862,65	9.313,25
Cristiano Beneduzi	07/2017	(" - ")	1.862,65	9.313,25

3.4.2. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro 15 - Síntese da Remuneração dos Administradores Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: (Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal)		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Número de membros:		
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.143.422,90	1.444.698,71
a) salário ou pró-labore	2.143.422,90	1.444.698,71
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	2.143.422,90	1.444.698,71
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

3.4.3. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

3.5. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Sistema de Contratação: Por se tratar de serviços comuns, foi realizada a modalidade de Pregão Eletrônico nº 02/2017-IMBEL.

Empresa Vencedora: CNPJ 07.757.896/0001-05 CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP

Remuneração pelo Contrato: o valor final do Pregão ficou em R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), pago em 6(seis) parcelas, conforme cronograma físico financeiro abaixo, constante do Termo de Referência e Contrato:

Quadro 16 - Prazos e cronograma físico e financeiro para pagamento de cada produto

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, PRAZOS E FINANCEIRO DE CADA PRODUTO A SER PAGO					
	VALOR				
	2017	2018			
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Produto 1 – Relatório de recomendações referente à Revisão mensal e pareceres do 1º ao 3º trimestre, entregue até 12/12/2017.	20%				
Produto 2 – Relatório de recomendações referente ao Inventário de Estoques e Controle Interno, entregue até 16/01/2018.		20%			
Produto 3 – Relatório de recomendações referente a Procedimentos e Normas Tributárias, entregue até 20/02/2018.			20%		
Produto 4 – Relatório de recomendações final - Carta de Controle, entregue até 01/03/2018.				20%	
Produto 5 – Parecer sobre adequação das Demonstrações Contábeis do 4º trimestre e anual, entregue até 01/03/2018.				10%	
Produto 6 – Participação na Assembleia-Geral Ordinária, na forma do Art. 134 §1º da Lei 6.404/76, que ocorrerá até 30 Abr 18.					10%

Serviços que foram contratados e executados:

a) Cronograma de Execução dos Trabalhos conforme quadro a seguir:

Quadro 17 - Cronograma de Execução dos Trabalhos de Auditoria Externa								
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA EXTERNA								
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	2017				2018			
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Planejamento	X	X						
Revisão das informações trimestrais e entrega dos pareceres do 1º ao 3º trimestre/2017	X	X	X					
Análise dos processos e atividades de controle interno			X	X				
Avaliação do sistema contábil			X	X				
Avaliação dos procedimentos de controle interno e riscos do negócio				X				
Acompanhamento de inventário físico de estoque			X	X				
Revisão e verificação dos procedimentos e normas da área tributária				X	X			
Análise e revisão das demonstrações contábeis anual					X		X	
Participação da Reunião da Assembleia-Geral Ordinária, que ocorrerá até 30 Abr 18								X

b) A realização dos trabalhos compreenderá a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis, referentes ao exercício de 2017, dentro das normas e conforme a especificação a seguir:

b.1) Exame das demonstrações contábeis e dos livros fiscais, com emissão de 4 (quatro) pareceres trimestrais e 1 (um) anual, assim como a preparação de relatórios de recomendações, compreendendo:

- Exame das demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária brasileira, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais normas aplicáveis e emissão de respectivo parecer quanto à adequação das demonstrações quanto à posição patrimonial e financeira;

- As demonstrações contábeis compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, notas explicativas, relatório da administração e outras definidas em lei;

- Auditoria, exame e avaliação das demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2017, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas, Análise do LALUR MENSAL, e-LALUR, SPED Contábil, SPED Fiscal, EFD Contribuições e SPED ECF em conformidade com a legislação em vigor, avaliação dos controles e critérios contábeis utilizados pela IMBEL afetos ao objeto da contratação e outras definidas em Lei, com emissão do Relatório dos Auditores Independentes, incluindo Parecer/Relatório, sobre essas demonstrações, apresentando em caso de identificação de qualquer inconformidade, a manifestação adequada;

- Revisão prévia da declaração do imposto de renda, por pessoal especializado na área tributária, referente ao ano base de 2017, assim como verificação da conformidade dos procedimentos gerais objeto do trabalho em relação às normas tributárias;

- Estudo e avaliação do sistema contábil e dos controles internos compreendendo plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela empresa na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos registros e demonstrações contábeis e de sua eficácia operacional;

- Realização de análise e acompanhamento no fechamento dos balancetes mensal; e

- Realização de acompanhamento do inventário físico dos estoques.

c) Apresentação, no curso dos trabalhos e ao final destes, de relatórios com recomendações sobre controles internos, visando o aperfeiçoamento dos controles contábeis e/ou administrativos e à regularização de qualquer ocorrência anormal detectada, ou manifestando a regularidade dos procedimentos adotados.

d) Cada produto a ser entregue será valorizado e entregue em conformidade com o quadros nº 16 e 17 deste Relatório. A entrega do parecer final que deverá ocorrer até 01/03/2018 e a data provável para a Reunião da Assembleia-Geral Ordinária que ocorrerá até 30 Abr 18.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

4.1.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal

A IMBEL concluiu o ano de 2017 com 1.921 Empregados de Carreira, 61 Empregados Comissionados (Livre Provimento), 05 Diretores, 42 Empregados Contratados por Tempo Determinado, 06 Membros dos Conselhos (Administração e Fiscal), 95 Militares da Ativa Cedidos, 32 Militares PTTC, 55 Aprendizes e 05 Estagiários, totalizando 2.222 colaboradores na Folha de Pagamento de dezembro/2017.

No total de empregados de Carreira, 87 estão aposentados por invalidez. Estes constam na Folha de Pagamento da Empresa, conforme estabelecido em legislação específica, mas percebem pelo INSS.

4.1.2. Demonstração e distribuição da Força de Trabalho à disposição da UP

Quadro 18 - Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2193	1926	67	160
1.1 Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2 Empregados de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1926	67	160
1.2.1 Empregados de carreira		1921	67	160
1.2.2 Empregado de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3 Empregado de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4 Empregado requisitados/cedidos de outros órgãos e esferas		05	0	0
2. Empregados com Contrato Temporário		42	48	6
3. Empregados Comissionados (Livre Provimento)		61	11	8
4. Diretores		5	0	0
5. Total (1+2+3+4)		2034	126	174

Fonte: Datasul

Observação I: Não são computados, para fins de limite de efetivo estabelecido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, os Aprendizes, Estagiários, Membros dos Conselhos, Militares PTTC e os Aposentados por Invalidez existentes na Empresa.

Observação II: Acrescentam-se à força de Trabalho da IMBEL 95 Militares da Ativa Cedidos, que estão à disposição da Empresa.

Quadro 19 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Empregados de Carreira (1.1)	549	1377
1.1. Empregados de Carreira	549	1377
1.1.2. Empregados de carreira vinculada ao órgão	544	1377
1.1.3. Empregados de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Empregados de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Empregados requisitados de outros órgãos e esferas	5	0
2. Empregados com Contratos Temporários	1	41
3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública	61	0
4. Diretores	5	0
6. Total de Empregados (1+2+3+4)	616	1418

Fonte: Datasul

Observação: A Área Fim abrange a área de produção e a área de apoio à produção, já a Área Meio abrange a área administrativa.

**Quadro 20 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
(Situação em 31 de Dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregos em comissão	160	103	21	11
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	160	103	21	11
1.2.1. Empregado de carreira vinculado à empresa	96	42	10	3
1.2.2. Empregado de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Empregado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Empregado Contratado independentemente de concurso Público (Comissionados)	64	61	11	8
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	132	75	57	60
2.1. Empregado de carreira vinculado à empresa	132	75	57	60

Fonte: Datasul

Análise Crítica da Gestão de Pessoas

a) a quantidade de empregados disponíveis frente às necessidades da UPC:

A quantidade de empregados autorizada é de 2.193, conforme estabelecido na Portaria nº 29 de 06/12/2017, expedida pela SEST/MP. Este total tem se mostrado suficiente para o atendimento das necessidades da Empresa.

b) resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de empregados em cargos comissionados frente a não comissionados:

A força de trabalho está bem distribuída entre a área meio e a área fim. A quantidade de vagas autorizadas para os cargos comissionados tem se mostrado suficiente para o atendimento das necessidades da Empresa.

c) possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por empregados mais próximos do evento aposentadoria:

Não se aplica, pois a maioria dos empregados que se aposentam pelo INSS optam por continuar trabalhando na Empresa.

d) eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível, quantificando o número de empregados afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC:

Os afastamentos por doença e a aposentadoria por invalidez são os principais fatores que contribuem para a redução da força de trabalho.

Quadro 21 – Quantidade de empregados afastados

Situação	Quantidade de empregados afastados em 2017
Afastado por Acidente de Trabalho	20
Aposentado por Invalidez	87
Afastado por Doença	114
Afastado por Licença Maternidade	14

Fonte: Datasul

e) movimentações de pessoal (ingresso e egresso) decorrente da reestruturação dos órgãos e entidades da administração pública ocorrida no exercício.

Não ocorreu movimentação de pessoal decorrente da reestruturação dos órgãos e entidades da administração pública.

4.1.3. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 22 - Despesas do Pessoal (em R\$ 1,00)

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos (1)										
Empregados de carreira que não ocupam cargo de provimento e comissão										
Exercício	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregados de carreira que ocupam cargo de provimento e comissão (2)										
Exercício	2017	36.467.928,48	0,00	3.234.947,73	6.735.784,42	0,00	899.842,68	0,00	2.800.702,89	50.139.206,20
	2016	31.854.043,56	0,00	2.649.649,08	5.255.928,50	1.505.557,09	1.750.636,62	0,00	0,00	43.015.814,85
Empregados SEM VÍNCULO com função gratificada (militares da ativa) (3)										
Exercício	2017	0,00	1.049.767,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.144,79	1.112.912,36
	2016	0,00	868.934,40	0,00	0,00	48.524,85	0,00	0,00	0,00	917.459,25
Empregados cedidos com ônus (4)										
Exercício	2017	820.836,72	0,00	66.947,87	22.801,02	0,00	30.867,00	0,00	64.331,66	1.005.784,27
	2016	884.876,28	0,00	73.739,69	24.579,90	0,00	0,00	0,00	0,00	983.195,87
Empregados Livre Provimento (Chefes/Assessores) (5)										
Exercício	2017	6.428.229,84	0,00	517.263,38	410.309,22	0,00	41.300,64	0,00	414.214,93	7.811.318,01
	2016	5.356.434,24	0,00	407.214,55	773.056,77	25.355,35	0,00	0,00	0,00	6.562.060,91
Presidência e Diretores										
Exercício	2017	1.246.026,44	0,00	46.817,86	31.212,27	0,00	0,00	0,00	667.094,71	1.991.151,28
	2016	1.123.628,64	0,00	93.635,72	31.211,91	11.424,40	0,00	0,00	0,00	1.259.900,67

Fonte: Sistema Integrado Totvs/Datasul - módulo: Folha de Pagamento

Nota (1) - Não é o caso da IMBEL;

Nota (2), (3) e (5) - Referente à implantação do Plano de Empregos em Comissão da IMBEL – iniciada em Abr/2014;

Nota (4) - Referente aos empregados anistiados da extinta empresa PROLOGO, em processo da Comissão Especial Interministerial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os quais estão lotados na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL e cedidos a órgãos do poder público.

4.1.4. Gestão de Riscos relacionados ao pessoal

O Plano de Empregos Comissionados trouxe a diminuição do risco de perda de pessoal habilitado nos diversos setores da Empresa. Contudo, os níveis salariais, de um modo geral, são baixos e propiciam a evasão de pessoal.

A Empresa tem dedicado especial atenção ao cumprimento das normas legais de saúde e segurança no trabalho, possuindo em seu quadro de pessoal equipe técnica especializada, apta a avaliar e propiciar condições de trabalho de acordo com as normas específicas inerentes. Com isso, a IMBEL tem reduzido os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais, demonstrando assim preocupação com o bem-estar e a saúde dos seus empregados.

4.1.5. Informações sobre a Contratação de Mão de Obra de Apoio e sobre a Política de Contratação de Estagiários.

4.1.5.1. Informações sobre contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

As contratações para prestação de serviços são restritas às atividades não abrangidas pelo Plano de Empregos, Carreiras e Salários da IMBEL, como limpeza e higiene, e ocorreram na Sede da Empresa em Brasília, na Fábrica Presidente Vargas-FPV, na Fábrica de Juiz de Fora-FJF e na Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica-FMCE, conforme especificado no Quadro 23 a seguir:

Quadro 23 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos
(contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva e com locação de mão de obra)

Unidade Contratante						
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil/Sede em Brasília						
UG/Gestão: 168003/16501						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos contratados	Sit.
			Início	Fim		
09/2015	Prestação de serviços continuados de Limpeza, Asseio e Conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de todo o material de consumo, insumos e disponibilização de todo o equipamento necessário para a execução dos serviços.	Interativa Higieneização e Conservação Ltda 05.058.935/0001-42	16/09/2015	16/09/2018	Não exigido.	Ativo Normal
10/2015	Prestação de serviços continuados de copeiragem, com dedicação exclusiva de mão de obra.	Lions Serviços Inteligentes Ltda - ME 03.586.181/0001-78	16/09/2015	16/09/2018	Não exigido.	Ativo Normal
Observação:						

Fonte: SIAFI

Unidade Contratante					
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil / Fábrica Presidente Vargas-FPV					
UG/Gestão: 168004/16501					
Informações sobre os contratos					
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Sit.
			Início	Fim	
2016	Limpeza e Higiene	J. M. Ribeiro Neto Paisagismo – ME 11.569.283/0001-03	01/06/2016	31/05/2018	* Ativo Prorrogado
Observação:					
*O Contrato não aborda o nível de escolaridade dos funcionários contratados.					
Fonte: SIAFI					

Unidade Contratante					
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil IMBEL / Fábrica de Juiz de Fora-FJF					
UG/Gestão: 168006 / 16501					
Informações sobre os contratos					
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Sit.
			Início	Fim	
026/2012	Serv. Limpeza e Conservação.	Total Serv. Comércio e Serviço Ltda. - CNPJ 13.334.753/0001-85	12/11/2012	11/11/2017	- Ativo Prorrogado
Observação:					
Esta UP possuiu contrato cujo objeto era a prestação de serviço de limpeza e conservação, firmado com a Empresa Total Serv, até o dia 11 de novembro de 2017.					
Fonte: SIAFI					

Unidade Contratante					
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil IMBEL / Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica-FMCE					
UG/Gestão: 168007 / 16501					
Informações sobre os contratos					
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados
			Início	Fim	
2016	Prestação de Serviços de Conservação e Limpeza e outros serviços gerais.	Proatividade Consultoria Empresarial e Gestão de RH Ltda (CNPJ 13.732.124/0001-03)	07/06/2016	07/06/2018	-
Observação: A FMCE possui contrato de prestação de serviços apenas para atividade não abrangida no plano de cargos, exclusivamente para a prestação de serviços de limpeza e higiene.					
Sit. Ativo Normal					

Fonte: SIAFI

4.1.5.2. Análise Crítica da contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos

A Empresa possui contratos de prestação de serviços apenas para atividades não previstas no Plano de Empregos, Carreiras e Salários, abrangendo exclusivamente a área de limpeza. Os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado. A IMBEL vem cumprindo corretamente o contrato e é constantemente fiscalizada conforme a legislação aplicável.

Exige-se a apresentação da documentação previdenciária e trabalhista referente ao mês do faturamento, incluindo os relatórios do arquivo SEFIP/GFIP e toda a documentação referente a pagamento de salários e benefícios, o que minimiza os riscos de recolhimentos e pagamentos com erro pela empresa contratada.

Ademais, a IMBEL aperfeiçoa continuamente os procedimentos visando manter a execução dos contratos de acordo com o previsto nos instrumentos contratuais.

4.1.5.3. Contratação de Estagiários

A contratação de estagiários ocorre via processo seletivo, que abrange prova escrita e oral. A Seção de Administração de Pessoal de cada Unidade verifica os conhecimentos e habilidades do candidato, analisando se estão de acordo com as necessidades da Empresa. Finalizada a seleção, é firmado um acordo de cooperação com a Instituição de Ensino do candidato e um termo de compromisso entre a IMBEL, o candidato ou o seu responsável legal, e a Instituição de Ensino. O Termo de Compromisso possui validade de 01 ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Desde 2015, a IMBEL vem minimizando o efetivo de estagiários com o objetivo de reduzir gastos públicos.

Quadro 24 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de estagiários e Despesas com contratação					
	2015		2016		2017	
	Qtde	Vlr (R\$)	Qtde	Vlr (R\$)	Qtde	Vlr (R\$)
1. Nível superior	9	120.285,07	4	42.684,96	8	34.973,39
1.1 Área Fim	1		2		0	
1.2 Área Meio	8		2		8	
2. Nível Médio	0		0		0	
2.1 Área Fim	0		0		0	
2.1 Área Meio	0		0		0	
3. Total (1+2)	9		4		8	

Fonte: Datasul

4.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Empresa vem realizando processos licitatórios para desfazimento dos imóveis não vinculados às atividades operacionais. As cessões de uso são realizadas mediante contrato, de acordo com a Lei 8.666/93.

4.2.2. Estrutura de Controle e de Gestão do Patrimônio:

A Estrutura de Controle e de Gestão do Patrimônio da IMBEL é composta por:

- a. Divisão de Patrimônio, subordinada à Diretoria Administrativa;
- b. Seções de Patrimônio subordinadas às Divisões Administrativas nas Unidades de Produção; e
- c. Divisão de Apoio subordinada ao Gabinete.

4.2.3. Distribuição geográfica dos imóveis da União**Quadro 25 – Distribuição Geográfica dos Imóveis da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Rio de Janeiro	523	524
	Rio de Janeiro (FMCE)	0	0
	Magé (FE)	523	524
	MINAS GERAIS	437	465
	Itajubá (FI)	337	354
	Juiz de Fora (FJF)	100	111
	São Paulo	540	551
	Piquite (FPV)	540	551
	Goiás	2	2
	Hidrolândia (Sede)	2	2
Subtotal Brasil		1502	1542
EXTERIOR	Não há.	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	1502	1542

Fonte: DATASUL

4.2.4. Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet):

FPV	Esta UP realizou o cadastro das glebas 10 e 11 (Benfica) no exercício 2016, porém em 21/12/17 a mensagem SIAFI nº 2017/1674756 informou que os bens de empresas públicas dependentes seriam baixados automaticamente em 31/12/17 em atendimento à Portaria Conjunta nº 703 de 10/12/14.
------------	---

4.2.5. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**Quadro 26 – Cessão de espaço físico em imóvel da União (resumo)**

Natureza da Receita	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Qtde de Contratos	Valores Recebidos em 2017 (R\$)	Participação na receita (%)
Locação de Bens Imóveis	Escola (FPV)	01	62.562,00	0,051
	Unidades residenciais, barbearia, cantina, posto. (FE)	248	194.432,65	0,16
Arrendamentos		-	-	-
Cessão de Uso de Bens Imóveis	Escolas (FI)	2	-	-
	Clube Recreativo (FI)	1	-	-
	Paio (FI)	1	-	-
	Prefeitura (FPV)	3	-	-
	Praça Almirante Tamandaré (FJF)	1	-	-
	Clube da ABCR.(FJF)	1	-	-
Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel		-	-	-
TOTAL		258	256.994,65	0,211

Informações Complementares:**a) Forma de Seleção do Cessionário:**

As Unidades Residenciais são destinadas a moradia dos funcionários da IMBEL.

b) Forma de utilização dos Recursos Recebidos:

Os recursos financeiros obtidos são recolhidos ao Tesouro Nacional por meio de Guias de Recolhimento da União (GRU).

Quadro 27 – Cessão de espaço físico em imóvel da União (detalhamento)

UP RESPONSÁVEL		168004 FPV
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990.910.785 e 990.911.588
	Endereço	Rua Gen. Pompeu Monte s/n Piquete – SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.273.628/0001-11
	Nome ou Razão Social	Atividades Educacionais Santa Rita Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Educacional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Nº 001/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de ensino de educação infantil e fundamental
	Prazo da Cessão	10 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área total de terrenos: 2.139,68 m² Área total construída: 840,04 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	R\$ 62.562,00 Manter o espaço ocupado evita invasões e conserva o imóvel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita de Aluguel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Transferência para a UG 168002
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos relacionados ao imóvel são de responsabilidades da cessionária

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990.910.728, 990.910.836 e 990.911.600
	Endereço	Rua Comendador Custódio s/n. Piquete - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	47.563.325/0001-46
	Nome ou Razão Social	Prefeitura Municipal de Piquete
	Atividade ou Ramo de Atuação	Social
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso gratuito
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender atividades do Fundo Social de Solidariedade e da Secretaria de Desenvolvimento Social
	Prazo da Cessão	15 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área Total de Terrenos : 4.673,56 M ² Área Total Construída: 897,77 M ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Manter o espaço ocupado evita invasões e conserva o imóvel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há, pois se trata de cessão gratuita
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há, pois se trata de cessão gratuita
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos relacionados ao imóvel são de responsabilidades da cessionária
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990.910.832, 990.910.806, 990.911.589, 990.910.798 e 990.910.795
	Endereço	Praça Olga Eklund S/N Piquete - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	47.563.325/0001-46
	Nome ou Razão Social	Prefeitura Municipal de Piquete
	Atividade ou Ramo de Atuação	Hospitalar
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso gratuito
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Realização dos atendimentos médico-hospitalares para a população de Piquete e municípios adjacentes
	Prazo da Cessão	15 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área total de terrenos : 9.388,45 M ² Área total construída: 2.842,66 M ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Manter o espaço ocupa evita invasões e conserva o imóvel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há, pois se trata de cessão gratuita
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há, pois se trata de cessão gratuita
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos relacionados ao imóvel são de responsabilidades da cessionária
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990.911.577 E 990.911.568
	Endereço	Praça Duque de Caxias Piquete - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	47.563.325/0001-46
	Nome ou Razão Social	Prefeitura Municipal de Piquete
	Atividade ou Ramo de Atuação	Esporte e Lazer
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso gratuito
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Utilização pelo poder público municipal para atividades sociais, culturais e esportivas
	Prazo da Cessão	15 anos

	Caracterização do espaço cedido	Área total: 5.168,00 M ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Manter o espaço ocupa evita invasões e conserva o imóvel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há, pois se trata de cessão gratuita
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há, pois se trata de cessão gratuita
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos relacionados ao imóvel são de responsabilidades da cessionária
UP RESPONSÁVEL		UG 168005 FI
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	990930028
	Endereço	Rua Isaltina Goulart, S/Nº , centro, Wenceslau Braz
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.715.599/0001-05
	Nome ou Razão Social	Escola Estadual Major Lisboa da Cunha (Secretaria de Estado de Educação)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Escola Estadual
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão de Uso Nº 002/PATR/2016-IMBEL-FI
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de unidade escolar
	Prazo da Cessão	10 agosto de 2021
	Caracterização do espaço cedido	• Biblioteca: 47,50 m² • 1 Sala de Informática: 43,50 m² • 1 Almoxarifado: 8,03 m² • 1 Refeitório: 51,47 m² • Dispensa nº 1: 7,20 m² • Dispensa nº 2: 3,12 m² • 2 Cozinhas: 18,50 m² • 1 Sala de Supervisão: 5,70 m² • 2 Salas de Diretoria: 22,35 m² • Secretaria: 21,45 m² • 10 Salas de Aula: 309,30 m² • 1 Sala de Professores: 15,50 m² • 1 Sala de Vídeo: 21,45 m² • Área de Circulação: 80,15 m² • Hall: 174,20 m² • Laboratório: 40,00 m² • 1 Sala de “Reforço”: 15,50 m² • 6 banheiros: 44,35 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela Unidade Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	950253
	Endereço	Vila Mestre Sebastião Ernesto coelho, s/nº, IMBEL, ITAJUBÁ-MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.715.599/0001-05
	Nome ou Razão Social	Escola estadual Barão do Rio Branco (Secretaria de Estado de Educação)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Escola Estadual
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de cessão de uso nº 001/PATR/2016-IMBEL-FI
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de unidade escolar
	Prazo da Cessão	10 agosto de 2021
	Caracterização do espaço cedido	• 1 Sala de Diretoria: 8,25 m² • Sala de Professores: 6,75 m² • Biblioteca Infantil: 42,00 m² • Biblioteca Pedagógica: 42,00 m² • Biblioteca: 21,60 m² • Laboratório de Biologia: 21,60 m² • Sala Ambiente: 28,33 m² • Dispensa nº 1: 8,33 m² • Dispensa nº 2: 4,05 m² • Refeitório: 117,00 m² • Cozinha: 24,90 m² • Depósito: 12,15 m² • Arquivo Morto: 9,63 m² • Secretaria: 15,50 m² • Hall: 24,80 m² • Uma quadra coberta para prática de esportes com área de 597,00 m². • Palco com área de 67,32 m² • Arquibancada com área de 43,25 • Varanda: 165,60 m² • Hall da quadra: 68,15 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Cessão não onerosa

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	950271
	Endereço	Avenida Coronel Aventino Ribeiro, 781, Itajubá-MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	17.863.770/0001-60
	Nome ou Razão Social	Clube XVI de Julho (Fábril Atlético Futebol Clube)
	Atividade ou Ramo de Atuação	Clube Recreativo
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de comodato nº 002/patr/2015-IMBEL-FI
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atividades de caráter social e cultural
	Prazo da Cessão	06 Agosto de 2020
	Caracterização do espaço cedido	• 2355.....Vestiário da Piscina - área de 137, 40 m² • 2356.....Vestiário do campo de futebol - área de 97,60 m² • 2594.....Vestiário do campo de futebol - área de 40,00 m² • 2353..... Sauna - área de 83,83 m² • 2609.....Quadra de Voleibol, descoberta - área de 500,00 m² • 2608.....Quadra de futebol de salão, descoberta - área de 1.000,00 m² • 2351.....Cômodo com área de 15,75 m² - área externa • 2595..... . Arquibancada do campo, coberta - área de 180,00 m² • 2352.....Arquibancada da piscina - área de 128,10 m² • 2358..... Sede social do FAFC (Clube 16 de

		Julho) - área de 467,70 m² • 2360..... Quadra coberta - área de 1.096,00 m². • 2357..... Banheiro próximo ao campo de futebol - área de 17,50 m² • 2608..... Quadra de esporte descoberta (quadra de tênis) - área de 1.000 m² 2604..... Quadra de Areia - área de 500,00 m² • 2604.....Área de Churrasco – nº 1 área de 120,00 m² • 2604Área de Churrasco – nº 2 área de 116,96 m² • 2604Área de Churrasco – nº 3 área de 33,00 m² • 2604.....Campo de futebol - área de 7.000,00 m² • 2604Duas quadras de Tênis desativadas (próx. a quadra coberta - área 1.296,00 m²) • 2604.....Piscina n.º 1 - área de 312,50 m² • 2604Piscina n.º 2 - área de 23,20 m² • 2604.....Piscina n.º 3 - área de 312,00 m² • 2604Casa das bombas - área de 43,20 m² • 2604Piscina térmica - área de 207,06 m² • 2604.....Secretaria 34,00 m² • 2604.....Posto Médico 9,00 m² • 2604.....Área para jogos e lanches 320,00 m² • 2604.....Varanda da Piscina Térmica 41,00 m² • 2604..... Parquinho do “Dinossauro” 1250,00 m² • 2604..... Quiosque da quadra de saibro 9,00 m² • 2604.....Cozinha do Salão Social (área externa) 28,00 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	950253
	Endereço	Terreno de propriedade da IMBEL acima da Vila Antônio Alves Filho

Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.452/0214-45
	Nome ou Razão Social	Comando do Exército – 4ª Região Militar
	Atividade ou Ramo de Atuação	Paiol
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Comando do Exército - 4º Região Militar
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Armazenamento de munições
	Prazo da Cessão	19 de novembro de 2019
	Caracterização do espaço cedido	02 (dois) paióis de munição e 01 (uma) edificação que serve de “corpo da guarda”
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita do imóvel
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há valores recebidos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
UP RESPONSÁVEL		168006 - FJF
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	99093775 e 99093776G
	Endereço	Av. Pres. Jk – 7.500 - cep 36.092-060 – bairro Benfica - Juiz de Jora - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	19.488.022/0001-70
	Nome ou Razão Social	Associação Beneficente Cultural e Recreativa
	Atividade ou Ramo de Atuação	94.30-8-00 – Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão em Comodato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cultural e Recreativa
	Prazo da Cessão	Até 19/12/2018
	Caracterização do espaço cedido	Espaço utilizado pelos funcionários da IMBEL e seus familiares para atividades esportivas, culturais, recreativas.
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Cessão não onerosa
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Cessão não onerosa
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Av. Pres. JK – 7.500 - Cep 36.092-060 – Bairro Benfica - Juiz de Fora - MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	-
	Nome ou Razão Social	Praça Almirante Tamandaré
	Atividade ou Ramo de Atuação	99093768
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão em comodato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cultural e recreativa
	Prazo da Cessão	-
	Caracterização do espaço cedido	Contratação direta
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	1. Construção do muro que separa a cedente do “acesso norte”, mais especificamente da entrada principal da Fábrica de Juiz de Fora, até a margem direita do Rio Paraibuna. 2. Colocação de redutores de velocidade e semáforo, ou outra solução viária, no entroncamento da Avenida Rodrigues Paes com a Rua Ministro Espírito Santo 3. Calçamento junto ao muro frontal da Fábrica de Juiz de Fora. 4. Conclusão do processo de desmembramento da área desapropriada em favor da cessionária para a construção do “acesso norte” junto aos órgãos competentes, procedendo em seguida o seu registro junto ao cartório de imóveis com a consequente outorga da escritura.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão não onerosa
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão não onerosa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Cessão não onerosa
UP RESPONSÁVEL		168008 - FE
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9909607510 - 9909611010 - 9909607518000
	Endereço	AV. Automóvel Clube, Nº 25 - Vila Inhomirim
Identificação do Cessionário	CNPJ	42.498.725/0003-63
	Nome ou Razão Social	Polícia militar do Estado do Rio de Janeiro
	Atividade ou Ramo de Atuação	Polícia Militar
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta, sem licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto da Polícia Militar/RJ
	Prazo da Cessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	Construído em alvenaria, com piso de taco e cimento com vermelhão, coberto com telhas francesas, portas, janelas e basculantes de madeira, instalação elétrica e hidráulica, composto de: 1 (uma) sala de recepção 1 (uma) sala, 1 (uma) sala de rádio, 2 (dois) quartos, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) varanda, 2 (dois) quartos, 1 (um) banheiro, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) cela, 1 (um) pátio, 1 (uma) garagem, 2 (duas) áreas de circulação, área construída 165,51 m², área do terreno 1.083,75m², conforme planta nº A1-02.062-600

	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	Uso não remunerado
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Permissão de Uso não Remunerada, com cláusula das taxas de ocupação (aluguéis) a serem compensadas com os débitos dos imóveis da IMBEL/FE, através do encontro de contas anual realizado pela IMBEL/FE e a prefeitura de Magé. O Código Tributário do Município de Magé permite esta forma de compensação.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos obtidos são diretamente utilizados no abatimento dos valores referente aos IPTU dos prédios fabris e administrativos da FE .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9909607040 - 9909611000 - 9909607048000
	Endereço	Av. Automóvel Clube, Nº 28 - Vila Inhomirim
Identificação do Cessionário	CNPJ	29.138.351/0001-45
	Nome ou Razão Social	Município de Magé
	Atividade ou Ramo de Atuação	Prefeitura
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta , sem licitação.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Creche
	Prazo da Cessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	construído em alvenaria, com piso de taco e cerâmica, coberto com telhas francesas, portas e janelas de madeira, instalação elétrica e hidráulica, basculantes de ferro envidraçados, medindo 40 m de frente e fundos e 35 m do lado direito e esquerdo, área construída 271 m², área não construída 1129 m², com área total de 1400 m², conforme planta nº A1-02.310-600.
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	R\$ 3.931,21
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Permissão de Uso Remunerada, com cláusula das taxas de ocupação (aluguéis) a serem compensadas com os débitos de IPTU dos imóveis da IMBEL/FE, através do encontro de contas anual.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos obtidos são diretamente utilizados no abatimento dos valores referente aos IPTU dos prédios fabris e administrativos da FE .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há valores recebidos
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9909614420
	Endereço	Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, S/Nº - Vila Inhomirim
Identificação do Cessionário	CNPJ	29.138.351/0001-45
	Nome ou Razão Social	Município de Magé
	Atividade ou Ramo de Atuação	Prefeitura

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto Médico
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	Construído em alvenaria, com piso de madeira, cimentado e cerâmica, com forro de madeira e laje, coberto com telhas de barro tipo meia cana, esquadrias de madeira constituído de: 25 (vinte e cinco) cômodos, com porão disponível, instalação elétrica e hidráulica, área construída 394,14 m2.
	Valores e Benefícios Recebidos pela unidade Cedente	R\$ 6.191,92
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Permissão de Uso Remunerada, com cláusula das taxas de ocupação (aluguéis) serem compensadas com os débitos de IPTU dos imóveis da IMBEL/FE , através do encontro de contas anual realizado entre a IMBEL/FE e a Prefeitura de Magé.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos obtidos são diretamente utilizados no abatimento dos valores referente aos IPTU dos prédios fabris e administrativos da FE .
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos e recuperação do prédio foram custeados pela prefeitura de Magé .

4.2.6. Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Quadro 28 – Manutenção e qualidade dos registros contábeis dos imóveis

UP	ANÁLISE CRÍTICA
FPV	Os imóveis cedidos/locados são mantidos pelos cessionários/locatários. Os imóveis de uso desta UP são mantidos por esta. Os registros contábeis são feitos tempestivamente.
FJF	A FJF tem realizado uma dinâmica gestão para a continuidade do trabalho de restauração e recuperação de suas edificações. Os poucos recursos são utilizados de maneira criteriosa, levando-se em conta a utilidade de cada edifício a ser recuperado. A UP possui 03 lotes e 29 unidades residenciais. Foram vendidos, mediante processo de concorrência, 13 lotes e 19 unidades residenciais. A Praça Almirante Tamandaré está cedida a Pref. Mun. Juiz de Fora, sob Cessão Comodato para o funcionamento de um Centro de Artes e Esportes Unificados. A FJF possui uma área aonde existe um campo de futebol. A FJF possui uma área aonde funciona o clube da ABCR (Associação Benfícete Cultural e Recreativa).
FI	As despesas de manutenção das unidades residenciais ficaram a cargo dos respectivos locatários e as unidades funcionais sob responsabilidade, em parte, da UP, nos aspectos estruturais. Os lançamentos dos registros contábeis são realizados através de ordens de serviço emitidas pelo DATASUL.

FE	As despesas com manutenção dos imóveis residenciais são de responsabilidade dos inquilinos. Em 2017 foram realizadas, entre outras, as seguintes obras de manutenção predial: - Reforma de diversos banheiros para atendimento dos funcionários das linhas de produção; - Reforma do banheiro da administração; - Reforma de salas no prédio da administração.
-----------	---

4.2.7. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Quadro 29 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

UP	ANÁLISE CRÍTICA
FPV	Devido à extensão da área pertencente à esta UP é difícil manter a fiscalização sobre a mesma. Porém a FPV está se esforçando para melhorar este controle.
FI	Riscos diretamente ligados a idade dos imóveis que tem em média sessenta anos de uso. O controle para mitigação é realizado por acompanhamento cerrado da Divisão Administrativa e da Seção de Manutenção da UP.
FE	Os imóveis residenciais da FE serão colocados a venda por meio de Leilão Público, conforme preconizado no arcabouço legal. Todavia, para que haja a efetiva venda dos imóveis será necessário que os agentes financiadores, destacando-se a Caixa Econômica Federal (CEF) disponibilizem recursos para empréstimo aos funcionários e outros interessados nas aquisições. A FE tem mantido contato junto a CEF procurando dirimir dúvidas e trabalhar como facilitador visando atingir a meta de venda dos citados imóveis.

4.2.8. Informações sobre imóveis Locados de Terceiros

A IMBEL não possui Locação de Imóveis de Terceiros.

4.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) na IMBEL é de responsabilidade da Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação (CGTIC), que possui esta atribuição declarada no art. 31 do Regimento Interno da IMBEL, aprovado na Resolução nº 14/2014-CA/IMBEL, de 23/10/2014. A CGTIC é subordinada diretamente a Vice-Presidentência Executiva e chefiada por um Assessor-Chefe e integrada pela Divisão de Infraestrutura, Divisão de Governança de Tecnologia da Informação e Divisão de Sistemas. É responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão de todas as atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no âmbito da IMBEL. As Unidades de Produção possuem uma Seção de Informática, subordinada operacionalmente ao Chefe da UP e que se ligam à CGTIC por meio do Canal Técnico instituído para esse fim.

A Divisão de Infraestrutura tem como fim precípuo padronizar a infraestrutura, planejar, coordenar e supervisionar o gerenciamento de serviços de administração da rede corporativa do parque de TIC, das bases de dados corporativas e do suporte ao usuário. Elabora, ainda, as especificações técnicas dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação que necessitem ser adquiridos. A Divisão de Governança de Tecnologia da Informação - TI planeja, coordena e supervisiona o treinamento e a capacitação de recursos humanos no uso dos recursos de TI disponibilizados; elabora, propõe a adoção e dissemina normas e padrões para o uso dos recursos de TIC no âmbito da IMBEL; e elabora planos de ação anuais incluindo novos projetos em implantação, bem como, os planos periódicos de manutenção e renovação dos parques tecnológicos que venham a assegurar o alcance dos objetivos da IMBEL. A Divisão de Sistemas gerencia o desenvolvimento de sistemas de informação da IMBEL e define o processo e a arquitetura (linguagem de programação e banco de dados). A CGTIC tem ainda a responsabilidade em implantar e coordenar a política de segurança da informação da Empresa.

4.3.1 Principais Sistemas de Informações

Quadro 30 - Principais Sistemas de Informações

SISTEMAS	Descrição dos objetivos do sistema	Manutenção (se própria ou terceirizada)	Despesas anuais com manutenção	Prazo para conclusão (quando sistema em desenvolvimento)
ERP - Datasul	Principal sistema de Informação utilizado pela Empresa é o ERP da TOTVS Datasul, versão 12.1.16. A aplicação atende as áreas de Recursos Humanos, Controladoria (Financeiro e Contabilidade); Logística; Manufatura e Tecnologia. O responsável técnico é a Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação (CGTIC) e o responsável da área de negócio é o Diretor Administrativo, apoiado pelo Comitê Gestor do EMS, do qual é o presidente. É um sistema crítico para a Organização, por suportar todas as áreas de negócio.	A manutenção é realizada pela própria TOTVS, proprietária da solução contratada pela IMBEL.	R\$ 1.378.922,68 Computados nos gastos as despesas com Licença de uso; Hospedagem no Cloud da TOTVS e Suporte.	-

ProtWeb	O ProtWeb é um <i>software</i> que contempla o gerenciamento eletrônico de documentos dentro da Empresa. O sistema oferece maior organização e controle dos documentos formais, garante a padronização, possibilita a tramitação eletrônica de forma ágil e acompanhamento por meio do histórico.	Solução própria utilizada na IMBEL-SEDE desde agosto de 2011, passando, nesse período, por manutenções evolutivas próprias, com a finalidade de atender as necessidades dos usuários. As Unidades de Produção da IMBEL passaram a utilizar a aplicação no ano de 2015.	Não	-
SIMBEL	O Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL) é um conjunto de aplicativos que tem por finalidade facilitar o acesso à informação, possibilitando o gerenciamento e o controle de atividades desenvolvidas nos mais diversos setores da Empresa. Automatiza os processos não contemplados pela sistema corporativo (Datasul). É uma ferramenta auxiliar ao ERP Datasul/TOTVs. O SIMBEL atende às necessidades da Empresa não contempladas pelo ERP da TOTVs. Está em permanente manutenção evolutiva. Estão sendo inseridas novas funcionalidades de modo a, extraindo-se informações do ERP Datasul, disponibilizar aos gestores relatórios gerencias em apoio às tomadas de decisão.	Desenvolvido pela CGTIC no ano de 2010, passando, nesse período, por manutenções evolutivas próprias, com a finalidade de atender as necessidades dos usuários.	Não	-
Pedido de Suporte	É um aplicativo para solicitação de apoio técnico e serviços de TI. Abrange as seguintes áreas: Suporte Técnico, Sistemas, Redes, Governança e Publicação WEB. Nessa ferramenta, qualquer empregado, previamente cadastrado, pode realizar a abertura e acompanhamento de seus chamados.	Desenvolvido pela CGTIC no ano de 2015, passando, nesse período, por manutenções evolutivas próprias, com a finalidade de atender as necessidades dos usuários. As Unidades de Produção da IMBEL passaram a utilizar a aplicação no ano de 2017.	Não	-
Portal Rede IMBEL	É uma ferramenta que integra todos os Sistemas e Aplicações da Empresa, com autenticação única em ambiente seguro, confiável, promovendo a descentralização e organização de informações de	Desenvolvido pela CGTIC no ano de 2015.	Não	-

	forma coerente e padronizada.			
GPEX	É um software para gerenciamento de projetos que abrange os três níveis de Gestão: Estratégico, Tático e Operacional. É composto de 4 módulos inter-relacionados: Gestão Estratégica (mapa estratégico, indicadores, <i>Balanced Score Card</i> etc.), Gerenciamento de Programas, Portfólios e Projetos, Comunicação corporativa e Gestão eletrônica de documentos. Disponibiliza ferramentas de comunicação e tramitação de documentos, possibilitando a organização centralizada das informações em um único sistema.	Desenvolvido pelo Exército Brasileiro no ano de 2008.	Não	-
Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes:				
Risco 1 Existência de mão-de-obra especializada para o desenvolvimento de aplicações de interesse da Empresa e para dar suporte às manutenções evolutivas e/ou corretivas nos softwares implantados.				
Mitigação: Contratação de mão-de-obra especializada para suprir a lacuna; Capacitar demais integrantes da Divisão de Sistemas na área de desenvolvimento, de modo a prestar o suporte necessário até nova contratação de RH programador; Captar currículos nas áreas de interesse da Empresa, formando um banco de talentos, aptos a serem contratados em caso de necessidade; e Planejamento prévio de contratação de empresas do ramo de desenvolvimento de sistemas de informações, ficando em condições de desencadear o processo de contratação tão logo seja necessário.				
Risco 2 Contingenciamento de recursos financeiros para a área de TI, dificultando contratações de serviços de desenvolvimento e de manutenção (evolutivas e corretivas).				
Mitigação Desenvolver aplicações utilizando-se de plataformas abertas; Utilização de linguagem de programação de baixo custo homem x hora; e Capacitação de recursos humanos de TIC em linguagens de programação “livre”.				
Risco 3 Dependência tecnológica causada por ERP implantado na Empresa.				
Mitigação Buscar no mercado soluções desenvolvidas em plataforma aberta; e Buscar soluções menos dispendiosas e que se enquadrem no orçamento da Empresa.				

4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

A TI, pela amplitude e diversidade de sua aplicação, envolve toda a organização. Assim, esta deve ser empregada para potencializar as capacidades da Empresa, visando o cumprimento de sua missão e o enfrentamento das mais variadas ameaças. Merecem destaque as incertezas na disponibilização de recursos, considerando-se que a IMBEL é uma empresa pública e que os cortes e os contingenciamentos têm sido uma constante ao longo dos anos, demandando uma maior capacidade de planejamento em prol da aplicação de recursos financeiros recebidos a fim de agregar valor efetivo à Empresa. Nesse contexto, a governança de TI assume um papel importante na definição dos trabalhos que devem ser executados, de modo que o direcionamento dos investimentos colaborem com o alcance dos objetivos estratégicos da Empresa. A IMBEL não possui um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) formalizado. As orientações estratégicas necessárias à elaboração do planejamento da TI na Empresa constam da Diretriz 03, Revisão 03 - Planejamento Estratégico da nova IMBEL, de outubro de 2016.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016-2018 (PDTI) foi elaborado tomando-se como base a Diretriz 03, Revisão 03 – Planejamento Estratégico da nova IMBEL, de outubro de 2016 e o Plano de Ação Setorial 2017 (PAS 2017 - VPRESI). Na elaboração do PDTI procurou-se atender as Ações Estratégicas Prioritárias (AEP) de promover a interação progressiva entre as unidades de negócio, planejando e executando as ações correntes e seus desdobramentos futuros relativos à TIC e de atualizar e manter a infraestrutura dos sistemas de informações gerenciais, tudo com a finalidade de alinhar-se com o objetivo estratégico de garantir os Sistemas de Informações Gerenciais. A metodologia utilizada na elaboração do PDTI foi a preconizada pelo SISP.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

A organização possui um Comitê Gestor de TI formalizado e implantado. Este é presidido pelo Vice-Presidente Executivo da Empresa e tendo como demais integrantes: o Diretor Administrativo Financeiro; o Chefe da CGTIC, que será o Secretário Executivo; o Chefe da Assessoria de Gestão Corporativa; o Chefe da Assessoria Interna/DRADM; e por outros Empregados, quando convocados pelo Presidente do Comitê.

No ano de 2017 foram realizadas duas reuniões extraordinárias desse Comitê Gestor que deliberou sobre desenvolvimento de sistemas de informações em apoio às Áreas de Negócio da IMBEL pra a tomada de decisões corporativas.

c) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O anexo “B” do PDTI/IMBEL 2016-2018, Consolidação das Requisições de TIC por Unidade (SEDE e UP), contempla a capacitação do pessoal de TI.

No ano de 2017, devido ao contingenciamento de recursos financeiros, não foram realizados treinamento/capacitações.

d) Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da Unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da Unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros

órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro 31 - Quantitativo de Pessoas que compõem a Força de Trabalho de TI

DESCRIÇÃO	QTD	SEDE	FPV	FE	FMCE	FJF	FI
Servidores / empregados efetivos da carreira de TI da unidade	20	05	04	03	02	02	04
Servidores / empregados efetivos de outras carreiras da unidade	01	00	00	00	00	01	00
Servidores / empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	04	03	00	00	00	00	01
Servidores / empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	01	00	00	00	00	01	00
Terceirizados	00	00	00	00	00	00	00
Estagiários	03	00	00	00	00	03	00
Jovem Aprendiz	01	00	00	00	00	00	01

e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na Unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

No ano de 2017, foi implantada nas Unidades de Produção a solução de Pedido de Suporte online. O processo encontra-se em fase de maturidade. Essa solução elevou o nível de atendimento ao usuário possibilitando aos gestores de área realizar o acompanhamento dos principais serviços de TI, gerar gráficos estatísticos e solucionar as principais ocorrências atuando nas causas e não nos efeitos.

f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

No ano de 2017, foram desenvolvidas pela Divisão de Sistemas, aplicações complementares ao ERP em utilização.

A solução SIMBEL – Sistema de Informações da IMBEL – foi utilizada com maior ênfase como uma ferramenta de apoio à tomada de decisão por parte dos gestores (Diretores e Assessores). Foram desenvolvidos módulos de interesse das Diretorias e Assessorias do Presidente. O projeto está alinhado ao Objetivo Estratégico 4.1 da Diretriz 03, de outubro de 2016, do Presidente da Empresa, de Garantir os Sistemas de Informações Gerenciais. Os recursos humanos empregados são do corpo de funcionários da CGTIC, não gerando gastos adicionais à Empresa.

g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a Unidade.

O ERP utilizado pela Empresa - Datasul 12 - é de propriedade da Empresa TOTVS.

Existe um contrato formal celebrado entre a IMBEL e a TOTVS, que vem sendo cumprido de forma adequada.

4.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Para a IMBEL, responsabilidade ambiental é uma opção de gestão ética dos seus negócios, promovendo o equilíbrio entre as atividades industriais, o bem estar da força de trabalho da empresa e das comunidades onde se localizam suas Unidades de Produção (UP). Por meio do aperfeiçoamento dos processos de produção, do aumento da

eficiência energética, da atualização tecnológica contínua de seus processos de produção e de tratamento de resíduos e efluentes, de treinamentos e de projetos de conservação e preservação de ecossistemas, buscamos crescer, sempre, de forma sustentável.

Quadro 32 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Seu órgão participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	No órgão ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pelo órgão observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	O órgão possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	x	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site institucional (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	x	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado: http://www.imbel.gov.br/index.php/meio-ambiente		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	x	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados: http://www.imbel.gov.br/index.php/meio-ambiente		
Análise crítica da atuação da Unidade: Presente em 06 (seis) diferentes municípios brasileiros, a IMBEL se orgulha de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua e reconhece que a produção industrial de itens de defesa e segurança requer uma grande preocupação com o tema ambiental. Dentre as iniciativas que demonstram a preocupação da IMBEL com a questão ambiental, destaca-se a existência e efetiva implementação do <u>Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)</u>. Ele estabelece as diretrizes para otimização da utilização de itens como papel e copos descartáveis utilizados no expediente diário, racionalização do consumo de água e de energia elétrica, além de medidas diversas para o aperfeiçoamento da sistemática de coleta seletiva de lixo, dos serviços de limpeza e conservação, da qualidade de vida no trabalho e da capacitação educacional. O PLS da IMBEL foi criado respeitando o modelo da Agenda Ambiental da Administração Pública, porém não se vinculou à A3P. Atualmente as UP estão aprimorando o processo de separação de resíduos recicláveis, porém a maioria dos municípios onde estão instaladas as fábricas não possuem associações ou cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006. Para reduzir riscos à saúde humana e ao meio ambiente, as operações contam com planos de ação de emergência e a força de trabalho frequente, periodicamente, cursos de capacitação. A IMBEL possui um passivo ambiental que, gradativamente, vem sendo amortizado, por intermédio de uma série de projetos voltados para mitigar emissões de carbono, proteger ambientes, preservar espécies ameaçadas e conservar a biodiversidade.			

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Ouvidoria da IMBEL é o setor destinado a receber sugestões, informações, reclamações, elogios, denúncias ou qualquer outro tipo de demanda proveniente de inúmeros canais de comunicação, sendo um eficiente canal de diálogo entre os diversos públicos de interesse (empregados, poder público, clientes institucionais e privados, fornecedores e comunidades onde atua) e a direção da Empresa. Por ser a última instância de resolução de assuntos envolvendo os interesses dos clientes, consumidores e público em geral, os assuntos recebidos pela Ouvidoria são, em muitos casos, de acordo com a sua criticidade e sensibilidade, tratados diretamente com o Diretor-Presidente.

À exceção do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), sob responsabilidade da Diretoria de Mercado, os demais canais de comunicação com a sociedade são gerenciados pela Ouvidoria da Empresa.

Duas ferramentas eletrônicas essenciais para obtenção de demandas do público em geral e intensamente utilizadas pela IMBEL são o SIMBEL, sistema corporativo de gerenciamento de informações internas e externas, e o e-SIC, Sistema de Informações ao Cidadão, destinado ao acolhimento de dúvidas, denúncias e sugestões que foi criado pela Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

Desde 15 de janeiro de 2018, foi ativada uma nova funcionalidade do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), o SIMPLIFIQUE, que busca simplificar o atendimento aos usuários dos serviços públicos, desburocratizando a relação do Estado com os cidadãos. Por meio dele, o cidadão pode solicitar mudanças que ampliem a qualidade e facilitem o acesso e a execução do serviço oferecido pelo Estado. Até o momento, a IMBEL não recebeu qualquer demanda por este canal.

A IMBEL também explora outros 03 (três) eficientes canais de comunicação nas redes sociais tais como: Youtube, Facebook e Twitter, interagindo de forma ágil e informal com seu público.

Além dos anteriores, eventualmente, a Empresa se relaciona com seus clientes e consumidores por intermédio do RECLAME AQUI, site brasileiro gratuito de relacionamento dos clientes com as empresas sobre atendimento, compra, venda, produtos e serviços.

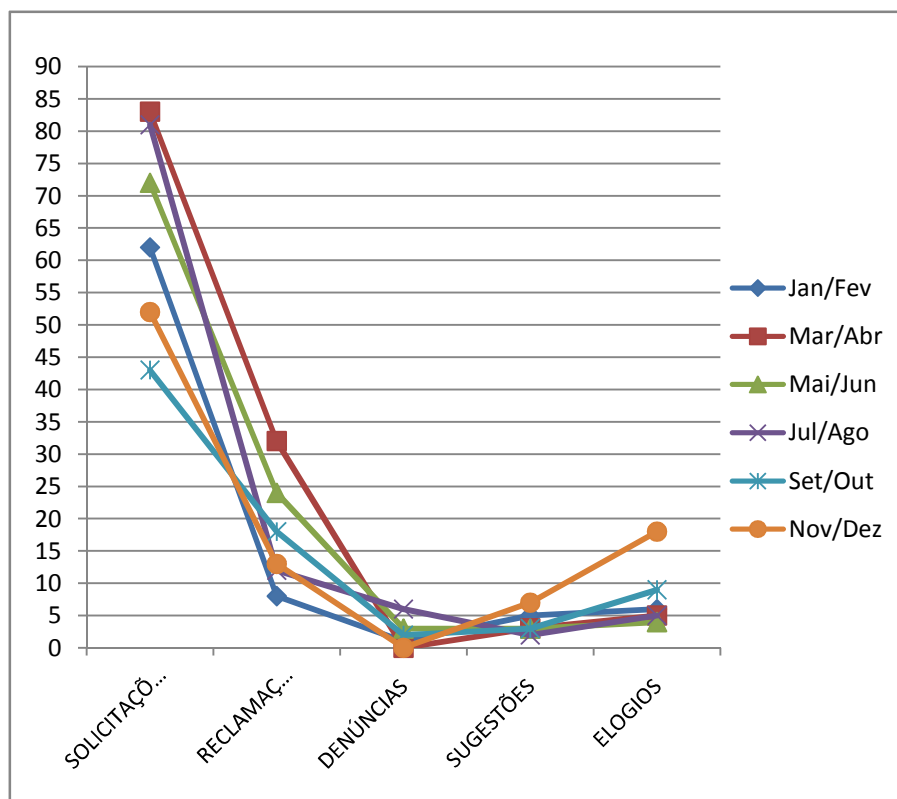
As informações coletadas nas demandas recebidas e tratadas nos canais de comunicação apresentados, resultam importantes indicadores para subsidiar algumas decisões corporativas, particularmente aquelas que envolvem os clientes institucionais e privados da Empresa.

5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO

Como descrito anteriormente, é importante esclarecer que a porta de entrada das manifestações relativas à assistência técnica e pós-vendas não é a Ouvidoria, mas sim o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), operado e gerenciado, a partir de setembro de 2014, pela Diretoria de Mercado, localizada na Sede - Brasília.

Além do contato telefônico, das mensagens eletrônicas e da presença física do demandante, outras duas importantes portas de entrada das manifestações na Ouvidoria são o sistema de informações no módulo - Ouvidoria (SIMBEL - Ouvidoria) e o e-SIC, destinado ao encaminhamento de demandas pelo Sistema de Informações ao Cidadão. Tais funcionalidades são ferramentas eletrônicas que possibilitam controlar o recebimento, acompanhamento, solução e arquivamento dos pedidos encaminhados à Ouvidoria/SIC.

A IMBEL ainda não dispõe de equipamentos que quantifiquem e processem os contatos telefônicos externos com a Ouvidoria, o que implica excluir dos relatórios confeccionados o número

FIGURA 7 Comparativo das manifestações recebidas por bimestre pela OUVIDORIA em 2017

5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão IMBEL materializa o compromisso da Empresa com padrões de qualidade na prestação de serviços, na fabricação e comercialização de produtos e na prestação de informações ao cidadão.

Por intermédio da Carta de Serviços, os cidadãos, o mercado em geral e agentes públicos podem acompanhar e aferir o desempenho institucional da Empresa no cumprimento dos compromissos assumidos. Nesse sentido, a Carta de Serviços ao Cidadão contribui para a ampliação dos níveis de legitimidade e de confiança que a sociedade deposita nesta Empresa Estratégica de Defesa.

O documento aborda de forma clara e direta as principais áreas de atuação da IMBEL e incorpora os requisitos dos principais públicos alvos para orientar suas decisões sobre como, quando, onde e para quê utilizar os serviços disponibilizados.

A Carta de Serviços ao Cidadão pode ser consultada, acessando a área A EMPRESA, na barra de menus superior da página da Empresa na Internet www.imbel.gov.br.

5.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

A IMBEL se vale de diversas ferramentas que contribuem para a transparência da gestão da Empresa por meio do Portal da Transparência nos Recursos Públicos Federais, bem como pelo site da IMBEL www.imbel.gov.br, onde são exibidos relatórios de gestão, documentos e informações

de interesse da sociedade, a ser acessadas seguindo o caminho: A EMPRESA/QUEM SOMOS/TRANSPARÊNCIA.

5.4. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Uma das Unidades de Produção (UP) da IMBEL, a Fábrica de Itajubá (FI) já disponibiliza aos clientes que adquiriram seus produtos uma pesquisa de satisfação, cumprindo requisitos previstos na Certificação ISO -9001.

A Empresa está ultimando os preparativos para disponibilizar ao seu público Pesquisas de Satisfação com os objetivos de fazer levantamentos qualitativos e quantitativos do grau de satisfação com os serviços e produtos IMBEL e buscar o aperfeiçoamento contínuo dos padrões de qualidade adotados pela Empresa.

Inicialmente, serão disponibilizados aos clientes 03 (três) diferentes questionários, de acordo com a natureza do serviço ou tipo de produto a ser avaliado: qualidade dos produtos da FI; treinamentos oferecidos; e atendimento da OUVIDORIA. Futuramente, as pesquisas relativas à qualidade dos produtos incluirão o portfólio das demais UP pertencentes à IMBEL.

As pesquisas de opinião poderão ser acessadas a partir de área específica que será criada na página da IMBEL na Internet.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

A maior alteração ocorrida na LOA 2017, em comparação com a LOA 2016, foi o aumento significativo nos investimentos de 61,91%, contribuindo para o aumento de aquisição de material de produção. O pagamento de pessoal teve uma grande variação positiva. Ocorreu, também, queda na realização de licitações, aumento nas contratações diretas e redução em utilização de diárias.

Como pontos positivos identificados no exercício pode-se destacar o atendimento parcial dos pedidos da área de defesa e ao atendimento básico da vida vegetativa da Empresa. Os negativos foram a liberação tardia de crédito acarretando dificuldade de entrega pelos fornecedores devido a alta complexidade das aquisições, ocasionando o consequente aumento da inscrição em RP.

Contudo, o cenário macroeconômico prevê a continuação da crise para os próximos exercícios, o que influencia negativamente nos investimentos, dificultando o ciclo de recuperação desta Empresa Estratégica de Defesa.

6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

De acordo com a NBCT 16.9, que estabelece normas e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, a IMBEL contabiliza seu patrimônio da seguinte maneira:

a) Bens Tangíveis: A IMBEL registra seus bens pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzindo da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, aplicando-se as taxas que refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, em obediência à IN 162/98, da Receita Federal do Brasil.

b) Bens Intangíveis: A IMBEL contabiliza seus Ativos Intangíveis com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada às taxas estabelecidas na IN 162/98, e possíveis perdas por redução ao valor recuperável.

c) Bens Exauríveis: A IMBEL não possui registros de bens que sofram exaustão em seu patrimônio.

Em consonância com a IN 162/98, norma que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, a IMBEL já adota todas as prerrogativas no consenso da norma, com exceção à Reavaliação por estar em desacordo com a lei 11.638/07 que rege as sociedades de grande porte e que estabeleceu vedações às empresas diante da possibilidade de fazer, de forma espontânea, registros contábeis de reavaliação de ativos, de acordo com a extinção da “Reserva de Reavaliação” especificada na lei, e na qual a IMBEL se enquadra. O embasamento para o nosso seguimento está escrito nos Procedimentos Contábeis do Manual do SIAFI, item 2.5 “As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/76, devem embasar seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências em relação a essa norma, inclusive quanto aos códigos das situações contábeis a serem utilizadas”.

Por ser uma empresa pública dependente do orçamento federal, a IMBEL encontra constantes dificuldades no que tange a conciliação entre os saldos dos sistemas SIAFI (Lei 4.320) e DATASUL (Lei 4.604) em virtude de lapso temporal, pois os registros são realizados com defasagem de um mês, tendo em vista que o SIAFI dispõe de um prazo muito curto para inclusões e ajustes dentro do mês de referência. A Empresa vem buscando no decorrer dos últimos exercícios utilizar um plano de contas no SIAFI similar ao seu plano utilizado para a contabilização sob a lei 6.404/76, visando

facilitar a análise e também utilizar os mesmos cálculos realizados pelo sistema comercial. Com a implantação do NOVO PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) em 2015 a situação ficou mais amenizada, posto que o plano passou a adotar a nomenclatura de contas mais aproximadas da realidade de uma empresa pública dependente.

6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS

a. identificação da estrutura orgânica responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso:

A IMBEL, na qualidade de empresa pública de direito privado, regida pela lei 6.404/76, apura seus custos obedecendo às normas contábeis e tributárias estabelecidas para esse segmento, conforme a diversidade de produtos que possui. A Empresa está inserida num ramo de alta complexidade, pois industrializa, comercializa e presta serviços atinentes à indústria de defesa e segurança pública. O novo Sistema de Custos da Administração Pública (SIC) é adequado para registrar os custos de programas e serviços destinados à população, como é o caso das autarquias e fundações públicas. Apesar de ainda não integrar o SIC, a IMBEL está cumprindo, em sua totalidade, o Artigo 99 da Lei 4.320, que especifica “Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum”.

A estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos é dividida da seguinte forma:

Unidade de Produção (UP)/ Unidade Administrativa (UA)	Estabelecimento	SETORIAL DE CUSTOS
168002 - SEDE ORÇAMENTÁRIA	99	168009
168003- SEDE	99	168009
168004- Fábrica Presidente Vargas (FPV)	1	168009
168005 - Fábrica de Itajubá (FI)	5	168009
168006 - Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	2	168009
168007 - Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE)	4	168009
168008 - Fábrica Estrela (FE)	6	168009

b. identificação das subunidades administrativas das quais os custos são apurados:

As subunidades administrativas das quais os custos são apurados estão assim divididas:

a) As unidades 168002 e 168003 são exclusivas da sede administrativa e são compostas pela Presidência, Diretoria Industrial, Diretoria de Mercado, Diretoria Administrativo-Financeira e uma Unidade Administrativa (UA).

b) A Unidade 168004 - Fábrica Presidente Vargas é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	010001	Administração Geral
2	010008	Imobilizado
3	010009	Centro de Distribuição
4	010010	Administração DMA
5	010011	Manutenção Mecânica

6	010012	Manutenção Elétrica
7	010013	Manutenção Civil
8	010014	Manutenção de Instrumentos
9	010020	Administração DEQ
10	010021	Engenharia de Produtos
11	010022	Engenharia de Processos
12	010023	Engenharia de Projetos
13	010024	Laboratório Balístico
14	010025	Laboratório Químico
15	010026	DIQSM
16	010030	Administração da UUI
17	010031	Estação Trat. D'água
18	010032	Estação Trat. Desp. Ind.
19	010033	Vapor
20	010034	Lixívia
21	010040	Almoxarifado
22	010041	Preparação da Alimentação
23	010099	Administração da Produção
24	010100	DISAT
25	010101	Seção de Abrigos Temporários
26	010200	Administração da UF-2
27	010201	Linters Purificado
28	010202	Nitrocelulose
29	010300	Administração da UF-3
30	010301	Nitroglicerina
31	010302	Gelatinosa/Pulverulenta
32	010303	Desnitração
33	010404	Administração da UF-4
34	010401	Desidratação de NC
35	010402	Éter
36	010403	Pólvora BS
37	010404	Solução Nitrocelulose
38	010405	Retificação do Alcool Residual
39	010500	Administração da UF-5
40	010501	TNT
41	010600	Administração da UF-6
42	010601	Pólvora BD
43	010602	Massa Primária
44	010603	Inibição de Grão Propelente
45	010999	Custos Comuns p/ Distribuição

c) A Unidade 168005 - Fábrica de Itajubá é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	050001	Administração Geral
2	050008	Patrimônio
3	050009	Centro de Distribuição
4	050011	Manutenção Mecânica
5	050012	Manutenção Elétrica
6	050013	Manutenção Civil
7	050020	Administração DEN
8	050021	Engenharia de Produtos
9	050022	Engenharia de Processos
10	050026	Garantia de Qualidade
11	050031	Estação Tratamento D'Água
12	050040	Almoxarifado
13	050041	Preparação da Alimentação
14	050042	Oficina de Ferramentas
15	050043	Almoxarifado de Ferramentas
16	050098	Rede Elétrica Piquete/Itajubá
17	050099	Administração da Produção
18	050101	Oficina de Usinagem
19	050102	Oficina de Metalurgia
20	050103	Tratamento Superficial
21	050104	Carpintaria
22	050105	Oficina de Montagem
23	050106	Embalagem
24	050107	Oficina de Cortes

d) A Unidade 168006 - Fábrica de Juiz de Fora é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	020001	Administração Geral
2	020009	Centro de Distribuição
3	020011	Manutenção Mecânica
4	020012	Manutenção Elétrica
5	020013	Manutenção Civil
6	020020	Administração Engenharia
7	020021	Engenharia de Produtos
8	020022	Engenharia de Processos
9	020026	Garantia da Qualidade
10	020040	Almoxarifado
11	020041	Preparação da Alimentação

12	020042	Ferramentaria
13	020099	Administração da Produção
14	020100	Produção Mecânica
15	020101	Usinagem CNC
16	020102	Outras Usinagens
17	020103	Oficina Forjaria
18	020104	Oficina de Tratamento Superficial
19	020105	Oficina de Pintura
20	020106	Carregamento de Munições
21	020107	Oficina de Montagem
22	020108	Carpintaria
23	020109	Cutelaria
24	020999	Custos Comuns p/Distribuição

e) A Unidade 168007 Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	040001	Administração Geral
2	040009	Centro de Distribuição
3	040010	Manutenção Geral
4	040021	Engenharia de Produto
5	040023	Engenharia de Processos
6	040026	Garantia da Qualidade
7	040040	Almoxarifado
8	040041	Preparação da Alimentação
9	040042	Oficinas de Apoio
10	040099	Administração da Produção
11	040101	Oficina Mecânica
12	040102	Oficina de Tratamento Superficial
13	040103	Oficina de Montagem
	040999	Custos Comuns p/Distribuição

f) A Unidade 168008 Fábrica da Estrela é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	060001	Administração Geral
2	060003	Rescisão a Pagar
3	060008	Patrimônio
4	060009	Centro de Distribuição
5	060011	Manutenção Mecânica
6	060012	Manutenção Elétrica
7	060013	Manutenção Civil
8	060015	Carpintaria

9	060020	Administração Engenharia
10	060021	Engenharia de Produtos
11	060022	Engenharia de Processos
12	060023	Engenharia de Projetos
13	060026	Garantia da Qualidade
14	060031	Vapor da UF1
15	060032	Vapor da UF2 (70% Estop/30% Pv. N)
16	060033	Vapor da UF3 (Carregamento)
17	060034	Vapor da UF3 (Iniciadores)
18	060040	Almoxarifado
19	060041	Preparação da Alimentação
20	060099	Administração da Produção
21	060100	Administração da UF-1
22	060101	RDX/Pentolite/Nitropenta/C
23	060200	Administração da UF-2
24	060201	Traçador
25	060202	Cordel Detonante
26	060203	Espoletim
27	060204	Estopim
28	060205	Pólvora Negra
29	060206	Retardo p/Cordel
30	060207	Não-Elétrico
31	060300	Administração de UF-3
32	060301	Booster
33	060302	Espoleta
34	060303	Estiramento
35	060304	Iniciadores
36	060305	Petardo
37	060400	Administração da UF-4
38	060401	Emulsão Explosiva
39	060402	Dinamite Granulada
40	060403	Booster
41	060405	Petardo
42	060999	Custos Comuns p/Distribuição

c. descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos:

O sistema corporativo informatizado para apuração de custos que a IMBEL utiliza é o Datasul.

d. práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou Unidades administrativas para geração de informações de custos:

A metodologia aplicada para a avaliação de seus estoques é o custo médio mensal por unidade de produção. Os custos de difícil mensuração de alocação são identificados por meio de rateio de número de funcionários, metragem de áreas e horas trabalhadas.

e. impactos observados na atuação da UPC, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos:

Para o ano de 2017 não houve impactos significativos na gestão dos custos.

f. relatórios utilizados para análise de custos e tomada de decisão:

Os relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise dos custos e tomada de decisão são os Demonstrativos por centro de custos gerados pelo sistema corporativo Datasul juntamente com relatórios gerenciais das Diretorias Administrativo-Financeira e Industrial.

6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELÍCO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/03/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO		2017	2016	ESPECIFICAÇÃO		2017	2016
Receitas Orçamentárias		119.226.594,42	131.602.538,83	Despesas Orçamentárias		235.511.664,12	221.232.772,42
Ordinárias		5.657.104,50	3.034.867,75	Ordinárias		165.383.277,38	176.180.706,73
Vinculadas		122.085.135,20	135.875.500,03	Vinculadas		70.128.386,74	45.052.065,69
Alienação de Bens e Direitos		3.316.845,17	3.261.911,14	Operação de Crédito		69.950,00	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		118.768.290,03	132.613.588,89	Alienação de Bens e Direitos		891.652,66	55.101,25
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-8.515.645,28	-7.307.828,95	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		68.809.516,08	44.596.964,44
				Outros Recursos Vinculados a Fundos		357.268,00	400.000,00
Transferências Financeiras Recebidas		566.664.860,31	626.055.770,27	Transferências Financeiras Concedidas		398.252.130,96	450.137.122,80
Resultantes da Execução Orçamentária		535.828.330,73	596.065.058,63	Resultantes da Execução Orçamentária		383.144.861,07	435.953.117,57
Repasse Recebido		152.775.189,66	160.195.074,56	Repasse Concedido		91.720,00	83.133,50
Sub-repasse Recebido		383.053.141,07	435.869.984,07	Sub-repasse Concedido		383.053.141,07	435.869.984,07

Independentes da Execução Orçamentária	30.836.529,58	29.990.711,64	Independentes da Execução Orçamentária	15.107.269,89	14.184.005,23
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	30.700.573,52	29.943.612,20	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	14.916.754,19	14.080.349,73
Demais Transferências Recebidas		2.229,41	Movimento de Saldos Patrimoniais	190.515,70	103.655,50
Movimentação de Saldos Patrimoniais	135.956,06	44.870,03	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	34.130.017,40	42.587.023,08	Despesas Extraorçamentárias	28.707.414,86	41.950.872,29
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.579.612,63	1.544.158,04	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.542.144,88	5.641.997,16
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	30.971.598,25	26.613.524,37	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	26.662.380,99	21.878.104,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	578.806,52	66.824,46	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	502.888,99	75.268,25
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	14.362.516,21	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	14.355.502,54
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		20,00	Demais Pagamentos		14.355.502,54
Arrecadação de Outra Unidade		14.362.496,21			
Saldo do Exercício Anterior	138.431.340,32	51.506.775,65	Saldo para o Exercício Seguinte	195.981.602,51	138.431.340,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	138.431.340,32	51.506.775,65	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.981.602,51	138.431.340,32
TOTAL	858.452.812,45	851.752.107,83	TOTAL	858.452.812,45	851.752.107,83



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/03/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	316.985.520,40	274.003.569,74	PASSIVO CIRCULANTE	51.461.823,77	61.970.807,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	195.981.602,51	138.431.340,32	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	680.176,68	522.211,90
Créditos a Curto Prazo	35.283.677,22	51.125.001,16	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	41.887.411,07	57.130.548,33	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.627.689,96	913.631,65
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-6.603.733,85	-6.005.547,17	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	371,73	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.351.564,17	6.155.977,60	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões a Curto Prazo	43.605.894,00	55.982.380,20
Estoques	81.368.676,50	78.291.250,66	Demais Obrigações a Curto Prazo	5.547.691,40	4.552.584,20
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Ativos Não Financeiros Mantidos para	-	-			

Venda								
ATIVO NÃO CIRCULANTE		142.093.863,55	142.133.353,10	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-		3.694.871,60
Ativo Realizável a Longo Prazo		15.210.417,58	11.509.565,34	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-		-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		15.210.417,58	11.509.565,34	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-		-
Estoques		-		Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-		-
Investimentos		2.302.641,70	2.350.654,09	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-		3.694.871,60
Participações Permanentes		2.002.938,21	2.050.950,60	Provisões a Longo Prazo		-		-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		2.002.938,21	2.050.950,60	Demais Obrigações a Longo Prazo		-		-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo			115.016,64	Resultado Diferido		-		-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes			-115.016,64	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		51.461.823,77		65.665.679,55
Propriedades para Investimento		299.703,49	299.703,49		-			
Propriedades para Investimento		299.703,49	299.703,49	ESPECIFICAÇÃO		2017		2016
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		378.460.099,55		378.460.099,55
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-		-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	Reservas de Capital		-		-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		359.287,49		359.287,49
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	Reservas de Lucros		-		-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Demais Reservas		-		-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Resultados Acumulados		28.798.173,14		-28.348.143,75
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Resultado do Exercício		56.377.803,05		85.989.797,62

Imobilizado	122.234.419,08	126.900.816,21				
Bens Móveis	62.779.126,82	61.469.036,63			-28.348.143,75	-112.686.503,06
Bens Móveis	231.650.365,67	220.316.989,65			768.513,84	-1.651.438,31
(-)	-168.871.238,85	-158.847.953,02			-	-
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis						
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-				
Bens Imóveis	59.455.292,26	65.431.779,58				
Bens Imóveis	117.552.592,72	122.094.140,00				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-58.097.300,46	-56.662.360,42				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-				
Intangível	2.346.385,19	1.372.317,46				
Softwares	1.465.452,36	1.372.149,71				
Softwares	4.339.147,44	3.799.983,22				
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.873.695,08	-2.427.833,51				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	880.932,83	167,75				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.641.038,23	1.750.914,23				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-1.760.105,40	-1.750.746,48				

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

407.617.560,18

350.471.243,29

Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	710.875,62	810.767,79	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	4.035.959,23	6.547.175,09	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	128.641.694,66	98.400.366,47	Obrigações Contratuais a Executar	16.524.429,52	23.946.231,11
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	133.388.529,51	105.758.309,35	TOTAL	16.524.429,52	23.946.231,11
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO		
Recursos Ordinários					-12.937.050,29
Recursos Vinculados					175.838.382,00
Operação de Crédito					-69.950,00
Alienação de Bens e Direitos					5.464.009,28
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas					170.444.322,72
TOTAL					162.901.331,71



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/03/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2017	2016	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	944.939.901,71	836.430.525,68	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	87.612.603,24	129.055.018,68	
Venda de Mercadorias	64.567,88	-	-
Vendas de Produtos	85.750.097,86	127.135.179,35	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.797.937,50	1.919.839,33	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11.757.418,43	8.840.844,21	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.482,07	2.161,77	
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-

Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	11.755.936,36	8.838.682,44
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	818.260.128,97	680.900.128,56
Transferências Intragovernamentais	816.294.940,26	678.943.343,06
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.965.188,71	1.956.785,50
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.295.891,22	17.164.651,68
Reavaliação de Ativos	-	2.873.617,86
Ganhos com Alienação	2.983.101,74	3.079.403,37
Ganhos com Incorporação de Ativos	312.386,48	4.444.141,61
Ganhos com Desincorporação de Passivos	403,00	6.767.488,84
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	24.013.859,85	469.882,55
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	633.072,23	309.718,01
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	22.777.557,94	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	603.229,68	160.164,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	888.562.098,66	750.440.728,06
Pessoal e Encargos	99.652.598,65	82.382.158,48
Remuneração a Pessoal	68.754.311,36	58.875.790,63
Encargos Patronais	28.313.685,31	21.648.574,58
Benefícios a Pessoal	1.519.707,85	1.205.532,27
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.064.894,13	652.261,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	186.024,17	192.756,32
Aposentadorias e Reformas	-	-

Pensões	167.524,17	146.837,66
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.500,00	45.918,66
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	78.528.634,78	89.994.849,64
Uso de Material de Consumo	18.521.483,10	17.443.703,14
Serviços	48.093.705,32	54.826.791,76
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.913.446,36	17.724.354,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	426.067,74	34.652,72
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	425.643,68	30.612,54
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	424,06	4.040,18
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	648.459.359,75	493.436.293,89
Transferências Intragovernamentais	647.878.363,88	491.705.446,39
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	580.995,87	1.730.847,50
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5.427.701,58	7.265.456,59
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.919.045,76	893.652,05
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	508.655,82	6.371.804,54
Tributárias	48.856.737,48	42.298.751,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34.334.906,21	33.591.966,45
Contribuições	14.521.831,27	8.706.784,66
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	4.187.103,93	29.133.394,43

Custo das Mercadorias Vendidas	4.187.103,93	29.133.394,43
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.837.870,58	5.702.414,88
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	163.029,03	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	2.594.076,21	5.536.339,27
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	80.765,34	166.075,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	56.377.803,05	85.989.797,62



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/03/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	69.901.268,00	69.901.268,00	116.003.715,90	46.102.447,90
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	6.193.644,00	6.193.644,00	13.316.739,02	7.123.095,02
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	396.548,00	396.548,00	927.730,43	531.182,43
Valores Mobiliários	5.797.096,00	5.797.096,00	12.389.008,59	6.591.912,59
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-

Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-
Receita Industrial	63.622.218,00	63.622.218,00	102.317.651,92	38.695.433,92	
Receitas de Serviços	-	-	109,00	109,00	109,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	109,00	109,00	109,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	85.406,00	85.406,00	369.215,96	283.809,96	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	85.406,00	85.406,00	369.215,96	283.809,96	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	891.688,00	891.688,00	3.222.878,52	2.331.190,52	
Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	891.688,00	891.688,00	3.222.878,52	2.331.190,52	
Alienação de Bens Móveis	17.900,00	17.900,00	180.159,00	162.259,00	
Alienação de Bens Imóveis	873.788,00	873.788,00	3.042.719,52	2.168.931,52	
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do	-	-	-	-	-

Investimentos	18.600.000,00	14.107.690,00	15.860.570,68	3.119.476,71	3.078.539,07	-1.752.880,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	236.608.617,00	247.705.232,00	235.511.664,12	204.540.065,87	201.960.453,24	12.193.567,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	236.608.617,00	247.705.232,00	235.511.664,12	204.540.065,87	201.960.453,24	12.193.567,88
TOTAL	236.608.617,00	247.705.232,00	235.511.664,12	204.540.065,87	201.960.453,24	12.193.567,88

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.820.910,13	20.867.834,96	21.075.168,26	21.039.034,22	718.803,58	930.907,29
Pessoal e Encargos Sociais	106.437,47	3.979.376,08	3.966.557,77	3.966.557,77	87.351,02	31.904,76
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.714.472,66	16.888.458,88	17.108.610,49	17.072.476,45	631.452,56	899.002,53
DESPESAS DE CAPITAL	567.794,37	5.745.689,41	5.666.326,77	5.623.346,77	28.816,01	661.321,00
Investimentos	567.794,37	5.745.689,41	5.666.326,77	5.623.346,77	28.816,01	661.321,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-

TOTAL	2.388.704,50	26.613.524,37	26.741.495,03	26.662.380,99	747.619,59	1.592.228,29
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	8.985,42	1.543.504,84	1.541.491,68	10.998,58	-	
Pessoal e Encargos Sociais	8.985,42	656.403,66	656.000,66	9.388,42	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	-	887.101,18	885.491,02	1.610,16	-	
DESPESAS DE CAPITAL	-	653,20	653,20	-	-	
Investimentos	-	653,20	653,20	-	-	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	8.985,42	1.544.158,04	1.542.144,88	10.998,58	-	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/03/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	63.029.922,71	97.623.994,45
INGRESSOS	683.247.382,73	768.899.745,10
Receitas Derivadas e Originárias	116.003.715,90	128.414.654,16
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.560.802,66	1.214.954,20
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	102.317.651,92	117.418.513,09
Receita de Serviços	109,00	804.260,00
Remuneração das Disponibilidades	11.755.936,36	8.838.682,44
Outras Receitas Derivadas e Originárias	369.215,96	138.244,43
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	567.243.666,83	640.485.090,94
Ingressos Extraorçamentários	578.806,52	66.824,46
Transferências Financeiras Recebidas	566.664.860,31	626.055.770,27

Arrecadação de Outra Unidade		14.362.496,21
DESEMBOLSOS	-	-
	620.217.460,02	671.275.750,65
Pessoal e Demais Despesas	-	-
	159.439.365,81	150.658.649,48
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
	155.392.560,55	146.179.602,60
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-167.524,17	-146.837,66
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-478.775,20	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-3.400.505,89	-4.332.229,22
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	20,00

Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-62.023.074,26	-56.049.207,58
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-62.023.074,26	-56.049.207,58
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
	398.755.019,95	464.567.893,59
Despêndios Extraorçamentários	-502.888,99	-75.268,25
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
	398.252.130,96	450.137.122,80
Demais Pagamentos		-14.355.502,54
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.479.660,52	-10.699.429,78
INGRESSOS	3.222.878,52	3.187.884,67
Alienação de Bens	3.222.878,52	3.187.884,67
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-8.702.539,04	-13.887.314,45
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.213.632,43	-9.890.918,43
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.488.906,61	-3.996.396,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-

Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	57.550.262,19	86.924.564,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	138.431.340,32	51.506.775,65
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	195.981.602,51	138.431.340,32



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

(Continuação do Relatório de Gestão Página 125

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 05/03/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	378.460.099,55	-	-	-	-	112.686.503,06	-	-	265.773.596,49
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-10.682,71	-	-	-10.682,71
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-1.277.887,72	-	-	-1.277.887,72
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	359.287,49	-	359.287,49
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	85.989.797,62	-	-	85.989.797,62

Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-362.867,88	-	-	-362.867,88
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	378.460.099,55	-	-	-	-	-	-28.348.143,75	359.287,49	-	350.471.243,29
Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total	
Saldo Inicial do Exercício 2017	378.460.099,55	-	-	-	-	-28.348.143,75	359.287,49	-	350.471.243,29	
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustes de Exercício Anterior	378.460.099,55	-	-	-	-	-	-	-	378.460.099,55	
Aumento/Redução de Capital	378.460.099,55	-	-	-	-	-	-	-	378.460.099,55	
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	769.405,00	-	-	769.405,00	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	56.377.803,05	-	-	56.377.803,05	
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-891,16	-	-	-891,16	

Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	378.460.099,55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.798.173,14	359.287,49	-	-	-	-	-	-	407.617.560,18

6.4.1. Declaração do Contador

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa da UPC:		Código UG:	
Indústria de Material Bélico do Brasil		168002, 168003, 168004, 168005, 168006, 168007, 168008 e 168009	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão. Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília - DF	Data	03/03/2018
Contador Responsável	Ingrid Tiane Pimentel dos Santos	CRC nº	DF 012551/O-9

6.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS**6.5.1. BALANÇO PATRIMONIAL**

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (valores expressos em milhares de reais)				
ATIVO	Nota	2017	2016	A.H %
Ativo Circulante		346.037	271.298	28%
Disponibilidades	9	196.915	138.428	42%
Clientes	10	28.193	31.774	-11%
Estoques	11	103.096	88.118	17%
Impostos a Recuperar	12	6.821	3.452	98%
Despesas Antecipadas	13	1.936	2.016	-4%
Outros Créditos	14	9.076	7.510	21%
Ativo Não Circulante		129.063	133.721	-3%
Realizável a Longo Prazo	14	3.386	2.800	21%
Investimentos	15	2.303	2.303	0%
Imobilizado	16	121.254	127.246	-5%
Intangível	17	2.120	1.312	62%
TOTAL DO ATIVO		475.100	405.019	17%
PASSIVO	Nota	2017	2016	A.H %
Passivo Circulante		85.815	86.862	-2%
Fornecedores	18	3.661	4.089	-10%
Obrig.Trabalhistas, Tributárias e Contribuições	19	9.716	12.509	-22%
Adiantamentos de Clientes	20	4.984	6.122	-19%
Provisões para Contingências	21	43.680	43.961	-1%
Provisões Diversas	22	10.772	15.012	-28%
Obrigações Societárias	26	3.372	0	-
Outras Obrigações	23	9.630	5.169	86%
Passivo Não Circulante		-	3.695	-100%
Obrig. Trabalhista, Tributárias e Contribuições	24	-	3.695	-100%
Patrimônio Líquido		389.285	314.462	24%
Capital Social	25	378.460	378.460	0%
Reservas	26	10.825	-	-
Prejuízos Acumulados	26	-	(63.998)	-100%
TOTAL DO PASSIVO		475.100	405.019	17%
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				
Celso José Tiago Diretor-Presidente		Ingrid Tiane Pimentel dos Santos Contadora CRC-DF 012551/O-9		

6.5.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016				
(valores expressos em milhares de reais)				
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	Nota	2017	2016	A.H %
Receita Operacional Bruta				
Mercado Interno		73.494	122.569	-40%
Mercado Externo		-	302	-100%
Prestação de Serviços e Revenda		21.652	6.271	245%
		95.146	129.142	-26%
(-) Dedução da Receita				
Vendas Canceladas		(1.532)	(21.927)	-93%
Impostos Incidentes sobre Vendas e Serviços		(28.594)	(35.015)	-18%
		(30.126)	(56.942)	-47%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		65.020	72.200	-10%
(-) Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços	27	(45.174)	(44.067)	3%
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		19.846	28.133	-29%
Manutenção da Capacidade Estratégica	28	(32.030)	(42.352)	-24%
Despesas Administrativas	29	(66.115)	(63.389)	4%
Despesas Comerciais	30	(5.296)	(373)	1.320%
Despesas Tributárias	31	(2.778)	(4.722)	-41%
Despesas Diversas	32	(6.901)	(19.517)	-65%
Receitas Diversas	33	8.227	2.568	220%
RESULTADO OPERACIONAL		(85.047)	(99.652)	-15%
Despesas Financeiras	34	(1.307)	(1.857)	-30%
Receitas Financeiras	35	17.450	12.161	43%
Outras Despesas	36	(47)	(1.392)	-97%
Outras Receitas	37	7.083	6.020	18%
Receita Orçamentária	38	168.142	175.975	-4%
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		106.274	91.255	16%
Imposto de Renda e Contribuição Social	39	(23.077)	(20.279)	14%
LUCRO DO EXERCÍCIO		83.197	70.976	17%
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				
Celso José Tiago Diretor-Presidente		Ingrid Tiane Pimentel dos Santos Contadora CRC-DF 012551/O-9		

6.5.3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016				
	(valores expressos em milhares de reais)			
	Capital Social	Reservas	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	378.460	-	(134.975)	243.486
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-
Resultado do Exercício Anterior	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	70.976	70.976
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	378.460	-	(63.998)	314.462
Reserva Legal	-	710	(710)	-
Reserva de Lucros	-	10.115	(10.115)	-
Reserva de Capital	-	-	-	-
Destinação do Lucro (Dividendos a pagar)	-	-	(3.372)	(3.372)
Resultado do Exercício Anterior	-	-	(5.002)	-
Resultado do Exercício	-	-	83.197	83.197
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	378.460	10.825	-	389.285
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				
Celso José Tiago Diretor-Presidente Ingrid Tiane Pimentel dos Santos Contadora CRC-DF 012551/O-9				

6.5.4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (valores expressos em milhares de reais)		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Resultado do Exercício (antes do IRPJ e CSLL)	106.274	91.255
Depreciações e Amortizações	11.290	5.876
Valor residual de Investimentos/Imobilizados baixados	7.112	(6.185)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.005)	3.364
Provisão para Perdas no Estoque	8.865	-
Provisão para Contingências	(280)	12.311
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos e Parcelamentos Tributários	(3.695)	(8.674)
Provisões Diversas	(4.241)	7.185
Reservas	11.733	-
Outras despesas que não representam movimentação no Caixa	(15.388)	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.077)	(20.279)
Receita Orçamentária	(168.143)	(175.975)
Lucro Ajustado:	(70.555)	(91.122)
Clientes	4.587	(1.698)
Estoques	(23.844)	(1.770)
Impostos a Recuperar	(3.369)	5.981
Despesas Antecipadas	81	(1.574)
Créditos a Receber	(586)	(74)
Outros Créditos	(1.568)	498
DECRÉSCIMO / ACRÉSCIMO DE ATIVOS	(24.129)	1.363
Fornecedores	(427)	(3.464)
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	(2.799)	(5.121)
Adiantamento de Clientes	(1.138)	3.345
Outras Obrigações	8.121	3.914
ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO DE PASSIVOS	2.597	(1.326)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(96.498)	(91.085)
Compras de Ativo Imobilizado e Intangível	(13.159)	2.036
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(13.159)	2.036
Receita Orçamentária	168.143	175.975
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	168.143	175.975
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQ. DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	58.486	86.926
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	138.428	51.502
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	196.915	138.428
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	58.486	86.926
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.		
Celso José Tiago Diretor-Presidente Ingrid Tiane Pimentel dos Santos Contadora CRC-DF 012551/O-9		

6.5.5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016		
(valores expressos em milhares de reais)		
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	2017	2016
1-RECEITAS	264.007	289.946
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	93.614	107.215
1.2) Outras receitas	171.399	179.368
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
1.4) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão (Constituição)	1.005	3.364
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	174.459	207.131
2.1) Custos das mercadorias e serviços vendidos	74.007	79.455
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	70.436	66.714
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	38	1.368
2.4) Outras – Despesas Diversas	29.978	59.594
3-VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	89.548	82.815
4- RETENÇÕES	2.467	2.270
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	2.467	2.270
5-VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	87.081	80.546
6-VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	17.451	12.161
6.1) Receitas financeiras	17.451	12.161
7-VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	104.532	92.707
8-DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	104.532	92.707
8.1)Pessoal e encargos	27.558	25.248
8.1.1- Remuneração direta	25.289	23.232
8.1.2 - Benefícios	108	180
8.1.3 - FGTS	2.161	1.836
8.2)Impostos, taxas e contribuições	61.823	66.701
8.2.1 - Federais	40.272	38.422
8.2.2 - Estaduais	21.147	27.902
8.2.3- Municipais	404	377
8.3) Juros e aluguéis	4.326	758
8.3.1 - Juros	-	-
8.3.2 - Aluguéis	759	758
8.3.2 - Outras	3.567	-
8.4) Juros s/capital próprio e dividendos	-	-
8.5) Lucros retidos/ prejuízo do exercício	10.825	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor-Presidente

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

6.5.6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016		
(valores expressos em milhares de reais)		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	83.197	70.976
Parcela dos Sócios da Controladora	83.197	70.976
Parcela dos Não Controladores	-	-
(-) AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	-	-
Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-
Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	-	-
Ajustes de Conversão do Período	-	-
(-) Tributos sobre Ajustes de Conversão do Período	-	-
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(5.002)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Parcela de Sócios da Controladora	-	-
Parcela dos Não Controladores	-	-
Resultado Abrangente Total	78.195	70.976
Parcela de Sócios da Controladora	78.195	70.976
Parcela dos Não Controladores	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor-Presidente

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

6.5.7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**6.5.7.1. Contexto Operacional**

A Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL foi criada em 14 de julho de 1975, por intermédio da Lei nº 6.227. É uma Empresa Pública dependente integrante do Orçamento Geral da União, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio.

Constituem atividades relacionadas com a finalidade da IMBEL:

I - colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa e de segurança pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica;

II - colaborar, com base na iniciativa privada, com a implantação e o desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse das Forças Armadas, buscando a redução progressiva da dependência externa de produtos estratégicos de defesa;

III - administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e de segurança e de outros bens cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de

aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa e/ou no interesse da segurança nacional; e

IV - promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com sua finalidade.

A IMBEL tem sede e foro na cidade de Brasília - DF, onde está situada sua Diretoria. Atua em todo o território nacional e possui as seguintes Unidades de Produção:

Sigla	Localização	Material Produzido
FPV	Piquete – SP	Fabricação de Pólvora, TNT e Nitrocelulose.
FJF	Juiz de Fora - MG	Fabricação de munição de grosso calibre.
FMCE	Rio de Janeiro - RJ	Fabricação de equipamentos eletrônicos militares.
REPI	Wenceslau Braz - MG	Produção, distribuição e comercialização de Energia Elétrica.
FI	Itajubá – MG	Fabricação de armamento leve (Pistolas, Fuzis e Carabinas).
FE	Magé – RJ	Fabricação de explosivos em geral.

6.5.7.2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao encerramento do exercício.

A Administração identificou, em 2017, que as atualizações contabilizadas na conta variação cambial ativa no valor de R\$5.002 (em milhares de reais), em dezembro de 2015, foram calculadas equivocadamente. Estatutariamente os referidos acertos foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores diretamente na rubrica Prejuízo Acumulados no Patrimônio Líquido.

6.5.8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

6.5.8.1. Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa - item nº 6.5.9.

6.5.8.2. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial, como Disponibilidades e Clientes, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado.

6.5.8.3. Clientes

São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos vencidos há mais de 180 dias, para o mercado interno, e 360 dias, para o mercado externo e para órgãos públicos, conforme demonstrado na nota explicativa - item nº 6.5.10.

6.5.8.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à substituição da capacidade normal é debitado ao Resultado do período como Manutenção da Capacidade Estratégica. Os

Estoques de Produtos em Elaboração e Acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas na nota explicativa - item nº 6.5.11.

6.5.8.5. Impostos a Recuperar

São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, com exceção ao INSS, conforme demonstrado na nota explicativa - item nº 6.5.12.

6.5.8.6. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

6.5.8.7. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou pelos rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa - item nº 6.5.15.

6.5.8.8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas demonstradas na nota explicativa - item nº 6.5.16, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, em obediência a IN 1.700/17, da RFB.

6.5.8.9. Intangível

Os Ativos Intangíveis são mensurados com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada, se for o caso, e possíveis perdas por redução ao valor recuperável, conforme demonstrado na nota explicativa - item nº 6.5.17.

6.5.8.10. Adiantamento de Clientes

Correspondem aos adiantamentos recebidos dos clientes antes da entrega dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa - item nº 6.5.20.

6.5.8.11. Provisões de Férias

É calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

6.5.8.12. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

6.5.8.13. Provisões para Contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos judiciais são reconhecidas com base nos laudos dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa - item nº 6.5.21.

6.5.8.14. Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

6.5.8.15. Receita Orçamentária

É disponibilizada pelo governo e reconhecida pelo Regime de Competência.

6.5.8.16. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

São calculados observando-se suas alíquotas nominais que totalizam 34% - Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Os prejuízos acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a até 30%, em anos futuros, do montante do lucro tributável de cada exercício, conforme demonstrado na nota explicativa - item nº 6.5.31.

6.5.8.17. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Perdas em Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

6.5.9. DISPONIBILIDADES

	R\$ / mil	2017	2016
Aplicações Financeiras		183.376	126.724
Tesouro Nacional Fonte 250		6.628	5.700
Tesouro Nacional Fonte 0100		4.910	6.004
Total de Disponibilidades		196.915	138.428

A rubrica "Tesouro Nacional Fonte 250" é composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através de Guia de Recolhimento da União (GRU) na Conta Única do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A IMBEL realizou aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, obtendo, no período de janeiro a dezembro, rendimentos brutos de R\$ 16.060.962,84 e líquidos de R\$ 12.768.077,85 (deduzido do Imposto de Renda na Fonte no total de R\$ 3.292.884,99). A IMBEL utiliza-se de procedimentos referentes às aplicações financeiras conforme as seguintes legislações:

- Decreto lei 1.290 de 3 DEZ/1973 art. 2º e 3º;
- Resolução 3.284 BCB 25/05/2005 art. 4º;
- Resolução 12/2010 CA/IMBEL;
- Macro Função SIAFI 020305; e
- IN 04 STN de 30/08/2004.

6.5.10. CLIENTES

	R\$ / mil	2017	2016
Clientes - Mercado Interno		34.858	37.433
Clientes - Mercado Externo			-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.665)	(5.659)
Total de Clientes		28.193	31.774

Composição dos Clientes		R\$ / mil				2017
Categoria	A Vencer	< 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	> 120 dias	TOTAL
Duplicatas Públicas	3.366	17.738	0	520	3.174	24.798
Duplicatas Privadas	3.473	1.107	87	14	3.298	7.979
Demais Títulos	1.741	8	6	5	321	2.081
Total a Receber	8.580	18.853	93	539	6.793	34.858

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" é constituída levando-se em consideração:

- computar como perda os créditos sem garantia de valor até R\$ 5 (cinco mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

- A provisão para todos os títulos que não possuem garantia com valor acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano; os títulos sem garantia com valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano, mas com os procedimentos judiciais para o seu recebimento; e os créditos pertencentes à empresas que já possuem declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário (de acordo com a Lei nº 9.430, de 1996, art. 9º e Decreto 3.000, de 1999, art. 340 e 341).

6.5.11. ESTOQUES

	R\$ / mil	Custo	Prov. p/ Perdas	Líquido 2017	Líquido 2016
Produtos Acabados		17.245	(268)	16.977	9.900
Mercadorias para Revenda		-	-	-	-
Produtos em Processo		42.001	(3.845)	38.156	35.400
Matérias-Primas		24.010	(4.145)	19.865	18.751
Materiais Auxiliares		20.434	(603)	19.831	14.395
Almoxarifado		5.334	(4)	5.330	3.818
Importações em Trânsito		1.978		1.978	5.029
Adiantamento a Fornecedores		742		742	41
Compra para Entrega Futura		215		215	783
Total de Estoques		111.959	(8.865)	103.096	88.118

A Empresa constitui provisão para perdas em Estoques referente aos itens que não tiveram movimentação nos últimos 360 dias e sem expectativa de movimentação.

6.5.12. IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$ / mil	2017	2016
COFINS a Compensar		0	406
ICMS a Recuperar		205	62
IPI a Recuperar		1.927	1825
PIS a Compensar		3.718	381
CSLL a Compensar		-	-
Lei 10.833 a Compensar		2	2
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado		734	764
COFINS e PIS a Rec. Ativo Imobilizado		1	8
INSS a Compensar		4	4
IRPJ a Compensar		229	-
Total de Impostos a Recuperar		6.821	3.452

6.5.13. DESPESAS ANTECIPADAS

	R\$ / mil	2017	2016
Custos de Serviços a Apropriar		637	720
Manutenção a Apropriar		1.291	1155
Seguros a Apropriar		7	12
Custos a Apropriar		-	129
Total de Despesas Antecipadas		1.936	2.016

A rubrica "Custos de Serviços a Apropriar" é composta por serviços que estão sendo prestados a clientes e a rubrica "Manutenção a Apropriar" é composta por gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no Resultado do Exercício.

6.5.14. OUTROS CRÉDITOS

	R\$ / mil	R\$/mil 2017			R\$/mil 2016		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamentos de Férias	3.645			3.645	2.751		2.751
Depósitos Judiciais	679			679	1.151		1.151
Causas Trabalhistas	4.748			4.748	3.346		3.346
Processo de Desapr. Imóveis	-	1.559		1.559	0	1.464	1.464
Outras	4	1.826		1.830	262	1.316	1.578
Total de Outros Créditos	9.076	3.386		12.461	7.510	2.780	10.290

O saldo da rubrica "Processo de Desapropriação de Imóveis" refere-se a imóvel localizado em Grajaú, Município do Rio de Janeiro/RJ, desapropriado pela Prefeitura em 2003. A Prefeitura realizou uma avaliação do imóvel naquele ano, com base no laudo PGM 176/2003 e esse valor sofreu uma atualização em 2017. As rubricas "Depósitos Judiciais" e "Causas Trabalhistas" são compostas por valores relativos a processos trabalhistas que se encontram em discussão judicial.

6.5.15. INVESTIMENTOS

	R\$ / mil	2017	2016
Terrenos		178	178
Edifícios		122	122
CBC - Cia. Brasileira de Cartuchos		2.003	2.003
(-) Provisão para Perdas			
Total de Investimentos		2.303	2.303

A rubrica "Terrenos e "Edifícios", registra valores de imóveis da IMBEL localizados em Hidrolândia-GO.

O valor registrado na rubrica "CBC - Cia Brasileira de Cartuchos" corresponde à participação acionária da IMBEL de 20.464 ações ordinárias e 3.203 ações preferenciais, totalizando 0,91% de participação no capital da empresa.

6.5.16. IMOBILIZADO

R\$ / mil	Taxa Deprec.	Custo Histórico	Depr./Amort. Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Biblioteca	-	28	26	2	2
Computadores e Periféricos	20%	9.309	6.079	3.230	2.918
Edifícios	4%	70.788	53.263	17.25	18.071
Ferramental/Dispositivos	10%	17.903	14.952	2.951	2.572
Instalações Administrativas	10%	9.733	4.196	5.537	3.842
Máquinas e Equipamentos	10%	189.099	135.839	53.260	50.772
Móveis e Utensílios	10%	10.412	6.559	3.853	3.983
Museu	-	2	-	2	1
Terrenos	-	8.431	-	8.431	8.472
Veículos	20%	6.236	5.437	799	1.219
Benfeit. em Imóveis de Terceiros	10%	904	637	267	313
Imobilizações Técnicas		322.845	226.988	95.857	92.165
Adiant. p/ Aquisição de Imob.		7	-	-	7.342
Obras em Andamento		25.385	-	-	27.739
Imobilizado em Andamento		25.392		25.392	35.081
Total do Imobilizado				121.254	127.246

No Exercício de 2017, a IMBEL não submeteu seus bens registrados no Ativo Imobilizado ao Teste de Recuperabilidade (Impairment test), conforme orientação dada através do NBC TG-01. Entretanto, as aquisições ocorridas durante o Exercício estão devidamente registradas e as taxas de depreciação estão em conformidade com a IN 1.700/17 da RFB.

No quadro abaixo estão demonstrados o resumo das aquisições, baixas e transferências de itens do Imobilizado no exercício de 2017:

RS / mil	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas/Transfer.	Saldo Final
Biblioteca	28	-	-	28
Computadores e Periféricos	9.400	11	102	9.309
Edifícios	70.750	119	407	70.788
Ferramental/Dispositivos	17.306	597	81	17.903
Instalações Administrativas	7.619	2.114	-	9.733
Máquinas e Equipamentos	188.437	671	15	189.093
Móveis e Utensílios	10.328	87	3	10.712
Museu	2	-	-	2
Terrenos	8.434	-	3	8.431
Veículos	6.236	-	-	6.236
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	904	-	-	904
Adiant. p/ Aquisição de Imobilizado	7	-	-	7
Obras em Andamento	27.035	570	2.220	25.385
Total	346.486	4.169	2.424	348.231

Em conformidade com a resolução nº 04/2015, do Conselho de Administração da IMBEL, de 31 de março de 2015, que autorizou iniciar o processo de alienação de bens imóveis da Empresa foi emitida a Instrução Normativa nº 01, de 07 de Janeiro de 2016, do Diretor Presidente, estabelecendo processos e definindo procedimentos para alienação de imóveis da IMBEL, excetuando os direcionados às atividades operacionais das unidades de produção, os localizados em áreas de segurança da Empresa e os considerados Unidades Residenciais Funcionais.

Em 2017, visando cumprir a determinação da resolução acima citada, foram concretizadas, com a transferência das escrituras em cartório, as seguintes vendas de imóveis não operacionais:

Descrição	Quantidade	Valor Patr. R\$/mil	Valor Venda R\$/mil	Ganho R\$/mil
Casas	39	368	3.638	3.270
Terrenos	13	7	645	637
Total	52	375	4.284	3.908

Descrição	Quantidade vendida		Ganho R\$/mil
	Casas	Terrenos	
Fábrica Presidente Vargas	11	11	1.251
Fábrica de Juiz de Fora	18	02	1.816
Fábrica de Itajubá	09	-	800
Fábrica da Estrela	01	-	41
Total	39	13	3.908

6.5.17. INTANGÍVEL

RS / mil	Taxa Amort.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Softwares	20%	4.197	(2.875)	1.322	1.312
Marcas e Patentes	10%	2.558	(1.760)	798	-
Total do Intangível		6.755	(4.635)	2.120	1.312

R\$ / mil	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas/ Transf.	Saldo Final
Softwares	3.893	304	-	4.197
Marcas e Patentes	2.558	-	-	2.558
Total	6.451	304	-	6.755

6.5.18. FORNECEDORES

R\$ / mil	2017	2016
Fornecedores Nacionais	3.661	4089
Fornecedores Estrangeiros	-	-
Total de Fornecedores	3.661	4.089

6.5.19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

R\$ / mil	2017			2016		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	5.916	-	5.916	6.317	3695	10.012
Estaduais e Municipais	2.920	-	2.920	4.595	-	4.595
Encargos e Contribuições	852	-	852	1.598	-	1.598
Obrigações Trabalhistas	28	-	28	5	-	5
Total	9.716	-	9.716	12.515	3.695	16.210

As obrigações de ordem tributária a curto prazo são oriundas de parcelamentos que foram feitos em períodos anteriores, os quais chegam a 180 meses e outros tributos inerentes à atividade da IMBEL.

As obrigações tributárias de longo prazo são, em sua totalidade, oriundas de parcelamentos e estão distribuídas de acordo com o quadro abaixo:

R\$ / mil	Exigível a Longo Prazo		Término do Parcelamento
	2017	2016	
ICMS/SP - Dívida Ativa	-	-	2016
Débitos Federais - PAES/PAEX	-	1.899	2017
ICMS/MG - Dívida Ativa	-	-	2016
INSS - PAES	-	1.795	2017
Total	-	3.694	8.071

6.5.20. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O valor de R\$ 4.984 (em R\$/mil) registrado na rubrica "Adiantamento de Clientes" origina-se de contratos mantidos com o Exército Brasileiro e Clientes Nacionais, para futuras aquisições de produtos e serviços.

6.5.21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

R\$ / mil	2017	2016
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FPV	22.251	21.461
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FJF	9.724	7.773
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FMCE	1.461	1.138
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FI	8.494	10.922
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FE	915	1.932
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – SEDE	835	735
Total de Fornecedores	43.680	43.961

Em 31 de dezembro de 2017, a IMBEL estava sujeita a 1.576 ações judiciais de natureza cível, previdenciária, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual. A Administração, baseada na análise individual dos processos e de acordos em andamento, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, registrou a Provisão para Contingências dos processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável.

Em 2017, os valores dos processos judiciais avaliados com grau de risco de perda possível e não provisionados, em conformidade com o CPC 25, estão estimados em valor mínimo de R\$ 18.781 (em R\$/mil) classificados por natureza das causas, conforme a seguir:

R\$	2017	2016
Cível	32	14
Previdenciária	-	-
Trabalhista	184	111
Tributária	5	15
Total Demanda	221	140

6.5.22. PROVISÕES DIVERSAS

R\$ / mil	2017	2016
Provisão para férias	10.488	9.285
Provisão para Comissões	8	8
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	276	188
Provisão Dissídio Coletivo (2016/2017)	-	5.531
Total de Provisões Diversas	10.772	15.012

6.5.23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

R\$ / mil	2017	2016
Outras Contas a Pagar	7	3
Materiais de Terceiros	9.623	5.160
Total de Outras Obrigações	9.630	5.163

6.5.24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E CONTRIBUIÇÕES

R\$ / mil	2017	2016
Créditos da União (encargos)	-	1.795
Tributos Federais	-	1.900
Tributos Estaduais/Municipais	-	-
Total	-	3.695

6.5.25. CAPITAL SOCIAL

R\$ / mil	2017	ORIGEM
Capital Realizado	378.460	100% UNIÃO
Total	378.460	

6.5.26. LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS

R\$ / mil	2017	2016
Resultado do Exercício	83.197	70.976
Resultado de Exercícios Anteriores	(5.002)	-
Prejuízos acumulados de exercícios anteriores.	(63.998)	(134.975)
Lucros a distribuir	14.197	-
Reserva Legal	(710)	-
Dividendos a distribuir	(3.372)	-
Reserva de Lucros a Realizar	(10.115)	-
Prejuízo acumulado	-	(63.998)

A IMBEL, de acordo com o art. 109 do seu Estatuto Social, tem estabelecida a destinação dos lucros na seguinte ordem:

- a) Absorção dos prejuízos acumulados;
- b) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social; e
- c) No mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela IMBEL.

6.5.27. CUSTOS

R\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Custos Vendas Nacionais	32.552	41.379	-21%
Custo das Vdas no Merc Ex	0	151	-100%
Custos Industrializações	11.260	2.160	421%
Custo Serviços Prestados	339	148	129%
Custos Revenda Mercadoria	1.262	602	110%
Recuperação de Custos	-239	(373)	-36%
Total	45.174	44.067	3%

Custo por Filial R\$/mil	2017	2016	A.H. %
Fábrica Presidente Vargas (FPV)	12.989	8.662	50%
Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	4.746	12.601	-62%
Fábrica de Material de Com. e Eletrônica (FMCE)	746	3.150	-76%
Fábrica de Itajubá (FI)	23.235	15.685	48%
Fábrica da Estrela (FE)	3.408	3.969	-14%
Total	45.174	44.067	3%

6.5.28. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA

O saldo registrado na rubrica no valor de R\$ **32.030** (valor em R\$/mil) compõe-se de gastos referentes à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas. Esses gastos incorrem mesmo não havendo processo produtivo, por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção (inciso V, Art. 5º do Estatuto Social da IMBEL, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, em 14 de dezembro de 2017).

6.5.29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

R\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Salários, gratif., benef. e enc. sociais	34.662	31.061	12%
Serviços de Terceiros PJ	4.950	6.839	-28%
Despesas Legais e Judiciais	2.705	4.957	-45%
Depreciações e Amortizações	2.467	2.771	-11%
Manutenção e Conservação de Imóveis	1.488	1.297	15%
Mnt e Conserv. de Máq. e Eqp.	1.078	1.203	-10%
Honorários da Diretoria	1.922	1.029	87%
Demais despesas administrativas	16.844	14.232	18%
Total de Despesas Administrativas	66.115	63.389	4%

6.5.30. DESPESAS COMERCIAIS

R\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais trabalhistas	596	925	-36%
Provisão para devedores duvidosos	3.403	1.576	116%
Comissões de terceiros sobre vendas	1.851	1.676	10%
Perdas nos recebimentos de créditos	19	755	-97%
Reversão de Provisão para devedores duvidosos	(2.290)	(4.929)	-54%
Demais despesas comerciais	1.717	371	363%
Total de Despesas Comerciais	5.296	373	1.320%

O valor de R\$2.290 (valor em R\$/mil) é oriundo de uma reversão de duplicatas de clientes provisionadas no passado como perdas que a IMBEL conseguiu recuperar através de ações de cobrança.

6.5.31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

RS\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Tributos Federais	1.153	1.572	-27%
Tributos Estaduais	1.283	2.810	-54%
Tributos Municipais	342	340	1%
Total de Despesas Tributárias	2.778	4.722	-41%

6.5.32. DESPESAS DIVERSAS

RS\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Variação de Estoques	-9.517	(145)	6.463%
Refugos	2.553	2.343	9%
Garantia da Qualidade dos Produtos	2.245	810	177%
Despesa com Pesquisas	2.616	2.812	-7%
Provisão para Perdas em Estoques	1.738	35	4.866%
Provisões Trabalhistas/Rescisórias/Apos.	7.129	12.351	-42%
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	87	103	-16%
Despesas Indedutíveis	50	1.357	-96%
Total de Despesas Diversas	6.901	19.517	-65%

6.5.33. RECEITAS DIVERSAS

RS\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Outras Receitas Operacionais	0	218	-100%
Reversão de Provisões	8.227	2.350	250%
Total de Receitas Diversas	8.227	2.568	220%

6.5.34. DESPESAS FINANCEIRAS

RS\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Descontos Concedidos	1	14	-93%
Despesas Bancárias	21	1	2000%
Juros Passivos	445	221	101%
Juros s/ Tributos	61	171	-64%
Multas indedutíveis	427	1.323	-68%
Variações Cambiais Passivas	352	127	177%
Total de Despesas Financeiras	1.307	1.857	-30%

6.5.35. RECEITAS FINANCEIRAS

RS\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Descontos Obtidos	48	754	-94%
Dividendos	633	310	104%
Juros Ativos	349	181	93%
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	16.061	10.827	48%
Variações Cambiais Ativas	20	37	-45%
Multas s/ Recebimentos	339	52	552%
Total de Receitas Financeiras	17.450	12.161	43%

6.5.36. OUTRAS DESPESAS

	R\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Perdas no Imobilizado		38	1.205,00	-97%
Perdas nos Investimentos		-	163,00	-100%
Total Despesas Eventuais		9	24,00	-63%
Total de Outras Despesas		47	1.392	-97%

6.5.37. OUTRAS RECEITAS

	R\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Ganhos no Imobilizado		3.255	3.325	-2%
Ganhos nos Investimentos		-	67	-100%
Alugueis		759	758	0%
Outras Receitas		3.069	1.870	64%
Total de Outras Receitas		7.083	6.020	18%

6.5.38. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

	R\$ / mil	2017	2016	A.H. %
Receita Orçamentária de Custeio		160.390	164.606	-3%
Receita Orçamentária de Investimento		7.752	11.369	-32%
Total		168.142	175.975	-4%

As receitas orçamentárias referidas no quadro acima são as subvenções econômicas recebidas da União, destinadas ao pagamento de despesas de pessoal e demais custeios (receita orçamentária de custeio) e para pagamento de despesas de capital como aquisições de imobilizado (receita orçamentária de investimento).

6.5.39. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA

Exercício	I R P J		C S L L	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo/Lucro Líquido antes da CSLL/IRPJ	106.273	91.255	106.273	91.255
Total das Adições	10.982	15.502	11.624	16.137
Total das Exclusões	19.058	19.148	19.058	19.148
Base de Cálculo antes da Compensação	98.196	87.610	98.839	88.245
Compensações 30%: Prejuízo Fiscal/Base Negativa	29.459	26.283	28.652	26.473
Prejuízo/Lucro Real / CSSL Real	65.236	61.327	65.686	61.771
IRPJ/CSSL Apurado	9.785	15.308	5.911	5.559
(-)IRRF Retido/CSSL Retido/Antecipações	3.477	2.749	153	4.751
(-)Benefícios Fiscais (PAT / Vale Cultura / Lic. Maternidade)	310	590	-	-
IRPJ / CSSL a recuperar/devido	10.471	11.969	5.032	808
(-)Saldo Negativo de IRPJ/CSSL Períodos Anteriores	-	9.842	-	-
IRPJ / CSSL a Recolher	2.898	2.126	725	808
(-) Pagamento Antecipado Competência Dezembro	-	146	-	33
IRPJ / CSSL a Recolher	2.898	1.980	1.041	775

A IMBEL, em 2017, optou pelo método de apuração do IRPJ e CSLL o Regime do Lucro Real com pagamento por estimativa mensal, em concordância com a obrigatoriedade citada na Lei 10.637/02.

Foi realizada no exercício de 2017 a compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores no valor de 29.459 (valor em R\$/mil) e 29.652 (valor em R\$/mil) nas bases de cálculos do IRPJ e CSLL respectivamente, de acordo com a legislação vigente.

6.5.40. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa contrata seguros somente para as cargas e veículos, e os demais bens não possuem qualquer tipo de cobertura de seguro contra eventuais sinistros, em razão do elevado custo dos prêmios correspondentes.

6.5.41. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

As remunerações dos administradores da Empresa no mês de dezembro de 2017 estão discriminadas a seguir:

Dirigentes	em R\$	2017	2016
Diretor-Presidente		20.136,72	20.136,72
Vice-Presidente Executivo		19.129,88	19.129,88
Diretores		18.123,04	18.123,04

A remuneração dos dirigentes foi fixada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, conforme Nota Técnica nº 9.787/2016/CGCOR/SEST/SE-MP, de 08 de julho de 2016.

O Conselho de Administração da IMBEL é composto de 6 (seis) conselheiros. O valor dos últimos honorários em 2017 foi de R\$ 1.862,65 para cada membro do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal da IMBEL é composto de 3 (três) conselheiros. O valor dos últimos honorários em 2017 foi de R\$ 1.862,65 para cada membro do Conselho de Administração.

A remuneração dos empregados está de acordo com o Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS), Plano de Empregos em Comissão (PEC), aprovados pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e pelo Comando do Exército, por meio das Portarias nº 743, de 12 de setembro de 2012 (DOU nº 181, de 18 de setembro de 2012) e nº 373, de 29 de abril de 2014 (DOU nº 81, de 30 de abril de 2014), respectivamente, e acordos coletivos posteriores.

Empregados	em R\$	2017	2016
Maior		14.403,05	12.747,84
Menor		1.208,72	1.069,50

6.5.42. PARTES RELACIONADAS

A IMBEL é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo:

R\$ / mil	2017	2016
Com a União Federal		
Ativo Circulante		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (fonte 100)	4.910	6.005
Passivo Circulante		
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar)	64.106	59.101
Receita		
Receita – Subvenção para Custeio	160.390	164.606
Receita – Subvenção para Investimento	7.752	11.369
Despesas		
Honorários dos Administradores	(1.922)	(1.268)

6.5.43. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI

Em atendimento aos itens 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação entre o Balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e o obtido via SIAFI, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o quadro abaixo demonstra a conciliação efetuada:

R\$ / mil	Lei nº 6.404/76 Lei das S/A.	Lei nº 4.320/64 Contb Pública	Diferenças	Obs
Ativo Circulante	346.037	316.986	29.051	a)
Ativo Não Circulante	129.063	142.093	(13.030)	a)
Total do Ativo	475.100	459.079	16.021	
Passivo Circulante	85.815	51.462	34.353	a)
Passivo Não Circulante	0	0	-	
Capital Social	378.460	378.460	-	
Reservas	10.885	29.157	(18.332)	b)
Total do Passivo	475.100	459.079	16.021	

a) Diferença de saldo apurado por conciliação, efetuada após a data de fechamento do SIAFI, tendo em vista o pouco tempo disponibilizado pelos órgãos da administração pública para efetuar os ajustes necessários.

b) Valor apurado no resultado entre o sistema da contabilidade societária e contabilidade pública.

A escrituração contábil de acordo com a Lei 6.404/76 ainda não se enquadra na sua totalidade às exigências do Sistema de Contabilidade do Governo Federal segundo a Lei 4.320/64 em questões de nomenclatura e função de contas. Como exemplo de função de conta, é utilizada a conta de Fornecedores a Pagar, que na contabilidade pública é lançada através da liquidação da despesa como ato emanado por autorização competente (Ordenador de Despesa) após o ateste da Obrigação e na contabilidade segundo a Lei 6.404/76, que rege a empresas privadas, as Obrigações com

Fornecedores são lançadas na ordem cronológica de acordo com a entrada do produto ou serviço no Estabelecimento, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

A IMBEL, como empresa pública, se obriga à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP - Datasul E.M.S.) que lhe permite controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar o seu Resultado.

A IMBEL ingressou no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2008 e passou a ser uma Empresa Pública Dependente, devendo atender aos ditames da Lei nº 4.320/64 e está obrigada a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), para sua execução financeira e orçamentária.

Celso José Tiago
Diretor-Presidente

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

6.6. INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL

a. descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UPC, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as Unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade:

Quadro 34 – Processo de verificação da conformidade contábil

Processo de verificação da conformidade contábil:	
Responsável Conformidade Contábil:	UG Setorial Contábil Nome: Código: 168009
Unidades Gestoras Executoras (UGE):	“168002 – Setorial Orçamentária e Financeira” “168003 – UA” “168004 – FPV” “168005 – FI” “168006 – FJF” “168007 – FMCE” “168008 – FE”

b. informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício:

Quadro 35 – Quantidade de ocorrências observadas no exercício

Classificação das Ocorrências Contábeis	Quantidade de ocorrências observadas no exercício
Alerta	00
Ressalva	15
Total	15

c. descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização:

Todas as ocorrências foram sanadas.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU E DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

7.1.1. Tratamento de Deliberações exaradas em Acórdãos do TCU

O Órgão na estrutura da IMBEL responsável pelo acompanhamento e controle dos processos em trâmite no TCU e das deliberações decorrentes é a Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos (AGCIR). Esta Assessoria dispõe do sistema Protocolo Eletrônico (PROTWEB) para o encaminhamento formal das demandas do TCU e controle do seu cumprimento pelas áreas interessadas. Após análise e registro, a demanda do Tribunal é enviada para o setor responsável (Diretorias, Assessorias, Gabinete da Presidência e Unidades de Produção) para o cumprimento das determinações e/ou recomendações, que constam do quadro 34 a seguir:

7.1.1.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro 36 – Comparativo de determinações e recomendações do TCU

Classificação	Recebido pelo TCU	Atendidas pela Unidade
Determinações	02	02
Recomendações	01	01
Deliberações na Área de Pessoal	02 (*)	01

(*) Há uma deliberação na Área de Pessoal em fase de apuração e análise.

7.1.1.2. Deliberações do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores pendentes de atendimento ao Final do Exercício

Não há deliberações pendentes.

7.1.2. Tratamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

a. visão geral sobre as recomendações feitas pelo órgão de controle interno no exercício de referência, com informações sobre a quantidade de recomendações recebidas comparativamente à quantidade atendida:

A IMBEL, normalmente, responde às demandas do Órgão de Controle Interno (OCI) de acordo com procedimento de controle interno próprio, registrado no Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL), Módulo de Controle Interno.

Em 2017, tendo em vista que a Empresa foi selecionada para ter suas contas de 2016 julgadas pelo TCU, o Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx (OCI), realizou visitas de Auditoria de Gestão na Sede, na Fábrica de Itajubá (FI) e na Fábrica de Juiz de Fora (FJF) e emitiu o Relatório Preliminar de Auditoria de Gestão, que foi inserido no sítio eletrônico do TCU, no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

Em 5 de setembro de 2017, o CCIEx encaminhou o Ofício nº 29 solicitando que a IMBEL avaliasse quanto ao conteúdo os achados de auditoria, o qual foi respondido pela IMBEL

por meio do Ofício nº 1143, de 20 de setembro de 2017, com observações da Empresa sobre os referidos achados de auditoria.

Considerando que a IMBEL havia respondido as demandas do CCIEx sobre achados de auditoria constantes do Relatório Preliminar de Auditoria de Gestão, supondo que deveríamos aguardar as manifestações do TCU e, não tendo recebido oficialmente do CCIEx a versão final do referido relatório, como é o procedimento normalmente adotado, esta Empresa não empreendeu ações imediatas para solução das recomendações constantes do documento.

O Conselho Fiscal, na Ata de sua 319ª Reunião Ordinária, encaminhada à IMBEL em 25 de janeiro de 2018, solicitou informações sobre ações adotadas pela IMBEL em decorrência das recomendações do CCIEx, as quais estão em vias de serem solucionadas.

Por fim, na FMCE, o que estava planejado pelo CCIEx para ser uma visita de Auditoria de Gestão, foi realizada como uma Visita de Auditoria comum e as recomendações foram encaminhadas para a IMBEL e o Relatório de Providências correspondente foi remetido para o CCIEx, por intermédio do Ofício nº 324-AGCIR/IMBEL, de 27 de março de 2018.

b. informações sobre as formas dispostas para o efetivo acompanhamento das recomendações do CCIEx:

A Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos (AGCIR), na condição de responsável pelo acompanhamento e controle das recomendações do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), as quais, após análise e registro no Módulo de Controle Interno do Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL), são remetidas por intermédio do Sistema de Protocolo Eletrônico (PROTWEB) ao setor responsável (Diretorias, Assessorias, Gabinete e Unidades de Produção) para o cumprimento das recomendações, as quais constam do quadro 31 a seguir:

7.1.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) atendidas no exercício

Considerando que esta Empresa recebeu oficialmente do CCIEx somente o relatório nº 01.002/2017, referente à visita efetuada no período de 23 a 27 de outubro de 2017, na Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica – FMCE, o quadro 37 a seguir se refere unicamente a essa atividade.

Quadro 37 - Cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Descrição	Total
Número Total de Recomendações	13
Número de Recomendações Atendidas	12
Indicador de Recomendações Atendidas	92 %
Indicador de Recomendações Não Atendidas	8%

7.1.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

O quadro a seguir remete às justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI no exercício de referência.

Quadro 38 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício

Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	Data da ciência
1	RA Nº 01.002/2017	3. Gestão de Estoque	OF Nº46-SAGEF/CCIEEx, de 13 de dezembro de 2017	18 de dezembro de 2017
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da Recomendação				
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE) - IMBEL				
Descrição da Recomendação				
Definição do objeto e do escopo da auditoria Foi objeto de avaliação, os controles dos estoques e a existência efetiva dos bens, pelo critério da materialidade, amostras selecionadas a partir dos saldos das contas Produtos Acabados, cujo saldo em 31/12/2016 era de R\$ 197.224,45 e conta Material de Embalagem, com saldo em 31/12/2016 de R\$ 35.842,08. Achado Material estocado por elevado período de tempo, sujeito ao reconhecimento de perdas por obsolescência ou por defasagem mercadológica. Recomenda-se à unidade que considere avaliar, a cada caso, se é necessário o reconhecimento de perda dos itens de estoque verificados e, caso julgue necessário, efetue os procedimentos de ajuste necessários, nos termos do MCASP.				
Providências Adotadas				
Estão em andamento a criação de uma Comissão para análise do nível de estoque, assim como um processo de estudo para eminente alienação do estoque da fábrica. Com isso, poderá ser avaliado o que realmente será mantido com o intuito de ser utilizado no futuro e eliminado o que realmente não é útil, fazendo com que o valor do mesmo diminua e seja recuperado. Seguindo esse mesmo princípio a Unidade está em processo de avaliação do estoque para que seja feita a contabilização para perdas prováveis do estoque e classificada devidamente a sua provisão, de modo a registrar de forma confiável o valor que será considerado como perda e terá impacto direto no resultado (demonstração do resultado do exercício).				
Sector Responsável pela Implementação				
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE) - IMBEL				
Justificativa para o seu não Cumprimento				
Em andamento				

7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

No ano de 2017, foram instaurados 10 (dez) processos administrativos para apuração de responsabilidades por dano ao Erário.

Os processos administrativos que foram instaurados para apuração de dano ao Erário foram os seguintes:

Quadro 39 - Processos Administrativos instaurados

Unidade	Processo	Início	Término
SEDE	Sindicância nº 003/2017 Objeto da Sindicância: apurar os possíveis responsáveis, os fatos e os motivos que levaram ao descumprimento do Art. 145 da CLT na IMBEL Sede. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime ou falta disciplinar; o processo já está aperfeiçoado; e arquivamento da Sindicância.	04/04/2017	26/06/2017

Unidade	Processo	Início	Término
FJF	Sindicância nº 001/2017 Objeto da Sindicância: apurar os possíveis responsáveis, os fatos e os motivos que levaram ao descumprimento do Art. 145 da CLT e, consequentemente, a ocorrência de ação judicial que versa sobre indenizações contra a IMBEL/FJF. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime ou falta disciplinar por parte de nenhum empregado da FJF; e arquivamento da Sindicância.	05/04/2017	11/09/2017
FJF	Sindicância nº 006/2017 Objeto da Sindicância: apurar os fatos que resultaram na expedição, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de multas administrativas para a Fábrica de Juiz de Fora, apontando, se for o caso, se há agente (s) da administração responsável (eis) pelos danos ao Erário, referentes aos Autos de Infrações relacionados a seguir: -Auto de Infração nº 210521210, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 5.003,79; -Auto de Infração nº 210521228, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 3.337,12; -Auto de Infração nº 210521236, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 3.337,12; -Auto de Infração nº 210521244, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 3.337,12; -Auto de Infração nº 210521252, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 1.003,79; -Auto de Infração nº 210521261, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 1.668,93; -Auto de Infração nº 210624035, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 6.546,97; -Auto de Infração nº 211037320, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 3.003,52; -Auto de Infração nº 211037338, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 3.003,52; -Auto de Infração nº 211037346, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 3.003,52; e -Auto de Infração nº 211037354, de 31 JUL 17, no valor de R\$ 6.546,52. Conclusão da Sindicância: Os elementos não foram suficientes e consistentes para se responsabilizar agentes da administração da FJF envolvidos nas autuações, constatando-se que os mesmos não cometeram atos deliberados ou com imprudência para causar danos ao Erário; e não há evidências de crime, dolo, falta disciplinar, negligência e/ou desídia por parte dos empregados da FJF.	16/08/2017	09/10/2017
FJF	Sindicância nº 005/2017 Objeto da Sindicância: apurar os fatos que resultaram na ação judicial (Processo nº 0001999-17.2013.503.0036) que versa sobre pagamento de verbas trabalhistas em desfavor da IMBEL/FJF. Conclusão da Sindicância: Não há indícios, por ação ou omissão, que comprovem a participação de quaisquer empregados da FJF. O fato apurado não se acerca de indícios de crime ou falta disciplinar por parte de nenhum colaborador da FJF.	16/08/2017	02/10/2017
FJF	Sindicância nº 002/2017 Objeto da Sindicância: apurar possíveis responsabilidades, valores despendidos e outros possíveis danos à imagem da Empresa (falhas de funcionamento ocorrido com o tiro 120 mm AE PR). Conclusão da Sindicância: Não há indícios de crime, negligência, imprudência, imperícia ou falta disciplinar por parte de empregado da Empresa. A falha no funcionamento ocorrido com o tiro 120 mm AE PR foi decorrente de circunstância imprevisível, uma vez que todos os testes programados foram executados com resultados positivos que resultaram na aprovação dos lotes sem ressalva. O custo estimado para reparação dos 398 tiros é de R\$ 111.868,83 que deverá ser custeado pela Empresa.	05/04/2017	19/06/2017
FPV	Sindicância nº 13/2017 Objeto da Sindicância: apurar as motivações, circunstâncias e consequências dos fatos narrados no Boletim de Ocorrência de Autoria Conhecida nº 951/2017, expedido em 14 de maio de 2017, às 12h01min	15/05/2017	12/06/2017

Unidade	Processo	Início	Término
	pela Delegacia de Lorena e que indica o Sr LUIZ GONZAGA PINTO como autor de crime de natureza “furto” (art. 155), onde a IMBEL consta como vítima. Conclusão da Sindicância: Foi imputado ao empregado público LUIZ GONZAGA PINTO a penalidade prevista no Capítulo X do Regulamento de Pessoal da IMBEL e no art. 482 da CLT, sendo punido com demissão por justa causa a contar de 16 de junho de 2017.		
FPV	Sindicância nº 19/2017 Objeto da Sindicância: apurar as circunstâncias, montante do dano ao erário e eventuais responsabilidades pela avaria causada em peça (mangueira de combustível) do veículo VW13190 da Fábrica Presidente Vargas. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não comprovou falta disciplinar e dano ao erário por parte de empregado da FPV.	26/09/2017	15/01/2018
FE	Sindicância nº 7/2017 Objeto da Sindicância: apurar furto de material das dependências do Almoxarifado da Fábrica Estrela. Conclusão da Sindicância: O fato objeto da Sindicância configura crime de natureza comum, capitulado no art. 155 do Código Penal, sem que no entanto possa se atribuir a autoria do mesmo.	10/07/2017	13/10/2017
FE	Sindicância nº 3/2017 Objeto da Sindicância: apurar fatos e motivos que levaram ao descumprimento do art. 145 da CLT (prazo para pagamento de férias). Conclusão da Sindicância: O fato não se acerca de indícios de crime ou falta disciplinar por parte de integrantes da Fábrica Estrela, tampouco causou, até o encerramento da Sindicância, prejuízos financeiros à Empresa.	05/04/2017	04/08/2017
FMCE	Sindicância nº 01/2017 Objeto da Sindicância: apurar se houve descumprimento do art. 145 da CLT no âmbito da FMCE, apurando os fatos, os motivos e os possíveis responsáveis, e consequentemente a ocorrência de ação judicial sobre a indenização contra a IMBEL/FMCE. Conclusão da Sindicância: As apurações realizadas indicam não ter havido dolo, ou culpa por parte de integrante da FMCE quanto ao pagamento de férias de alguns empregados fora do prazo legal de 2 (dois) dias de antecedência ao início do gozo.	13/04/2017	21/06/2017

7.3. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES (Art. 5º da Lei 8.666/93)

A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

7.4. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Não se aplica à IMBEL por ser Empresa Pública Dependente.

7.5. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

7.5.1. Despesas com Publicidade

Quadro 40 - Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2108/2000	3.000,00	3.000,00
Legal	2108/2000	304.811,46	166.951,56
Mercadológica	2108/2000	457.943,57	415.818,79
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SIAFI

7.5.2. Informações sobre Contratos Firmados com Agências Prestadoras de Serviços de Publicidade e Propaganda

No ano de 2017, não houve contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

7.5.3. Análise Circunstanciada

7.5.3.1 As despesas com eventos da Diretoria de Mercado (DRMER) são realizadas por intermédio do Plano Interno (PI) - B1DAATSDMERC do orçamento empresarial. Abrangem os seguintes eventos da DRMER:

7.5.3.1.1 Confecção de materiais publicitário e promocional como embalagens, folders, banners, catálogos impressos e digitais, manuais técnicos e operacionais dos produtos constantes do portfólio da IMBEL.

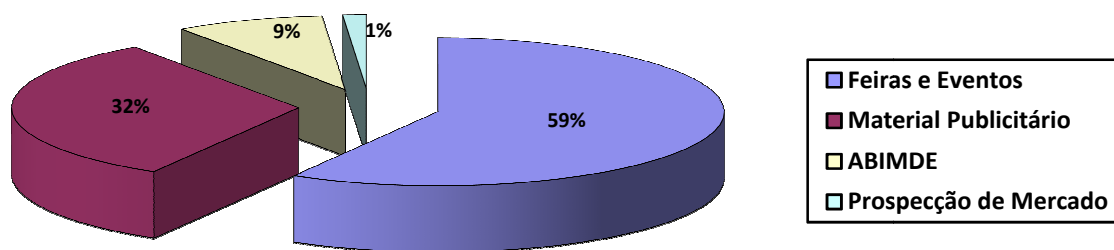
7.5.3.1.2 Participação em feiras e eventos de promoção comercial com os seguintes objetivos: promover a Empresa e a consolidação da Marca “IMBEL - Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808”; promover e divulgar o portfólio de produtos e serviços IMBEL; apresentar o portfólio de produtos e serviços IMBEL aos públicos-alvo institucionais de Defesa e Segurança e privado, tanto dos mercados interno como do externo; ampliar a percepção do valor dos produtos e serviços IMBEL; possibilitar aos clientes institucionais e privados maior contato com os produtos IMBEL; estabelecer e aprofundar ligações com fabricantes, fornecedores, representantes autorizados e potenciais clientes nacionais e internacionais; estreitar laços comerciais e de confiança com os representantes comerciais da IMBEL; efetuar atividades de *benchmarking*; contribuir com o Ministério da Defesa e com o Comando do Exército no exercício da diplomacia militar; e somar esforços com os demais agentes da Base Industrial de Defesa, no sentido da Defesa e Segurança do Mercado Interno Brasileiro - **Patrimônio Nacional** - como instituído no Art. 219 da Constituição Federal/1988. As participações poderão ocorrer nas seguintes modalidades: Feiras Internacionais de Defesa e/ou Segurança – FIDS; Feiras Nacionais de Defesa e/ou Segurança – FNDS; Eventos de Divulgação de Produtos IMBEL – EDPI; Missões Comerciais de Divulgação de Produtos IMBEL – MCDP; Missões Comerciais de Entrega de Produtos Novos – MCEPN; e Missões de Representação e Marketing – MRM.

7.5.3.1.3 O processo representativo/comercial referente à Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE, comportando a anuidade e a emissão com economicidade de Declarações de Exclusividades dos Produtos IMBEL, necessárias à comercialização dos citados produtos junto aos clientes institucionais, em especial dos segmentos de Defesa e de Segurança.

7.5.3.1.4 Ações de prospecção de mercado com vistas a coleta de informações sobre os Mercados de Defesa e Segurança.

7.5.3.2 No ano de 2017, o dispêndio foi de R\$ 452.869,47, sendo que 59% na realização de feiras e eventos, 32% para elaboração de material publicitário, 8% com processo representativo/comercial referente à Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMDE e 1% com ações de prospecção de mercado.

Fig 8 - Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda
PI B1DAATSMERC 2017



7.5.3.3 Em 2017, devido às restrições orçamentárias, a IMBEL deixou de participar das feiras internacionais fora do Brasil ficando, assim, restrita a sua participação a exposições de Produtos de Defesa por ocasião de visitas de autoridades estrangeiras ao Comando do Exército e aos eventos abaixo mencionados:

- LAAD *Defence & Security* 2017;
- Conferência de Simulação e Treinamento Militar - CSTM 2017, com tiro assistido;
- Café com Tiro 2017, do COLOG, com tiro assistido;
- Missão Comercial em Brasília, com tiro assistido;
- Exposição de material na Operação Felino;
- Exposição para Comitiva do Exército do Canadá;
- Exposição para Comitiva dos Emirados Árabes Unidos (EAU);
- Exposição para o Comandante do Exército da Nigéria;
- Exposição para Comitiva de diplomatas e empresários poloneses; e
- Exposição para Adidos Militares Estrangeiros durante o “III Torneio de Tiro das Nações”.

8. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

8.1. PARECER E RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA - AI

PARECER

A Auditoria Interna da Indústria de Material Bélico do Brasil – AI/IMBEL, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 15, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, e em conformidade com a Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, Decisões Normativas - TCU nº 161, de 01 de novembro de 2017 e 163, de 06 de dezembro de 2017 e Portaria - TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, apresenta seu Parecer sobre a Prestação de Contas Anual (PCA) da IMBEL, referente ao exercício 2017.

Os exames da AI foram conduzidos de acordo com as orientações da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI e as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores – ISSAI que estabelecem princípios fundamentais que são aplicáveis a todos os trabalhos de auditoria pública, independentemente de sua forma ou contexto nas auditorias financeiras, operacionais e de conformidade. Seguiram-se, ainda, os preceitos emitidos pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA que regula as Normas Internacionais para a prática profissional de auditoria interna.

A responsabilidade da AI é de manifestar-se sobre a composição do processo de PCA e expressar opinião sobre a regularidade da apresentação geral, forma e os conteúdos dos itens previstos no Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 161 de 01 de novembro de 2017, que apresenta a estrutura do Relatório de Gestão contemplada pelas peças: (I) visão geral, (II) planejamento organizacional e resultados, (III) governança, gestão de riscos e controles internos, (IV) áreas especiais da gestão, (V) relacionamento com a sociedade, (VI) desempenho financeiro e informações contábeis, (VII) conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle, (VIII) outras informações relevantes, (IX) anexos e apêndices, (X) outros itens de informação e (XI) informações suplementares, elaborados sob a responsabilidade da administração da IMBEL.

Em síntese, o processo e as análises de auditoria abrangeram uma sequência de etapas de avaliações, verificações e exames documentais, conferência de cálculos, conciliações e análises de contas, visando obter evidências dos registros que suportam os valores e as informações orçamentárias e contábeis a fim de obter segurança razoável da não existência de distorções relevantes, bem como averiguar a aderência das informações apresentadas às normas e às regulamentações vigentes assegurando a conformidade.

No exame do processo de PCA referente ao exercício de 2017 da IMBEL verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente constituído com as peças de responsabilidade das unidades jurisdicionadas previstas no art. 13 da Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa - TCU nº 161/2017, na Decisão Normativa – TCU nº 163/2017 e na Portaria – TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018. Em nossa opinião, não há empecilhos à apresentação ao Tribunal de Contas da União (TCU), pelo fato do mesmo cumprir os requisitos formais estabelecidos nos normativos aplicáveis.

Brasília-DF, 06 de abril de 2018

WAGNER JOSÉ DE ARAUJO – Cel R/1
Chefe Interino da Auditoria Interna da IMBEL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA 2017

I. INTRODUÇÃO

Como resultado do exercício das competências conferidas à Auditoria Interna (AI) da Indústria de Material Bélico - IMBEL, o presente relatório tem por objetivo apresentar de forma sintética os trabalhos executados no exercício de 2017, da qual estão vinculados diretamente às atividades previstas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2017. Todos os trabalhos foram descritos analiticamente no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) 2017, aprovado em reunião do Conselho de Administração (CA), em 28 de fevereiro de 2017, cumprindo o que determina a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - GCU.

Os aspectos operacionais dos trabalhos de auditoria retratados no presente relatório tiveram como base, além das atividades descritas no PAINT/2017, a execução de análises e avaliações dos relatórios de providências (RP) emitidos pelas áreas auditadas, em atenção às recomendações atinentes aos relatórios de auditoria (RA). Desta forma, foram apresentadas todas as ações desenvolvidas e mediante acuidade dos resultados obtidos, buscou-se demonstrar o empenho da AI em auxiliar a alta gestão na obtenção das metas definidas no Plano Estratégico da Empresa.

II. DESENVOLVIMENTO

a) AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Durante o exercício de 2017, a AI executou as ações definidas no PAINT 2017, aprovado pelo Conselho de Administração, por intermédio da Ata nº 288, de 13 Dez 16. Foram realizadas análises dos controles internos relevantes de cada grupo de contas ou atividades contempladas no escopo da auditoria. Os achados e recomendações foram relatados nos relatórios emitidos e constam no Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL).

A AI, durante o exercício, preocupou-se em desenvolver métodos e procedimentos para avaliação de controles internos com base nos riscos identificados e assim vem revisando suas técnicas e aprimorando suas avaliações de modo a contribuir para o fortalecimento dos controles internos.

Dentre as várias ações da empresa com o objetivo de aprimorar e fortalecer os controles internos administrativos, pode-se enumerar os seguintes:

a. aprovação do novo Estatuto Social da IMBEL, em Assembleia Geral Extraordinária, de 14 de dezembro de 2017, que dispõe em seu art 97 sobre as Unidades Internas de Governança e a Área de Conformidade e Gestão de Riscos;

b. elaboração pela Empresa de uma Política de Gestão de Riscos, já aprovada por intermédio da Resolução nº 06/2017 - CA/IMBEL, de 22 de junho de 2017, em atendimento ao art. 17 da IN conjunta nº 01/2016, da CGU/M, e adequando-se as exigências da Lei 13.303/2016 e Decreto 8.945/2016. O documento tem por finalidade estabelecer princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades a serem observadas para a gestão dos riscos, sejam estes estratégicos, operacionais, de conformidade ou financeiros; e

c. a implantação na estrutura da Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos (AGCIR), de um Comitê de Governança, Riscos e Controles, adequando-se ao estabelecido no art. 23 da IN acima citada e o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Com isso, acredita-se que seja possível atingir na IMBEL, uma gestão de riscos sistemática, estruturada e oportuna, estabelecendo níveis adequados de exposição a riscos alinhados ao Planejamento Estratégico da Empresa, agregando qualidade e eficiência aos processos e controles internos.

Cabe ainda destacar, que com base na consolidação das posições emitidas nos Relatórios de Auditoria (RA), verifica-se que os controles internos estão sendo desenvolvidos e aperfeiçoados conforme às atividades desenvolvidas pela Empresa e ao risco inerente de cada grupo.

Apesar da evolução da IMBEL na área dos controles internos administrativos, ainda faz-se necessário a busca do aprimoramento da gestão de riscos aos quais a Empresa está exposta e o contínuo acompanhamento dos controles existentes, com o devido mapeamento dos processos, elaboração de normativos que instruem as operações da Sede e Unidades de Produção e a devida capacitação dos seus empregados, tendo em vista que a IMBEL encontra-se em um ambiente competitivo de negócios e que a exposição aos riscos deve ser sempre avaliada e mitigada.

b) EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DA AUDITORIA INTERNA

Constaram no planejamento para o exercício de 2017, 21 (vinte e uma) ações/atividades de auditoria. Abaixo, seguem detalhadas as atividades planejadas e realizadas em cada unidade da Empresa (quadro b.1), além dos respectivos relatórios de auditoria emitidos pela AI (quadro b.2):

b.1 Atividades realizadas/não realizadas previstas no Plano Anual de Auditoria - 2017

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DE 2017 REALIZADAS/NÃO REALIZADAS												
ATIVIDADES	STATUS											
	R- Realizada						NR - Não Realizada					
	1º SEMESTRE						2º SEMESTRE					
	SEDE	FI	FPV	FJF	FE	FMCE	SEDE	FI	FPV	FJF	FE	FMCE
1. Processo Licitatório e Controle de Suprimento de Fundos*							R	NR	NR	NR	NR	NR
2. Gestão do impacto ao Meio Ambiente								NR	NR	NR	NR	NR
3. Controle dos Créditos Tributários e Obrigações Fiscais							R	NR	NR	NR	NR	NR
4. Controle das Aplicações Financeiras							R	NR	NR	NR	NR	NR
5. Processo de Controle Patrimonial (Imobilizado e Intangível)		R	R	R	R	R	R					
6. Controle de Estoques, CMV e Manutenção da Capacidade Estratégica		R	R	R	R	R	R					
7. Gestão da Execução Orçamentária e o Controle da Conformidade dos Registros de Gestão*							R	NR	NR	NR	NR	NR
8. Gestão de Pessoas e Controle das Obrigações Trabalhistas		R	R	R	R	R	R					
9. Processo de Venda e Controle das Contas a Receber		R	R	R	R	R	R					
10. Controle dos Depósitos Judiciais e Razoabilidade da Provisão de Ativos e Passivos Contingentes							R	NR	NR	NR	NR	NR
11. Gestão dos Investimentos e sua adequada mensuração							R					
12. Controle do atendimento às recomendações emitidas pela AI, pelos órgãos de Controle Interno e Externo*	R	R	R	R	R	R	R	NR	NR	NR	NR	NR
13. Emissão de Parecer sobre o Relatório de Gestão 2016*	R											
14. Emissão de Parecer sobre a Prestação de Contas Anual 2016*	R											
15. Elaboração do Manual da Auditoria Interna e Atualização do Regimento Interno*							NR					
16. Emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis 2016*	R											
17. Elaboração do PAINT 2018*							R					
18. Elaboração do RAIAT 2016*	R											
19. Verificação dos dados inseridos no SIEST(PPE e Índice de Endividamento)*	R						R					
20. Acompanhamento do processo de constituição do COAUD*	R						R					
21. Capacitação da Equipe de Auditoria*	R						R					

(*) Atividades obrigatórias pela legislação

b.2 Atividades/ Relatórios

UP/SEDE	ATIVIDADES DO PAINT REALIZADAS	Nº RELATÓRIO DE AUDITORIA
SEDE	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12,13, 14,16, 17, 18, 19,20 e 21	RA nº 05
Fábrica de Itajubá	5, 6, 8, 9 e 12	RA nº 03
Fábrica Presidente Vargas	5, 6, 8, 9 e 12	RA nº 02
Fábrica de Juiz de Fora	5, 6, 8, 9 e 12	RA nº 04
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica	5, 6, 8, 9 e 12	RA nº 01
Fábrica Estrela	5, 6, 8, 9 e 12	RA nº 06

As auditorias foram planejadas em programas de trabalho previamente definidos, cujos objetos foram criteriosamente especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes de cada ação de auditoria.

As vulnerabilidades encontradas, além de terem sido objeto de recomendação nos relatórios de auditoria, também serviram de subsídios para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2018.

Também fizeram parte do objeto da AI, a auditoria contábil e financeira do exercício de 2016, tendo em vista as análises de integridade dos registros que serviram de subsídios para a emissão de pareceres sobre a Demonstração Contábil, Relatório de Gestão e Prestação de Contas Anual (PCA).

Dentre as 12 (doze) visitas de auditoria programadas no PAINT 2017, foram realizadas 06 (seis) visitas, sendo 05 (cinco) no 1º semestre e 01(uma) no 2º semestre. As demais foram canceladas por motivo de contingenciamento orçamentário.

c) ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

A AI utiliza um Módulo de Controle Interno do Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL), o qual são inseridos pela Assessoria de Gestão de Controles Internos e de Riscos (AGCIR) todos os Relatórios de Auditoria (RA) emitidos. Por meio dele, é possível definir os prazos para que as áreas auditadas incluam seus Relatórios de Providências (RP) informando sobre as ações tomadas em relação a cada achado e recomendação. Neste módulo, é possível ainda, realizar consultas nos RA e RP.

Os relatórios emitidos pela AI são encaminhados via Memorando Interno (MI) à Presidência, conforme previsto no Plano Anual de Controle Interno - PACI/2016. A Presidência juntamente com a AGCIR analisa o conteúdo do documento e o encaminha às UP e SEDE para as devidas providências e justificativas. Os RP emitidos pelas Unidades de Produção e SEDE são encaminhados à AGCIR, que os apresenta à Presidência, inclui no SIMBEL e informa as providências à AI. Esse fluxo garante que a alta gerência tome conhecimento das recomendações e providências, além de demonstrar o papel da AGCIR como órgão intermediador da AI com a IMBEL.

Adicionalmente, também são incluídos no Módulo de Controle Interno do SIMBEL, os relatórios de auditoria realizados pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx) e as recomendações emitidas pelo Conselho Fiscal (CF).

O SIMBEL continua em processo de aprimoramento e desenvolvimento no que diz respeito à introdução de novas funcionalidades e tem mostrado-se como ferramenta de grande importância no processo das atividades de auditoria.

Em relação aos relatórios de auditoria, a AI emitiu 06 (seis) RA em 2017, totalizando 114 (cento e quatorze) recomendações. Abaixo são demonstrados os dados relativos à classificação dos achados quanto à sua implementação:

CLASSIFICAÇÃO DOS ACHADOS	TOTAL	%
IMPLEMENTADO	63	55
PARCIALMENTE IMPLEMENTADA	04	3
EM IMPLEMENTAÇÃO	34	30
NÃO IMPLEMENTADA	02	2
NÃO APLICÁVEL	11	10
TOTAL	114	100%

Fonte: Relatório de providências/SIMBEL

Observa-se que a maior parte das providências referentes aos achados foram “implementadas” ou estão “em implementação”.

d) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2017

A AI realizou o exame das Demonstrações Contábeis da IMBEL referente ao exercício de 2017, no sentido de confrontar as informações nelas apresentadas com os registros contábeis e com as verificações obtidas ao longo da realização dos trabalhos de auditoria. Além da AI, as referidas demonstrações são analisadas pelo Conselho Fiscal e posteriormente apresentadas ao Conselho de Administração, o que vem a mitigar os riscos de erros ou falhas até sua aprovação final.

As Demonstrações Contábeis, de 31 de dezembro de 2017, foram elaboradas em conformidade com as Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e alterações promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28/12/2007 e nº 11.941, de 27/5/2009, além de serem observados os Princípios e Pronunciamentos Contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às empresas públicas de direito privado.

Não foram identificadas inconsistências materiais que possam impactar de forma significativa as Demonstrações Contábeis. Contudo, para que os saldos continuem a se apresentar o mais próximo possível a realidade da Empresa, é fundamental que as recomendações emitidas pela AI e Órgãos de Controle sejam integralmente atendidas, após superados os óbices relativos aos meios necessários.

III. CONCLUSÃO

Considerando o desempenho de suas funções de maneira independente e objetiva e, com base nas atividades realizadas, esta AI conclui que no exercício de 2017:

a) os sistemas dos controles internos administrativos da Empresa desenvolveram-se, tendo em vista a implantação de várias ações, principalmente as que se referem à gestão de riscos, como por exemplo, a criação de uma Política de Gestão de Riscos e a implantação de um Comitê de Governança, Riscos e Controles;

b) o PAINT/2017 foi cumprido parcialmente, com a realização de 06(seis) visitas de auditoria dentre as 12 (doze) planejadas;

c) o acompanhamento das recomendações utilizando-se o SIMBEL foi efetivo, sendo que a maior parte dos achados encontram-se “implementados” ou estão “em implementação”; e

d) as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Por fim, reforça-se a necessidade de que os apontamentos dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e demais Órgãos de Controle ao longo do exercício sejam plenamente atendidos e que, as demonstrações contábeis elaboradas segundo as Leis nº 6.404/76 e 4.320/64, sejam alvo de avaliações rotineiras, a fim de se reduzir possíveis erros ou falhas em dados gerenciais produzidos por estes demonstrativos.

Brasília-DF, 06 de abril de 2017.

WAGNER JOSÉ DE ARAUJO – Cel R/1
Chefe Interino da Auditoria Interna da IMBEL.

8.2. PARECER DE COLEGIADO

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL

O Conselho Fiscal da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas Explicativas, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer da Auditoria Interna, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Com base nos exames dos documentos apresentados pela IMBEL, nas análises procedidas em reuniões ocorridas mensalmente no decorrer do exercício, nos esclarecimentos obtidos, e considerando os pareceres dos auditores independente da empresa CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP, e dos auditores internos, os membros do Conselho Fiscal, cujos pronunciamentos encontram-se registrados nas atas de reuniões ocorridas durante o ano de 2017, e observadas as ressalvas contidas no Parecer da Auditoria Independente e as recomendações da ata que deu origem a este parecer, são de opinião, por unanimidade, que os referidos documentos reportam a situação Financeira e Patrimonial da Empresa, e estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília, DF, 19 de março de 2018.

Gen Div RICARDO MARQUES FIGUEIREDO
Presidente do CF/IMBEL

Coronel R/1 EDSON PIEROBON
Representante do Ministério da Defesa

CRISTIANO BENEDUZI
Representante do Ministério da Fazenda

WILSON RODRIGUES DE SOUZA
Secretário do CF/IMBEL

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL**

PARECER Nº01-CA, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, em sua 303ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, cumprindo o que determina o inciso V, do Art.142, da Lei nº 6.404/76, e disposições estatutárias contidas no inciso IV, do Art.56 do Estatuto Social, aprovado em 14/12/2017, tomou conhecimento do Relatório Anual da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2017 e, considerando as conclusões apresentadas nos Pareceres de CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP - Registro CRC 2SP 023880/0-7 "S" DF, de 09/03/2018 e da Auditoria Interna da IMBEL, de 20/03/2018, manifesta-se, favoravelmente, à aprovação da Prestação de Contas da Empresa.

Brasília, DF, 21 de março de 2018.

SINCLAIR MAYER
Presidente do Conselho de Administração da IMBEL

8.3. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

O Sistema de correição da IMBEL é descentralizado em sua execução. As Unidades de Produção e o Gabinete da Presidência têm o poder de apuração de quaisquer indícios de fatos desabonadores e a aplicação das sanções disciplinares, caso seja necessário. Os procedimentos administrativos seguem o modelo de sindicância interna da Empresa (Regulamento de Sindicância, aprovado pela Portaria 362 – PRESI, de 10 de agosto de 2017) e é dado, neste momento, ao empregado o direito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Apesar do sistema de correição ser descentralizado nas Unidades de Produção, a IMBEL/SEDE mantém o controle dos procedimentos de correição instaurados em suas unidades fabris por meio do Departamento de Recursos Humanos, além disso, acompanha os processos disciplinares desde a instauração da portaria, até a solução da sindicância e aplicação das penalidades, caso isso se faça necessário.

A IMBEL aderiu, em Junho de 2017, ao registro de informações relativas a processos disciplinares aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007 (CGU-PAD).

No ano de 2017, foram instaurados 44 (quarenta e quatro) Procedimentos Disciplinares. Segue abaixo relato sucinto dos fatos apurados:

Unidade	Processo	Início	Término
SEDE	Sindicância nº 1/2017 Objeto da Sindicância: apurar o atraso na entrega de armamento. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar e sim falta disciplinar.	03/04/2017	26/06/2017
SEDE	Sindicância nº 2/2017 Objeto da Sindicância: apurar o pagamento, a empregado, de salários indevidos. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar ou, ainda, falta disciplinar. Arquivado.	24/04/2017	12/06/2017
SEDE	Sindicância nº 3/2017 Objeto da Sindicância: apurar o descumprimento de Legislação Trabalhista Art. 145 da CLT. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime ou falta disciplinar. Arquivado.	04/04/2017	26/06/2017
SEDE	Sindicância nº 5/2017 Objeto da Sindicância: apurar ausências, afastamentos e atrasos de empregados durante o expediente. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar e sim falta disciplinar.	13/09/2017	03/01/2018
SEDE	Sindicância nº 6/2017 Objeto da Sindicância: apurar alegação de desacato e constrangimento. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar e sim falta disciplinar.	10/10/2017	03/01/2018
FE	Sindicância nº 1/2017 Objeto da Sindicância: apurar as circunstâncias do acidente ocorrido da oficina de fabricação de pólvora, o qual envolveu quatro empregados. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar ou, ainda, falta disciplinar. Arquivado.	17/03/2017	15/06/2017

FE	Sindicância nº 2/2017 Objeto da Sindicância: apurar a veracidade e a autenticidade de conteúdo postado na internet. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar e sim falta disciplinar.	23/03/2017	19/06/2017
FE	Sindicância nº 3/2017 Objeto da Sindicância: apurar os fatos e motivos que levaram ao descumprimento do Art. 145 da CLT. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime ou falta disciplinar. Arquivado.	05/04/2017	04/08/2017
FE	Sindicância nº 4 /2017 Objeto da Sindicância: apurar a situação do controle de contas a receber. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar ou, ainda, falta disciplinar. Arquivado.	03/05/2017	11/07/2017
FE	Sindicância nº 5 /2017 Objeto da Sindicância: apurar atraso no pagamento do Alvará da Fábrica da Estrela. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar ou, ainda, falta disciplinar. Arquivado.	03/05/2017	28/08/2017
FE	Sindicância nº 6 /2017 Objeto da Sindicância: apurar denuncia apresentada por empregado ao Ministério Público do Trabalho. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar e sim falta disciplinar. Devido à rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado, o presente procedimento foi arquivado.	28/06/2017	10/10/2017
FE	Sindicância nº 7 /2017 Objeto da Sindicância: apurar furto de material das dependências do Almoxarifado da Fábrica da Estrela. Conclusão da Sindicância: o fato apurado configura crime de natureza comum, capitulado no art. 155 do Código Penal, sem que possa se atribuir a autoria do mesmo. Foi determinada remessa de cópia da presente Sindicância ao Sr. Delegado de Polícia Civil da 66ª DF a fim de instruir os autos do Registro de Ocorrência nº E-09/022899/1066/2017. Sindicância arquivada.	10/07/2017	13/10/2017
FE	Sindicância nº 8 /2017 Objeto da Sindicância: apurar a pertinência de pleito de empregado referente a solicitação de ressarcimento de benfeitorias realizadas em Unidade Residencial. Conclusão da Sindicância: não há pertinência do pleito formulado pelo ex-empregado. Arquivado.	05/07/2017	12/09/2017
FE	Sindicância nº 9/2017 Assunto: ausência ou impontualidade ao serviço Objeto da Sindicância: apurar ausência de empregado de seu local de trabalho sem autorização. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não constitui crime de natureza civil ou militar e sim falta disciplinar. O empregado foi advertido por escrito.	18/12/2017	29/01/2018
FMCE	Sindicância nº 1/2017 Objeto da Sindicância: apurar se houve descumprimento do art. 145 da CLT no âmbito da FMCE, apurando os fatos, os motivos e os possíveis responsáveis. Conclusão da Sindicância: as apurações realizadas indicaram não ter havido dolo, ou culpa, por parte de empregados. Arquivado.	13/04/2017	21/06/2017

FMCE	Sindicância nº 2/2017 Objeto da Sindicância: apurar se houve o descumprimento do inciso XIII do Art. 30º do Regulamento de Pessoal da IMBEL (divulgar notícias ou boatos inverídicos que possam trazer instabilidade ou danos à Empresa e aos empregados). Conclusão da Sindicância: as apurações realizadas confirmaram a existência dos fatos e a conduta culposa do Empregado. Foi determinado a aplicação de sanção disciplinar ao empregado.	15/06/2017	05/07/2017
FMCE	Sindicância nº 3/2017 Objeto da Sindicância: apurar se houve caracterização de assédio moral ou conduta inadequada no trato interpessoal no ambiente de trabalho. Conclusão da Sindicância: as apurações realizadas indicaram não ter havido assédio moral no ambiente de trabalho. Arquivado.	13/04/2017	21/06/2017
FMCE	Sindicância nº 4/2017 Objeto da Sindicância: apurar os fatos apontados pelo CCIEEx no último parágrafo da conclusão do Relatório de Auditoria Especial nº 05.001/2015, de 04 de abril 16: - Apurar o motivo da ausência de documentos comprobatórios, tais como as folhas de ponto dos funcionários, documentos comprovantes de pagamentos dos funcionários e de recolhimento de FGTS e INSS pela Empresa Forte Terceirizações Ltda; - apurar a existência de irregularidades na execução contratual; e - apurar a responsabilidade de empregados encarregados da execução e fiscalização do contrato e aditivos firmados com a contratada. Conclusão da Sindicância: não houve constatação de responsabilidade dos empregados da FMCE encarregados da fiscalização da execução contratual. Arquivado.	01/08/2017	30/08/2017
FI	Sindicância nº 4/2017 Objeto da Sindicância: apurar extravio de documentos por empregado. Conclusão da Sindicância: foi apurado que o empregado cometeu falta de natureza média, com penalidade de suspensão, sendo esta convertida em multa no valor de R\$ 449,28.	10/03/2017	08/05/2017
FI	Sindicância nº 8/2017 Objeto da Sindicância: apurar relato de empregadas relacionado a possível agressão verbal sofrida. Conclusão da Sindicância: foi apurado que a empregada cometeu falta grave; foi instaurado inquérito judicial para apuração e confirmação da referida falta disciplinar; foi determinado afastamento da empregada de suas atividades até o encerramento do Processo Judicial.	18/05/2017	20/07/2017
FI	Sindicância nº 9/2017 Objeto da Sindicância: apurar faltas de empregado Conclusão da Sindicância: foi apurado que o empregado cometeu falta grave; foi instaurado inquérito judicial para apuração e confirmação da referida falta disciplinar; foi determinado afastamento do empregado de suas atividades até o encerramento do Processo Judicial.	20/07/2017	24/08/2017
FI	Sindicância nº 10/2017 Objeto da Sindicância: ameaça e agressão verbal a empregado. Conclusão da Sindicância: foi apurado que o empregado cometeu falta grave e foi determinada a rescisão do contrato de trabalho do mesmo.	03/08/2017	03/10/2017

FJF	Sindicância nº 1/2017 Objeto da Sindicância: apurar os possíveis responsáveis ou os fatos e motivos que levaram ao descumprimento do art. 145 da CLT e consequentemente a ocorrência de ação judicial. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não se acerca de indícios de crime ou falta disciplinar por parte de empregado da FJF.	05/04/2017	11/09/2017
FJF	Sindicância nº 2/2017 Objeto da Sindicância: apurar as possíveis responsabilidades, os valores despendidos e outros possíveis danos à imagem da empresa. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não se acerca de indícios de crime, negligência, imprudência, imperícia ou falta disciplinar por parte de empregado. Arquivado.	05/04/2017	19/06/2017
FJF	Sindicância nº 3/2017 Objeto da Sindicância: apurar os fatos e responsabilidades que motivaram reclamação trabalhista. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não se acerca de indícios de crime ou falta disciplinar por parte de empregado da FJF. Arquivado.	09/05/2017	19/06/2017
FJF	Sindicância nº 4/2017 Objeto da Sindicância: apurar as providências adotadas para fiscalização da execução de contrato. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não se acerca de indícios de crime ou falta disciplinar por parte de empregado da FJF. Arquivado.	19/06/2017	14/08/2017
FJF	Sindicância nº 5/2017 Objeto da Sindicância: apurar os fatos que resultaram em ação judicial trabalhista em desfavor da IMBEL/FJF. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não se acerca de indícios de crime ou falta disciplinar por parte de empregado da FJF. Arquivado.	16/08/2017	02/10/2017
FJF	Sindicância nº 6/2017 Objeto da Sindicância: apurar os fatos que resultaram na expedição, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, de multas administrativas para a FJF. Conclusão da Sindicância: não há evidências de crime, dolo, falta disciplinar, negligência e/ou desídia por parte de empregados da FJF. Arquivado.	16/08/2017	09/10/2017
FJF	Sindicância nº 06/2017 Objeto da Sindicância: apurar denúncia de assédio moral. Conclusão da Sindicância: não houve assédio moral. Arquivado.	29/09/2017	14/12/2017
FJF	Sindicância nº 7/2017 Objeto da Sindicância: apurar os fatos que ocasionaram a falha no carregamento de material. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não se acerca de indícios de crime ou falta disciplinar por parte de empregado da FJF. Arquivado.	16/08/2017	09/10/2017
FJF	Sindicância nº 07/2017 Objeto da Sindicância: apurar responsabilidade administrativa pela retirada/remessa de documentos oficiais da Empresa sem autorização de autoridade competente. Conclusão da Sindicância: os fatos apurados caracterizam transgressão disciplinar, pois houve efetivamente retirada/remessa de documentos oficiais da Empresa sem autorização de autoridade competente, porém são circunstanciais e, devido a falta de registros e de ferramentas computacionais suficientes, não há como identificar responsáveis. Arquivado.	09/10/2017	08/12/2017

FJF	Sindicância nº 8/2017 Objeto da Sindicância: apurar responsabilidade por inadimplência de taxas Federal e Estadual. Conclusão da Sindicância:	08/12/2017	EM ANDAMENTO
FJF	Sindicância nº 9/2017 Objeto da Sindicância: apurar roubo de armamento de guarda de segurança patrimonial. Conclusão da Sindicância:	04/12/2017	EM ANDAMENTO
FPV	Sindicância nº 1/2017 Objeto da Sindicância: apurar afastamento de guarda de segurança patrimonial. Conclusão da Sindicância: O empregado incorreu em transgressão disciplinar e feriu a ética profissional.	27/01/2017	23/10/2017
FPV	Sindicância nº 2/2017 Objeto da Sindicância: apurar afastamento de guarda de segurança patrimonial. Conclusão da Sindicância: os fatos apurados caracterizam falta grave, sendo o empregado demitido por justa causa.	27/01/2017	19/06/2017
FPV	Sindicância nº 10/2017 Objeto da Sindicância: apurar possível assédio moral sofrido por empregada. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não caracterizou assédio moral.	28/03/2017	22/08/2017
FPV	Sindicância nº 13/2017 Objeto da Sindicância: apurar furto por parte de empregado. Conclusão da Sindicância: o fato apurado constitui falta grave, sendo o empregado demitido por justa causa.	15/05/2017	12/06/2017
FPV	Sindicância nº 18/2017 Objeto da Sindicância: apurar possíveis atos de desídia por parte de empregado. Conclusão da Sindicância:	08/09/2017	EM ANDAMENTO
FPV	Sindicância nº 19/2017 Objeto da Sindicância: apurar as circunstâncias, montante do dano ao erário e eventuais responsabilidades pela avaria causada em peça de veículo da FPV. Conclusão da Sindicância: o fato apurado não comprovou falta disciplinar e dano ao erário por parte de empregado da FPV. Arquivado.	26/09/2017	15/01/2018
FPV	Sindicância nº 21/2017 Objeto da Sindicância: apurar possíveis atos de indisciplina ou de insubordinação por parte de empregado. Conclusão da Sindicância: o fato apurado configura falta disciplinar leve.	03/10/2017	08/03/2018
FPV	Sindicância nº 22/2017 Objeto da Sindicância: apurar o mérito e a forma de processo disciplinar que resultou em sanção a empregado. Conclusão da Sindicância: não ficou comprovada falta disciplinar por empregado. Arquivado.	27/11/2017	10/01/2018
FPV	Sindicância nº 23/2017 Objeto da Sindicância: apurar possíveis atos de desídia de empregado. Conclusão da Sindicância: não ficou comprovado falta disciplinar por empregado. Arquivado.	11/12/2017	10/01/2018

FPV	Sindicância nº 24/2017 Objeto da Sindicância: apurar possíveis atos de desídia de empregado. Conclusão da Sindicância:	14/12/2017	EM ANDAMENTO
FPV	Sindicância nº 25/2017 Objeto da Sindicância: apurar supostas ligações telefônicas à casa de empregado. Conclusão da Sindicância: não foi possível constatar a autoria das ligações.Arquivado.	29/11/2017	15/01/2018

8.4.RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos nos assuntos descritos no parágrafo “base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Aplicação do CPC 27 e ICPC 10 Ativo Imobilizado (IAS 16)

As demonstrações contábeis da companhia não contemplam as avaliações patrimoniais apuradas através do DEEMED COST, realizado e constante em laudo técnico, consequentemente, os cálculos da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes e os pontos principais a serem considerados na contabilização do seu ativo imobilizado, de acordo com CPC 27 e o ICPC 10, tais como: o reconhecimento; a determinação dos seus valores contábeis; taxas e valores de depreciação; perdas por desvalorização (teste de impairment) não foram reconhecidos.

Aplicação do CPC 07(R1) (IAS 20)

A companhia recebe subvenções econômicas da União destinadas ao pagamento de despesas de pessoal e demais custeios (receita orçamentária de custeio) e para pagamento de despesas de capital como aquisições de imobilizado (receita orçamentária de investimento). A contabilidade da companhia reconhece os valores recebidos diretamente como outras receitas (conta de resultados) no momento da transferência do recurso pela União. De acordo com o CPC 07 (R1) o reconhecimento das subvenções governamentais como receita deve ocorrer de forma sistemática permitindo o confronto com as despesas as quais esteja vinculada. Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar. A companhia deveria contabilizar em outras receitas (conta de resultado) as subvenções correlacionadas com as despesas, custos e

amortizações incorridas. As não incorridas, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deveria ser feita em conta específica do passivo (receita diferida). O reflexo da não aplicação do CPC 07 (R1) na elaboração das demonstrações contábeis da companhia é a superestimação do lucro e do patrimônio líquido, com reflexo nos cálculos do imposto de renda, contribuição social e dividendos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de fevereiro de 2017, sem modificação.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2018.

CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP
CRC 2SP 023880/O-7 "S" DF

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3 "S" DF

8.5. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

8.5.1. Declaração de Integridade e completude dos registros no Sistema e-Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da (**nome da UPC**) estão devidamente registrados no Sistema e-Pessoal para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 22 de março de 2018.

Ádila Michele G. R. da Silva
023.510.861-80
Chefe da Divisão de Administração de Pessoal
Indústria de Material Bélico do Brasil

8.5.2. Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

Os Diretores, Conselheiros, Empregados Comissionados de Livre Provimento e os Empregados de Carreira Comissionados têm a opção de entregar a Declaração de Imposto de Renda anualmente ou a Declaração de Autorização de Acesso prevista no anexo II da IN-TCU nº 67, de 06 de julho de 2011.

A Seção de Recursos Humanos de cada Unidade de Produção e da Sede é responsável pela cobrança, recebimento e guarda das declarações.

A entrega das declarações de imposto de renda ocorre na contratação de Empregados Comissionados, na designação de Empregados de Carreira para função gratificada ou emprego comissionado, bem como anualmente, enquanto o empregado permanecer no exercício do emprego.

O empregado que opta pela entrega da DBR, deve entregá-la no setor de pessoal da sua unidade em envelope lacrado e assinado, até 30 dias após o prazo estipulado pela Receita Federal.

Àqueles que optam pela declaração de autorização de acesso, entregam-na apenas no ato da contratação/designação.

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que dos 86 (oitenta e seis) empregados, da Indústria de Material Bélico do Brasil obrigados pela Lei 8.730/1993, 6 (seis) ainda não disponibilizaram suas declarações de bens e rendas para fins de avaliação da evolução patrimonial e para cumprir com a obrigação esta empresa adotará as medidas cabíveis para cumprimento da lei descrita acima.

Brasília, 13 de abril de 2018

Emanuella Peres Vieira Espinheira
CPF 014.424.541-80
Chefe da Seção de Administração de Pessoal
Indústria de Material Bélico do Brasil

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, a IMBEL apresentou, de forma clara e objetiva, a prestação de contas anual referente ao exercício de 2017, elaborada de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno, cumprindo assim com sua obrigação, conforme determinada no Parágrafo Único do art.70 da Constituição Federal.

Brasília-DF, 31 de maio de 2018.

Gen Div R/1 CELSO JOSÉ TIAGO
Diretor-Presidente